

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



A Casa de São José

INSTITUIÇÃO FUNDADA POR FERREIRA VIANA, EM 1888, NO RIO DE JANEIRO,
PARA ABRIGAR E EDUCAR CRIANÇAS DESVALIDAS PARA O TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ
como requisito Parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

VILMA ALVES MACHADO

Rio de Janeiro, fevereiro de 2004

Agradecimentos:

A Deus,
pelo trabalho concluído,

A São José, patrono dessa Casa,
cujas graças dispensadas permitiram
os 115 anos já percorridos;

Aos professores-doutores do Mestrado,
pelas proficuas lições;

À professora-doutora e orientadora,
Maria de Lourdes Rangel Tura, cuja
excelência acadêmica alia-se a um
tratamento cortês, democrático e rigoroso;

À Sra. Maria José Pires Brandão,
por compartilhar as lembranças da família
Ferreira Viana;

Aos colegas professores da ETEFEV e UERJ,
bem como, aos seus funcionários, cuja
solidariedade tornou possível minha tarefa,
confirmando os ensinamentos de que os
homens realizam-se uns com os outros;

À minha irmã Lucia Maria
pelo apoio logístico e

À amiga Sônia Pessoa Nassar, "in memoriam",
pelos primeiros incentivos nesse
empreendimento.

RESUMO

Nesse estudo, procurei recuperar a microhistória da Casa de São José, abrigo-escola fundado em caráter particular em 09/08/1888, no Rio de Janeiro, pelo Ministro da Justiça Antônio Ferreira Viana, ao constatar, pessoalmente, as precárias condições de vida das crianças recolhidas ao Asilo de Mendicidade e já denunciadas pela imprensa.

O levantamento do processo histórico, no qual se inseriu a fundação e a trajetória da Casa de São José, foi o caminho que segui com o objetivo de transferir os documentos nela forjados do campo da memória para o da ciência.

Essa instituição representa, como escola, um espaço sócio-cultural de produção de conhecimento. Ao examiná-la, tentei recuperar a trama social responsável pela existência de crianças desvalidas, inclusive nas ruas da cidade que se queria moderna, civilizada, progressista. Apontei as transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro nesse período de transição do século XIX para o XX, bem como as de caráter social, político e econômico. Delas resultou também o aparecimento entre nós das "classes perigosas", submetidas pelas elites à nova legislação, ao controle mais severo e até à Medicina Higienista, pela nova ordem capitalista-liberal aqui implantada.

Investiguei a dimensão institucional compreendida pelo conjunto de normas e regras impostas pelas autoridades nos Regulamentos promulgados para a vida cotidiana dessa escola pública, as quais atingiam também as relações sociais entre os indivíduos envolvidos: diretores, funcionários, professores, alunos.

Considerando ter o Estado consciência do poder da Educação, situei essa ideologia no Brasil, cuja primeira Constituição já previa a obrigatoriedade do ensino primário. A participação das elites, principalmente a política, foi desenhada através dos discursos parlamentares, das medidas adotadas e da verificação da extensão da cidadania concedida às classes populares do país.

Avaliei, sucintamente, os resultados que a ação educativa e pedagógica da Casa de São José trouxeram para os jovens ali abrigados. Tal instituição, em 1916, passou a ser denominada Instituto Ferreira Viana.

Abstract

This research is a trial of recuperating the history of Casa de São José, a private school asylum, founded at august 9th 1888, in Rio de Janeiro, by The Minister of Justice Antonio Ferreira Viana, when he detected the precarious children conditions of life at the Mendicancy Asylum also denounced by the press.

This history process rising, which includes Casa de São José foundation and trajectory, was the possible chosen way to transfer those institution documents from memory to science.

That institution represents as a school the possibility of knowledge production. Its examine allowed the social plot discharge responsible of helpless children existence inclusive in the streets of a city that was considered modern, civilized, progressist. Were also showed the urban transformation in Rio de Janeiro during the period of transition from XIX to XX century such as the social, the politic and the economic transformation that resulted on the conception of "dangerous classes" submitted for the elite to the new laws, to a more severe administration and to a Hygienist Medicine, because of the liberal capitalist order here implanted.

Was also researched the institutional dimension of norms and rules laid on by the authorities for the daily life of that public school, affecting too the social relationship of the involved: directors, employees, teachers and students.

The brazilian ideology was shown as the State conscious of its power of education whose constitution determines the obligatoriness of primary instruction. The elites participation, mainly the political, was drawn throw the parliamentary discourse, the steps adopted and the examination of class citizenship concession in this country.

Were also analyzed the results of the educative action of Casa de São José, denominated Instituto Ferreira Viana since 1916.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: A VISÃO DE UM TEMPO DIFERENTE: A CASA DE SÃO JOSÉ AO INVÉS DE UM ANTRO DE MENDICIDADE	16
1.1- A NOTÍCIA DO JORNAL FOI O COMEÇO	16
1.2- A REPERCUSSÃO NA OPINIÃO PÚBLICA.....	16
1.3- O DISCURSO DE FERREIRA VIANA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 1888	20
1.4- A SOLENE INAUGURAÇÃO DA CASA DE SÃO JOSÉ.....	22
1.5- A CASA DE SÃO JOSÉ NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA.....	24
1.6- A IDENTIDADE DOS ASILADOS.....	26
1.7- A POBREZA E O ASSISTENCIALISMO.....	36
1.8- A VELHA E PERSISTENTE QUESTÃO SOCIAL E O ASSISTENCIALISMO.....	40
CAPÍTULO II: A CASA DE SÃO JOSÉ E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO (A QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA, IDEOLÓGICA)	42
2.1 - AS ELITES POLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL, DENTRO DA "ORDEM".....	42
2.2 - O NOVO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO, NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XIX / XX.....	50
2.3 - A CIDADE E A CASA DE SÃO JOSÉ.....	55
2.3.1 - Muitos pedidos de vagas.....	55
2.4 - A CASA DE SÃO JOSÉ CONTINUA A RECEBER AJUDA DA COMUNIDADE CARIOCA.....	58
2.5 - A INFÂNCIA NA CIDADE QUE SE CIVILIZA.....	58
2.5.1 - Legislação: A criança desvalida entre a "Ordem" e a "Salvação da Nação".....	59
2.5.2 - A polícia e o menor, uma questão de "Ordem".....	63
2.5.3 - A Medicina Higienista chega ao espaço escolar.....	66
CAPÍTULO III: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CASA DE SÃO JOSÉ	71
3.1 - A ANÁLISE DOS REGIMENTOS E A EDUCAÇÃO.....	72
3.1.1 - Do regime interno e disciplinar em 1916.....	75
3.2 - OS CURRÍCULOS, MÉTODOS DE ENSINO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	76
3.3 - UMA NOVA ANCORAGEM DE DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS DA CASA DE SÃO JOSÉ.....	83
3.3.1 - A Educação para o trabalho.....	83
3.3.2 - Análise de uma série de documentos.....	84

3.3.3 - Direitos e deveres dos cidadãos.....	86
3.3.4 - O Ensino Religioso e a Educação no Império.....	90
CAPÍTULO IV: O COTIDIANO NA CASA DE SÃO JOSÉ E A SUA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	94
4.1 - A CASA É DA "PÁTRIA" (OS REGULAMENTOS DA CASA DE SÃO JOSÉ).....	98
4.1.1 - As diversas legislações.....	98
4.1.2 - Visão geral destes decretos.....	100
4.1.3 - Natureza da Educação da Casa de São José.....	100
4.2 - A CASA DE SÃO JOSÉ: DA ORDEM PRIVADA À INSTÂNCIA PÚBLICA.....	112
CAPÍTULO V: PÁGINAS DA HISTÓRIA DA CASA DE SÃO JOSÉ.....	115
5.1 - O PRÉDIO.....	115
5.2 - ENFIM, NOVO ENDEREÇO.....	122
5.3 - O LIVRO DE VISITAS.....	128
5.4 - POR TRÁS DAS NOTÍCIAS: FLAGRANTES DA VIDA NA CASA DE SÃO JOSÉ.....	131
5.5 - OS BENFEITORES DE UMA SANTA OBRA.....	139
5.5.1 - A primeira Diretora: Irmã Josefa (Soeur Auborg).....	140
5.5.2 - Sr. Felipe Nery Pinheiro.....	142
5.5.3 - Dois grandes benfeitores: Furquim Werneck e Torres Cotrim.....	143
5.5.4 - Antônio Ferreira Viana, o homem público.....	146
5.6 - FUNCIONÁRIOS DA CASA DE SÃO JOSÉ.....	148
REPENSANDO.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
ÍNDICE DE LUSTRAÇÕES.....	171
ANEXOS.....	172

INTRODUÇÃO

"O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história."

Walter Benjamin

Em janeiro de mil novecentos e oitenta e oito (1988), o prédio da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana sofreu reformas.

As obras começaram pela retirada total dos telhados. Vieram as chuvas e abundantes, comuns neste período.

Ao regressarmos em fevereiro, nada restara do mobiliário escolar. A sala onde funcionava a biblioteca fora esvaziada com o afastamento de parte do mobiliário; os demais foram protegidos com plásticos, bem como o piano que, também, aí se encontrava.

O pior é que, de acordo com a dança das goteiras, eram o piano e estantes deslocados de um lado para o outro. A água atingiu, neste recinto, pelo menos meio metro. O pobre piano, um valioso Steinway, 1872, ainda hoje aguarda sua restauração, danificado pelos maus tratos a que foi submetido.

As autoridades escolares determinaram a redistribuição dos alunos da Escola por outros estabelecimentos de ensino da redondeza. A resposta unânime da comunidade escolar foi um não. Temia-se que este pudesse ser o ponto final dessa instituição. É que sua excelente localização despertava cobiças. A própria Secretaria da Educação já ocupava salas situadas numa outra ala do terreno.

Reuniões foram convocadas: professores, funcionários e pais tomaram, entre outras decisões, a de que se providenciasse a recuperação do mobiliário.

O ano letivo foi, paulatinamente, sendo reiniciado. Ante nossa determinação, recebemos, de repente, do governo estadual novas mesas e cadeiras. Vencêramos.

O esforço de pôr em ordem a Escola fez com que a recuperação de sua memória - arquivada, guardada, esquecida - se instalasse.

Tivemos, então com a desordem das instalações do prédio, acesso a várias salas, antes fechadas. Numa delas, encontramos um rico arquivo de documentos

relativos à fundação da escola, bem como a seus primeiros anos de funcionamento. Foi emocionante a descoberta de nossas raízes: a Casa de S. José. Antônio Ferreira Viana, doravante, deixaria de ser o busto de mármore, à entrada principal deste estabelecimento.

Nesse ano, comemoramos, singelamente, o centenário da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, a nove de agosto de mil novecentos e oitenta e oito (9/8/1888).

Temos, desde então, procurado festejar a data de sua fundação. A semana do Ferreira Viana constitui sempre momentos de revigoramento dos laços entre os membros dessa comunidade. Diversas atividades têm sido programadas, tais como: exposições de documentos históricos e de trabalhos realizados pelos alunos.

No empenho de se retomar o passado, é política, inclusive, da Escola Técnica Ferreira Viana marcar sua contribuição para o desenvolvimento educacional da cidade do Rio de Janeiro, na qualidade de escola pública voltada para o ensino técnico.

A descoberta, através da leitura da documentação sobre a presença de crianças vivendo na rua entre os primeiros alunos da Casa de S. José, denominação inicial dada a essa escola, hoje centenária, despertou meu interesse em empreender esse estudo. São, portanto, essas as primeiras indagações que presidem a elaboração da presente dissertação de Mestrado. Pretendo recuperar o significado das manifestações particulares responsáveis pelo ato de fundação dessa instituição. Nos documentos, estavam registrados os ideais, os sentimentos de caridade e amor às crianças, então, chamadas de desvalidas, havendo, até mesmo, indícios de preocupação com projetos pedagógicos. Nesses primeiros tempos, além do ensino da leitura, da escrita e de contas, falava-se em ministrar noções de trabalhos manuais, preparando os meninos asilados para a aprendizagem de uma futura profissão. Serão, ainda, investigados os valores e as práticas que essas ações pedagógicas visavam alcançar, uma vez abrigar essa instituição crianças de seis a doze anos de idade.

O acervo documental foi acrescido, por iniciativa de algumas professoras, de valiosos materiais, colhidos no Arquivo da Cidade, como as fotografias do prédio atual nos seus primeiros tempos e a do final da Ata de inauguração da Casa de S. José contendo assinaturas ilustres, isto é, da Princesa Isabel, de seu esposo Conde d' Eu, de Ferreira Viana e de José do Patrocínio, entre outros.

A pompa que cercou esse acontecimento evidencia-se pela presença da Família Real, de altas autoridades, de pessoas gratas da sociedade, da realização de missa, além da participação de alunos das escolas municipais fundadas por Ferreira Viana, bem como dos futuros asilados selecionados. Houve apresentação de bandas, com bandeirinhas, conforme descrevem os documentos.

Despertou-me, desde logo, a curiosidade em saber qual o significado desse evento e deverei procurar uma resposta para tal fato.

Recebi, ainda, da família de Ferreira Viana valiosas informações: um folheto conta a atuação da primeira diretora da Casa de S. José, irmã Josefa, e uma publicação particular, editada em comemoração ao Centenário do nascimento desse eminente homem público (1932), contendo discursos, então proferidos, além de registros de seu desempenho em defesa do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e, inclusive, da Educação.

Hoje muitas ações vêm sendo desenvolvidas visando impor qualidade ao ensino ministrado na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, antiga Casa de S. José.

O prédio escolar está sendo reformado para proporcionar espaço adequado ao atendimento de diversas ações pedagógicas. No interesse do aperfeiçoamento do ensino técnico, os alunos têm visitado fábricas, canteiros de obras.

A informática, também, já é uma realidade.

Muitas atividades culturais são ainda incentivadas, prática tradicional neste estabelecimento, pois, desde seus primeiros tempos, Ferreira Viana procurava alegrar os alunos internados e evitar a tristeza das crianças, através do ensino da música, chegando mesmo, em outras épocas, a organizar uma banda.

A escola, hoje, promove a participação dos alunos em várias atividades culturais da cidade, como exposições em Museus, Bienal do Livro, esportes escolares. Internamente, são realizados concursos de poesias, espetáculos de teatro ou música onde os talentos da escola são apreciados e aplaudidos.

As atividades esportivas fazem sempre sucesso.

A luta pela manutenção do ideal de bem servir à educação pública é fato, continuamente retomado, na trajetória dessa Escola.

O objetivo deste trabalho é, acompanhando o esforço de resgate da memória desta instituição de abrigo e educação de crianças que viviam nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, apresentar de forma articulada e orgânica, um conjunto de dados,

oriundos de documentos e outras fontes de informação, a fim de que se possam reunir algumas bases para o estudo da história da Casa de São José, uma instituição fundada em 1888 no ano da Abolição da escravidão no Brasil e no final do Império.

A fundação da Casa de S. José, neste momento histórico, se insere nas insuficientes e parcimoniosas tentativas de responder, com iniciativas de assistência social e instrução voltada para o trabalho, aos muitos reflexos da crise social que se instalava na cidade.

Há algum tempo, estou empenhada no arranjo do acervo histórico da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana. Ele compõe-se de documentos específicos, próprios de escolas, como o Livro de Registros dos Alunos, comunicados de professores, correspondências da administração pública, programas de ensino e relação anual de movimento de matrículas.

Na época, início do século XX, eram os ofícios o meio mais usado para a comunicação entre as diversas instâncias governamentais. Constitui o Livro de Visitas outro documento interessante, contendo assinaturas de autoridades importantes ou impressões dos visitantes, deixadas por escrito, sobre os fatos observados na Casa de São José. Há, também, relatórios de diretores, médicos ou anônimos, além de Regulamentos, de diversas épocas, a serem seguidos pelas direções dessa instituição. Merecem destaque as notas de compras, algumas de criativa composição gráfica e balanços de despesas, de anos diferentes. Recortes de jornais numerosos e páginas de Diários Oficiais foram aí preservados. O conjunto guarda informações valiosas sobre a história desse estabelecimento da cidade do Rio de Janeiro.

Os conhecimentos adquiridos, com a análise global desse Arquivo, permitiram-me fazer opções e priorizar determinados conteúdos, na escolha dos objetos de minha pesquisa.

No planejamento e desenvolvimento de minha dissertação, não pretendi registrar o maior número de fatos ou episódios, na tentativa de reconstrução do processo histórico. Fixei-me em núcleos que me pareceram fundamentais para a construção do conhecimento da microhistória da Casa de São José, no período 1888/1916. Este período corresponde ao ano de sua fundação (1888) e ao ano em que foi transformada em Instituto Ferreira Viana (1916).

Houve lacunas, mas estas devem constituir estímulos para novas pesquisas e

novas respostas.

Parti de um recorte de jornal, dando a notícia da fundação; trabalhei os temas centrais selecionados através dos documentos pertinentes, em diferentes níveis, como recurso analítico. Na solução das questões levantadas, segui o caminho da pluralidade de opiniões, buscando outros enfoques complementares para melhor esclarecer os dados obtidos.

Procurei manter, porém, uma coerência nas explicações dos dados e elucidar as possíveis divergências na reconstituição da situação do passado, objeto da pesquisa.

Tomei, como marco final, uma periodização, por razões que se justificam na mudança não só de nome, como talvez, de rumo da instituição estudada.

Ampliei, em obras específicas, o alcance de minha investigação, na busca de todas as informações importantes, atingindo, também, outros atores da ação social e colocando a Casa de S. José no contexto da cidade do Rio de Janeiro naquele tempo histórico.

Enquadro-me, pois, dentro da pesquisa qualitativa, visto que recorri a múltiplas formas da coleta de dados para apreender o significado dos eventos e registrá-los em seu contexto de espaço e tempo.

Quanto às informações sobre crianças vivendo na rua, primeiros alunos da Casa de São José, busquei-as em cronistas dessa época, dada a ausência de referências sobre elas, na documentação existente.

No tocante aos acontecimentos relevantes para minha pesquisa, os fiz dialogar com outras fontes, para obtenção de uma visão mais abrangente do objeto de meu estudo.

Os documentos, assim tratados, me permitiram-me atender aos ensinamentos de Le Goff (1990, p.546): "A História é o que transforma os documentos em monumentos".

Le Goff explica não ser neutro o documento. Ele resulta, conscientemente ou não, do agir dos homens em sociedades. Ele testemunha o seu tempo e decorre disto o documento tornar-se monumento e revelar às gerações futuras as imagens que se pretendem instituir da época onde foram forjados. Por isso, é importante não se isolarem os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte.

O autor chama a atenção, ainda, de que eles revelam, também, as sucessivas épocas, durante as quais continuaram a ser manipulados, ainda que pelo

silêncio.

A documentação da Casa de São José, guardada e ignorada por longos anos, é bem o exemplo concreto dessas ponderações.

Empreendi, portanto, o estudo da Casa de São José, nessa perspectiva dinâmica e abrangente, no afã de recuperar, sempre que possível, traços significativos de sua memória a qual, por ser coletiva e nela encontrar identificação com o presente, ajuda a vencer os limites do nosso olhar, através dos conhecimentos adquiridos sobre o passado; a situar os mesmos problemas no presente, em busca de suas prováveis origens e tentando encontrar os obstáculos apostos ao desejo de superação.

Pretendi, também, seguir as proposições formuladas por Martinez (1998, p.4) que, ao estudar a Instrução Pública na Corte Imperial (1870/1889), explica ter a Educação sido considerada por historiadores como um

“[...] componente inseparável de um projeto político mais amplo, o da construção do Estado e relacionado à direção e domínio de uma classe que, para conquistar sua hegemonia, constituiu lutas e embates, nos quais o próprio campo educacional foi inserido.”

Foi meu propósito incluir, neste contexto, a microhistória da Casa de São José, demonstrando que a sua fundação e trajetória estiveram ligadas à trajetória de implantação da educação pública no Brasil, no período de transição do século XIX para XX.

Creio, assim, estar participando de um movimento de recuperação da memória de uma escola pública, mostrando, ainda, que a sua fundação e toda a sua caminhada deveram-se a espíritos empreendedores guiados, ora por determinações políticas, ora por inteligentes deliberações ou vontades de mudanças, ou atos de benemerência. Muitas pessoas, condoídas com a situação de crianças submetidas à miséria, nas ruas do Rio de Janeiro, prontificaram-se a ajudar. O surgimento desse asilo muito se deveu à mobilização popular, embora, a presença do Império presidisse seus primeiros passos.

Como ensinam Ferreira e Orrico (2002, p.8):

“O fato é que, independentemente das motivações subjacentes à cultura da memória, as práticas revelam a necessidade de novas ancoragens que permitam a reavaliação da relação entre passado, presente e futuro. Por outro lado, se a necessidade de memória é universal, as práticas da

memória são culturalmente determinadas por redes discursivas que envolvem fatores de diferentes ordens: míticos, históricos, políticos etc. Na busca dessas novas ancoragens, discutem-se os discursos fundadores das nações e dos grupos sociais, as referências que se estabilizaram no imaginário do grupo e que, de alguma forma, constituem a sua identidade.”

Enfim, “refazer a memória da Escola é, portanto, presentificar debates e polêmicas que nos trazem de volta o sentido de valores como a justiça social, a igualdade à educação e à participação política”, nos diz Valle (1997, p.136).

Este trabalho objetiva refletir sobre a trajetória da Casa de São José (1888/1916), uma das primeiras entidades que, destinada ao atendimento de meninos abandonados, uniu a assistência social à instrução para o trabalho. Buscarei analisar as conseqüências das ações pedagógicas empreendidas, possibilitando tornar a “prática escolar uma prática política transformadora”, permitindo avaliar a qualidade de direitos de cidadania conferida aos asilados através da educação para o trabalho, estratégia voltada para a construção da nação brasileira dentro da ordem capitalista.

Por esta razão, neste trabalho houve o esforço de caracterizar o tempo histórico e as diferentes relações de poder do período em que se estudou a Casa de São José, para ampliar a compreensão dos documentos contidos nos arquivos.

CAPÍTULO I

A VISÃO DE UM TEMPO DIFERENTE: A CASA DE SÃO JOSÉ AO INVÉS DE UM ANTRO DE MENDICIDADE

Neste capítulo, vou apresentar a fundação da Casa de São José como foi noticiada na imprensa, em documentos arquivados, em estudos da História da Educação e no que consta registrado na literatura da época; assim como as características das crianças ali internadas neste período. No final do capítulo, são elencadas outras obras de assistência à criança abandonada existente no Rio de Janeiro do século XVIII ao XIX.

1.1- A NOTÍCIA DO JORNAL É O COMEÇO

No acervo do Arquivo da Casa de São José, encontram-se documentos, permitindo, tal como um túnel do tempo, a reconstituição do nascimento dessa escola.

O começo, como se fosse o assentamento da pedra fundamental, é relatado num artigo do Jornal do Comércio, assinado pelo Sr. Ernesto Senna, a 18/04/18912.

Tudo começou há cerca de três anos, fruto da denúncia da imprensa do estado miserando em que se achava o Asilo de Mendigos.

O Sr. Ferreira Viana que era Ministro da Justiça resolveu visitá-lo e não pouco o comoveram os menores que lá foi encontrar, vegetando nas mais tristes condições. Para obviar tais inconvenientes, S.Exa. pensou em criar um asilo e, para isso, pediu e recebeu donativos.

1.2 – A REPERCUSSÃO NA OPINIÃO PÚBLICA

A notícia da fundação de asilos teve grande repercussão na comunidade carioca. Inúmeras mensagens de acolhimento chegaram ao Sr. Ministro Ferreira Viana, bem como oferecimentos de serviços, objetos, mantimentos, utensílios e, até, de ajuda pecuniária.

A seguir, são citados trechos retirados da correspondência então recebida, que testemunham a solidariedade do povo dessa cidade diante dos pequenos

desamparados.

Essas assinaturas, acompanhadas abaixo de pequeno comunicado, representam a adesão aos projetos asilares de Ferreira Viana:

18 de abril de 18883

" Comissão da caridade, constituída pelos seguintes membros:

Visconde de Santa Cruz

Pedro Gonçalves do Souto Carvalho

Antônio José Rodrigues de Araújo

Augusto Maria de Abreu Filho

Antônio de Cunha Souza, comunica

Foi angariada, na ocasião a quantia de quatro mil contos, quatrocentos e dois e quinhentos réis.

Houve dificuldade para atingir esses fins, dos quais ninguém mais que V. Exa, proclamado filantropo e humanitário que é, pode avaliar.

Não podemos deixar de congratular-nos com V. Exa por nos haver Deus permitido auxiliar na sua gloriosa e benemérita tarefa, que sendo Ministro de Estado, tem sabido não só atender sabiamente a todas as onerosas atribuições da sua pasta, mas também dirige uma corrente jamais vista de olheiros da Civilização no sentido da beneficência pública. "

Outros exemplos retirados das correspondências de apoio recebidas por Ferreira Viana vêm a seguir:

Rio de Janeiro, 22/03/1888

" Exmo. Sr.

Tendo tido conhecimento pelas folhas de hoje, da resolução tomada por V.Exa., para estabelecer diversos Asilos para a infância infeliz e desejando contribuir pela minha parte nessa obra venho por meio desta, por-me gratuitamente à disposição para qualquer indicação ou mesmo direção das obras...

Julgo-me habilitado bastante para isso, tendo instalado o Asilo Agrícola de Santa Isabel em Desengano, que se acha sob os auspícios de Suas Altezas Imperiais (Princesa Isabel e Conde d'Eu), a quem V.Exa. poderá pedir informações a meu respeito. "

Assinatura ilegível

Rio de Janeiro, 30/03/1888

Ilmo. Exmo. Sr.

"[...] é porque vejo um alto depositário do poder público estar confirmando na prática todo o programa de sentimentos que, durante largos anos, foi o tema de suas dissertações parlamentares e íntimas, alentadas sempre pela mais doura e persuasiva eloquência."

O serviço que V.Exa. propõe-se a prestar à causa da orfandade infeliz, dos destituídos da fortuna pecuniária e dos enfermos da mentalidade é de tal ordem, que impressiona as almas bem formadas, que não temo errar dizendo estarem prontas a ser auxiliares de V.Exa. nesse grandioso e humanitário empenho todos quantos dele tivessem conhecimento.

"[...] oferecimento que ora faço de meus préstimos como facultativo em qualquer dos estabelecimentos que n'esta Corte V.Exa. fundar para os expostos."

Dr. Alberto de Sá

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1888

" Ilmo Sr. Conselheiro Dr. Antonio Ferreira Viana

Unanimemente tem sido a população deste país em aplaudir a atitude tomada por V.Exa. logo aos primeiros passos na administração da pasta que em tão boa hora lhe foi confiada. Em V.Exa. o povo encontrou não só o Ministro da Justiça, de quem tudo espera, como também o Ministro da caridade.

Dos muitos que o aplaudem, principalmente debaixo desse último ponto de vista, sou eu um dos mais entusiastas.

Para dar-lhe uma prova disto quisera imitar o exemplo dos beneméritos cidadãos que, não há muitos dias, poderosamente auxiliaram os seus intuitos de humanidade, infelizmente, porém, não os posso seguir, porque sou um médico pobre".

Dr. Capelli Camarano

Até sugestões pedagógicas são enviadas:

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1888

Exmo. Sr. Conselheiro Antonio Ferreira Viana

Os exercícios militares são hoje uma necessidade para os meninos, principalmente, para os meninos pobres que convivem e têm de conviver num meio menos regular.

Nos homens que foram militares nota-se sempre uma tendência mais pronunciada para o respeito a ordem, para a disciplina, para o método de vida e regularidade das ações, para o respeito às autoridades e a seus superiores hierárquicos, em todos os ramos da atividade humana e para a observância e fiel execução dos preceitos sociais e morais.

Os quadros, a seguir, permitem avaliar, quantitativamente, a adesão a essa causa social e os organizei computando os documentos enviados a Ferreira Viana.

A repercussão e a mobilização social, ante a notícia da Fundação de Asilos pelo Ministro da Justiça, Conselheiro Antônio Ferreira Viana
(provavelmente, a partir de março de 1888)

I) Doações de Objetos

Roupas de Cama	06
Vestuário	02
Alimentos	08
Remédios	03
Objetos para Capela	02
Material Escolar	03
Diversos	04
Serviços	04
Sabão/Sabonete	03
Mobiliário	01
Utensílio Doméstico	01
O Prédio	*1
Lista de Diversos Objetos (com nome dos doadores)	*2

*1 O prédio onde funcionou, inicialmente, a Casa São José, situava-se na Rua Barão de Itapagipe, nº33. Deve-se às iniciativas dos Barões: Itacurussá, Mesquita, Bonfim e Antônio José de Castro.

*2 A listagem está encabeçada pelo Sr. Felipe Nery Pinheiro. Este mesmo senhor, em 1898, doou o calçamento de paralelepípedos encontrados à entrada desta escola, hoje na Rua General Canabarro (antiga Duque de Saxe)

II) Oferecimento de Serviços (gratuitos)

Professor Primário	05
Professor de Português	02
Professor Música	03
Professor Gramática	03
Professor Técnicas Manuais	01
Eng.º / Arquitetos	04
Médicos	07
Dentistas	03
Farmacêuticos	02
Administração	02

III) Oferecimento de Dinheiro

RS 45.865.160	*
---------------	---

* Há lista com o nome dos doadores e respectivas quantias

1.3 – O DISCURSO DE FERREIRA VIANA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 1888

Já o fundador, o Ministro da Justiça Ferreira Viana, a propósito da futura instalação de abrigos, assim se pronuncia (SILVEIRA, 1956, p.41)

municipal encapçada, havendo até a Defenda de
 assignar o presente Auto Comemorativo, que por Constante
 da Lei, e que se tambem assignado por todos os
 pessoas presentes, que o quizeram. De Barchavel José da
 Costa de Alagachy, Cart. Notaria, Secretari de M. Com.
 Municipal, e assim até, que assigna depois de o descrever.

Subscritores do Livro Comemorativo

Bartolomeu de Brito e Lages

Affonso de Brito
 Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

J. Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

Barroza de Brito

“Senhores, de todo não é exato que eu tenha solicitado individualmente esmolas ou socorros para os asilos que pretendo fundar. Os auxílios têm ocorrido espontaneamente. Posso mostrar ao nobre deputado uma relação de todos os benfeitores desta santa obra. Posso ler as cartas que tenho recebido e que me comovem, profundamente, porque são a história do que há de mais íntimo em almas que ainda não se esqueceram da misericórdia e do amor ao próximo. Há muito que naquele que dá muito e naquele que dá quase nada.

Há muito que aprender nestas rivalidades de amor, de piedade e de caridade. Conto com as contrariedades da política, mas com o favor e a união de todos os nobres deputados, em redor de mim, quando se trata de caridade, de agasalhar e acariciar estas crianças, de diminuir estes infortúnios, de suavizar estas dores e finalmente de enxugar tantas lágrimas. Oponham-me os nobres deputados todas as contrariedades políticas, mas não me criem embaraços a esta obra de coração e toda de amor. Deve ficar fora dos nossos debates semelhante assunto.”

Toda essa movimentação de cartas, doações e discursos merecem algumas considerações.

Vejo ser o problema de crianças abandonadas, nas ruas do Rio de Janeiro, de largo conhecimento público e, mais ainda, motivo de clamor, tal a resposta imediata obtida por Ferreira Viana ao pedido de ajuda para a fundação de Asilos, solução encontrada, na época, para tão grave problema social.

Na verdade, tais asilos, apenas, acolhiam alguns e não impediam a continuação da extremada pobreza, causa verdadeira de as camadas desfavorecidas da sociedade deixarem ao desamparo seus filhos... Muitos eram órfãos e cabia à sociedade ou ao Estado provê-los.

Essas numerosas mensagens (contei um número de trinta e duas cartas) revelam, também, um outro problema constante no país: o do desemprego.

Nelas percebem-se certas intenções, às vezes veladas, e outras mais explícitas, tais como: sou habilitado para direção de obras, ofereço meus préstimos como facultativo, sou médico pobre, presto exercícios militares úteis para meninos pobres... Todas essas colocações evidenciam o desejo de, num futuro, conseguir-se um emprego, por ser Ferreira Viana Ministro e Conselheiro do Império.

O emprego público foi e é considerado garantia de vida sem sobressaltos. Muitas pessoas chegavam a oferecer seus serviços sem remuneração, visando mostrar suas qualificações e, mais tarde, serem recomendadas para ocupar as vagas definitivamente. Tal situação alcançava pessoas de diferentes formações.

Pode-se observar o número acentuado de profissionais de nível universitário, também, utilizando-se desse recurso.

A pobreza, no Brasil, atingia a muitos e não se limitava, na época, à camada da população que tradicionalmente estivera afastada dos benefícios sociais.

Era os sinais desse tempo.

Ferreira Viana se disse comovido ante a repercussão dos seus projetos de assistência social, considerando-as como demonstração de caridade e amor ao próximo.

Meu projeto de estudo abrange os vinte e oito anos de existência da Casa de S. José. Teria havido mudanças na estrutura econômico-social do país, ou nada se modificara na vida do povo brasileiro?

1.4 – A SOLENE INAUGURAÇÃO DA CASA DE S. JOSÉ

O nove de agosto é um dia histórico para a ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERREIRA VIANA: marca a sua fundação.

O Jornal do Comércio, na coluna: Assembléia Geral/Senado/61ª Sessão, 09/08/1888, p.9, assim relata esse feliz acontecimento:

“A Casa de São José foi inaugurada com a presença de Sua Alteza Regente e seu augustó esposo, os senhores Ministro da Justiça e Desembargador Chefe de Polícia, representante da Câmara Municipal, Monsenhor Raymundo Brito, Conselheiro José Julio, Diretores da Correção e Asilo da Mendicidade, Comissões de Associações e de alunos das escolas municipais São Sebastião, São José e Nossa Senhora do Socorro, com seus estandartes, primeiras professoras, representantes de todas as classes sociais e de grande número de senhoras. Está situada na Rua de Itapagipe e é destinada, pelo Senhor Ministro da Justiça, para asilo das crianças abandonadas.

Às 11:30 horas, chegaram suas Altezas que foram recebidas pelo Sr. Ministro da Justiça e demais autoridades. Os novos asilados, formados em alas, levantaram vivas e atiraram flores. Na capela do estabelecimento, houve missa, celebrando Monsenhor Raymundo Brito.

Finda a cerimônia religiosa, pronunciou o Senhor Ministro da Justiça o seguinte discurso: 'Estão salvas as crianças; ao invés de trapos da miséria, a vestidura limpa da caridade; em vez de fome, o pão de cada dia graças a nobre municipalidade da Capital do Império. Os gritos dos loucos, os horrores da miséria, as abominações do vício, substituídos pelos cânticos sagrados, a alegria da vida e a lição da virtude, e enfim a Casa de São José, pelo antro da mendicidade Bendito seja o Senhor. Inocente a abrir os olhos para ver a escuridão, possuídos do reino, do pão celeste e não ter onde repousar a cabeça, amados de Jesus Cristo e lançado às imundícies'.

Quando faltassem provas da inexcedível caridade do Império bastaria a salvação das crianças de São José. Assim como São José salvou o menino Jesus de oito de seus perseguidores, defenderá os náufragos recolhidos a esta santa casa.

Sereníssima Senhora, os desterrados na mendicidade serão os habitantes das prisões, a ameaça da ordem pública, a inquietação da polícia e os condenados da justiça. Recolhidos a este asilo são os salvados da caridade, os pregoeiros da nossa glória e a esperança do futuro. Eles não esquecerão jamais que nos devem a vida.

Esta casa é uma súplica que os anjos levam aos céus por nós, por vosso esposo, por vossos inocentes filhos, por vosso augusto pai e venerável mãe. Aclamada pelo povo, por todas as nações cristãs, abençoada pelo Supremo Pontífice, Deus Salve a Princesa Imperial Regente, a Redentora dos Cativos, a consoladora dos infelizes e a protetora das crianças."

Depois do Senhor Ministro, falaram os Senhores Ulisses Cabral e José do Patrocínio. Este, em nome da Câmara Municipal, saudou a Princesa Imperial e louvou o Senhor Ministro da Justiça pelo importante benefício e pela criação da Casa de São José.

Findo este discurso, percorreram Suas Altezas todo o edificio e, depois de assinarem o termo de inauguração, lavrado pelo Doutor Magalhães Castro, Secretário da Câmara Municipal, retiraram-se com as mesmas formalidades com que haviam sido recebidas.

A Rua de Itapagipe estava adornada e tocavam-se, em coretos, uma música particular e a do corpo de polícia da Corte. As músicas eram a dos Meninos Desvalidos e a do Regimento de Artilharia."

No mesmo periódico, Jornal do Comércio, há um anúncio, na p.8, marcando uma nova atitude de caridade pública: um espetáculo circense destinado aos asilos de Ferreira Viana.

*"RUA SENADOR DANTAS 5
GRANDE CIRCO DOS IRMÃOS CARLO
EM COMBINAÇÃO COM O GRANDE CIRCO DOCKRILL
HOJE, QUINTA-FEIRA, 9 de agosto de 1888
GRANDE FUNÇÃO DE GALA EM BENEFÍCIO DOS ASILOS
FERREIRA VIANA
À QUAL ASSISTIRÁ S. EX^a O SR. CONSELHEIRO ANTONIO
FERREIRA VIANA DIGNO MINISTRO DA JUSTIÇA*

Neste espetáculo, participarão todos os artistas das duas grandes companhias com um dos melhores programas de seus trabalhos; na qual tomará parte a aplaudida e famosa família Livingston, o rei dos equilibristas, Sr. Coelho, Mlle Amélia, o funâmbulo Nicolas sobre o arame, o 1º jockey do mundo Van Zandt, Miss Addie, Frank Brown.

Novidades:

Espectáculos todas as noites, domingos e dias feriados dois espetáculos. Em preparação grandes surpresas."

1.5 - A CASA DE SÃO JOSÉ NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA

Na literatura ligada à História da Educação, pesquisei referências à Casa de São José.

Meu intento, ao proceder esse trabalho, foi constatar se havia registros das atividades dessa instituição, na qualidade de instância assistencial e pedagógica.

A Casa de São José sofreu mudanças de várias naturezas, inclusive de denominação. Considero ter esta medida, principalmente, provocado uma verdadeira ruptura com seus tempos iniciais. O Instituto Ferreira Viana, em que ela se transformou, sofreu uma desassociação com o seu passado, a tal ponto que, cem anos depois, estava totalmente apagado da memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana seu primeiro nome.

É fácil, daí, entender-se a razão de ter sido, igualmente, relegado ao esquecimento o importante papel cumprido, durante tanto tempo, por esse estabelecimento, quanto ao acolhimento de crianças desvalidas, antes de tomar novos rumos. Apesar de tudo, esta escola mantém alguns laços com o seu passado: continua pública, administra ensino técnico e empenha-se em formar jovens brasileiros cômnicos de sua cidadania.

As informações sobre essa instituição, obtidas em obras diversas, são simples trechos que abaixo transcrevo:

“A Casa de São José, fundada ainda no antigo regime, pelo ilustrado Sr. Dr. Antônio Ferreira Viana, destinando-se a crianças pobres desvalidas, mas não àquelas que os ingleses chamam, muito caracteristicamente, os árabes da rua [...]” (Vaz, 1905, p.187)

“Condoeu-se, também, do fato amargo das crianças que, por não haverem sido aquinhoadas com pais desvelados, ficam expostas às deletérias sugestões das ruas não policiadas e das diversões nocivas; e, destarte, coube-lhe a meritória missão de criar a Casa de São José, atual Instituto Ferreira Viana, para educar as crianças desabrigadas dos carinhos dos pais e dos desvelos maternos [...]” (Silveira, 1956, p.41)

“É criado o Instituto Antônio Ferreira Viana em 1883 Introduzindo no curso primário a educação manual.” (Machado, 1932, p.24)

“Em 1889, através do Decreto nº 10.244, de 31 de março de 1889, cria um Conselho de Assistência para a Casa de São José, Colônia de São Bento e Asilo do Conde de Mesquita.” (Rizzini, 2000, p.119)

“Apenas o Conselheiro Ferreira Viana tomara posse do Ministério da Justiça, como filósofo que é, estava preocupado com as prisões e, em as visitando, teve ocasião de melhorar seu regulamento interno, a fim de tornar menos penosa a existência dos infortunados detidos. Conhecendo que os infelizes detidos pela polícia, pelo delito de mendicância, as crianças abandonadas e os vagabundos eram tratados ao mesmo pé de igualdade [...] O asilo-escola para as crianças abandonadas tomou o nome de Casa de São José.” (Almeida, 2000, p.272)

1.6 – A IDENTIDADE DOS ASILADOS

UM RASTRO DE POBREZA:

As crianças que foram recebidas pela Casa de S. José foram, assim, descritas num relatório enviado ao Diretor, em janeiro de 1899, pelo médico dessa instituição, Dr. Mário de Souza Ferreira :

"[...]a maior parte dos asilados chegam em estado de depauperamento, de quase miséria orgânica e, pois, em condições de fácil receptividade mórbida, incapazes de oferecer séria e eficaz resistência às múltiplas causas de moléstias."

Como eu poderia revelar a figura do ser humano, adjetivado genericamente como "crianças desvalidas", na documentação oficial da Casa de S. José? Em Literatura como Missão, Sevcenko (1989) mostra-me o caminho, pelo qual tentarei fazer falar os sem-história, tirando do silêncio, a que sempre estiveram condenadas, crianças brasileiras, vítimas indefesas das injustas condições impostas pelas elites à organização da sociedade, no sentido de condená-las a uma vida de carência de direitos, respeito e afeto.

Pode-se, portanto, ainda segundo o mesmo autor, pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das idéias não consumidas. A produção dessa historiografia teria, por conseqüência, de vincular-se aos agrupamentos humanos que ficaram marginais ao sucesso dos fatos. Estranhos ao êxito, mas nem por isso ausentes, eles formaram o fundo humano de cujo abandono e prostração se alimentou a literatura. Foi sempre clara aos poetas a relação intrínseca existente entre a dor e a arte. Nessa trajetória, a literatura se presta como um índice admirável e, em certos momentos, mesmo privilegiado, para o estudo da história social.

Nada impede, portanto, aos estudiosos da História, que, na falta de fatos e sucessos, lancem mão dos registros dos escritores, cuja notória sensibilidade nos permite dar fé às suas criações e reconstruir, a partir das coisas que procederam dos poetas, as coisas que sucederam na História.



Fig. 38 — Dois menores chegados à Escola Correccional Quinze de Novembro, para ali serem internados e mandados photographar no estado em que se apresentaram no estabelecimento.

Meninos vivendo nas ruas do Rio de Janeiro no início do século XX
Fonte: VAZ, Franco. **A infância abandonada**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 191.



Livro de Matricula

A CASA DE SÃO JOSÉ E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
A IDENTIDADE DOS PRIMEIROS ALUNOS
Ano 1888

Da leitura do Livro de Registro, obtive as informações abaixo expostas referentes aos primeiros alunos oriundos do

Asilo de Mendicidade

Nome Completo	Só Prenome	Idade 6 anos	Idade 7 anos	Idade 8 anos	Idade 9 anos	Idade 10 anos	Idade 11 anos	Idade 12 anos	Idade 13 anos
105	08	06	12	05	11	11	10	44	07

Cor: Preto	Cor: Pardo	Cor: Branco	Filiação: Completa	Nacionalidade		
32	37	44	S/Informação	Brasileiro 111	Português 01	Italiano 01

Destino: Marinha	Destino: Família	Destino: Asilo S. Bento	Destino: Emprego	Destino: Fuga	Destino: Asilo dos Meninos Desvalidos	Destino: s/anotação
14	26	10	13	15	16	15

Na documentação da Casa de São José, há somente indicações sobre a

origem dos menores encaminhados até essa instituição.

ANO	ORIGEM						TOTAL
	INDICADOS POR FERREIRA VIANA	ASILO DA MENDICIDADE	JUIZ DE ÓRFÃOS	MINISTRO DO IMPÉRIO BARÃO DE LUCENA	FAMÍLIA	IRMÃ SUPERIORA	
1888	49	64	—	—	—	—	113
1889	22	17	08	06	05	04	60

É apenas de um aluno, registrado como Paulo, de dois anos e meio, essa sucinta história: fora encontrado abandonado à porta do Convento de Santo Antônio e levado, por policiais, à Casa de São José. Lá permaneceu, mais ou menos, três meses. A varíola o levou. Não deixou de ser significativo o registro de seu falecimento: Paulinho. O pequenino deve ter tocado corações.

Com o intuito de identificarmos esses menores desamparados no Rio de Janeiro, no período de transição do século XIX para o XX, recorri ao cronista João do Rio (Paulo Barreto) e ao educador/sociólogo Franco Vaz (1905), além de obras baseadas em jornais dessa época como a de Eduardo Silva (1988) e de Delso Renault (1982).

João do Rio, considerado o primeiro grande repórter brasileiro, costumava ir ao encontro dos acontecimentos, percorrendo as ruas da cidade. Seus artigos publicados nos jornais derivavam, diretamente, do observado. Mais tarde, eles foram reunidos em livros. Foi, sobretudo, cronista dos costumes cariocas e figura de grande popularidade.

“No desenrolar da noite, o narrador-repórter, evocando Dante, decide descer aos círculos informais e visita os zungas da cidade-nova, hospedaria de gatunos, chaga lamentável da cidade, onde encontra os ‘pivetes’, ainda na denominação francesa, descritos como pobres garotos sem teto.” (João do

Rio, 1991. p. XI)

São da obra "A Alma Encantadora das Ruas", de João do Rio, as descrições sobre menores que citamos a seguir. João do Rio comenta ter entrevistado noventa e seis garotos, estrangeiros, negros, mulatos. Dentre eles, alguns sustentavam a família, chegando mesmo à prática de roubo e outros delitos.

Alguns relatos selecionados são abaixo transcritos:

"Eis um doloroso quadro, mostrando o significado da vida de misérias a que estavam submetidas muitas crianças, no Rio de Janeiro dessa época. A fome, o desamparo e a exploração faziam parte da vida dessa menininha.

'Como se chama você?

- Elisinha, sim senhor.

É parda: tem nove anos.

Embrulhada nuns farrapos, a tremer com os beicinhos roxos e as mãos no ar, muito aflita, parece que lhe vão bater. Mora na Rua Frei Caneca.

Não vai para a casa, não pode ir. A madrinha bate-lhe; tem o corpo cheio de equimoses.

- Quando não arranjo bastante para a madrinha e as filhas, dão-me sovas."

(p.133)

É de D. Hélder Câmara o comentário de que miséria é o maior pecado cometido por um homem contra outro.

Os casos relatados, abaixo, são correlatos com a colocação do saudoso bispo.

"Armando é uma criança explorada e não é difícil imaginar-se a que extremos chegava:

'O petiz de dez anos diz-se italiano por causa das dúvidas. Pára no Largo da Sé e, ingenuamente, conta que a família não faz comida há três anos. É ele que arranja tudo, fora os cobre". (p. 134)

Nos dois casos seguintes, menores são corrompidos:

"José Vizuir, também italiano, é filho do conhecido mendigo Vizuir. Sai da Rua do Alcântara, onde mora, às cinco da manhã, à procura dos pães que

os padeiros costumam deixar nas janelas e à porta de certas casas. Quando a janela é alta serve-se de um pau em forma de ferrão. O pai ensina-o a roubar". (p.134)

'Dudu de Oliveira passa o dia no mercado e nos bairros centrais. A mãe, fingindo-se de cega, esmola no Largo do Machado. Ele leva recados suspeitos e propõe-se a misteres ignóbeis". (p. 134)

Esta próxima narrativa, retirada de *A Alma Encantadora das Ruas*, é bem uma amostra da degradação extrema a que estavam sujeitas as crianças desamparadas, nas ruas da cidade. Onde, o poder público? Denúncia havia.

"Logo no começo da Rua Uruguai, há uma mulher de cor branca, fisionomia torva, sempre embicada em panos pretos. Chamam-na a Camaleão, alcunha que lhe ficou do peralta do filho. Esse ente repelente tem uma estalagem, um prédio, é rica e pede esmolas, provando ser viúva pobre. Quando encontra crianças, leva-as para a casa, um doloroso centro de lenocínio e velhacaria, a extorqui-las.

Agora, vê-se o tratamento dispensado pelas autoridades policiais aos menores de rua:

Neste momento ouviu-se o grito de pega! Um garoto corria. O cabo precipitou-se.

Já outros dois soldados vinham em disparada. Era a caçada aos garotos, a canoa. A canoa vinha perto. Tinham pegado uns vinte vagabundos, e pela calçada, presos, seguidos de soldados, via-se, como uma serpente macabra, desenrolar-se a série de miseráveis trêmulos de pavor.

- Canalhas! Bradou o Dr. Delegado. E ainda se queixam que eu os mande prender para dormir na estação!

- Nós devíamos ter asilos, instruiu o adido.

- É verdade, os asilos, a higiene, a limpeza. Tudo isso é muito bonito. Havemos de ter. Por enquanto Nosso Senhor, lá em cima, que olhe por ele". (p.124)

Nesses recortes de *João do Rio*, lê-se, apenas, o testemunho de alguéna visualizar o Rio capital e cosmopolita, resultante das obras de Pereira Passos. Ele mostra, também, os contrastes ao percorrer o outro lado da cidade, onde encontra a miséria, que convive com a modernização. *João do Rio*, aí, revela-se um observador não só arguto, mas homem sensível. Ele, diante das crianças desvalidas, indaga, analisa e sonha com outros destinos para a vida desses pequeninos...

O Sr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, incumbiu o Sr. Franco Vaz de estudar o problema da infância abandonada no Rio de Janeiro.

O resultado de seis meses de pesquisa é reunido no livro: *A Infância*

Abandonada, publicado em 1905. As informações colhidas são expostas de modo claro e são registro, também, de quem observou diretamente os fatos.

Assim, na companhia de dois jornalistas, visitou o autor a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, pedindo autorização para falar com os menores detidos. Alguns de seus relatos a respeito reforçam a situação de desamparo absoluto da infância pobre, igualmente descrita por João do Rio.

Temos, a seguir, outro caso de exploração infantil:

“O primeiro trazido a nossa presença foi um pequeno de cor branca, franzino e alourado, com quatorze anos de idade. É natural de Portugal e chama-se Joaquim José da Motta.

- *Que fazias antes de aqui dar entrada? perguntamos-lhe.*
- *Vendia folhas, no Largo da Carioca.*
- *P'ra ti ou para alguém?*
- *P'ra meu tio.*
- *E teus pais?*
- *Meus pais ficaram na terra. Eu vim p'ra aqui com meu tio.*
- *Então o que apuras com a venda dos jornais entregas a teu tio, não é isso?*
- *E por que não te manda ele ensinar um ofício?*
- *Ele diz que eu ainda sou muito pequeno p'ra aprender a arte.*
- *Sabes ler e escrever?*
- *Não, senhor, nunca aprendi.” (Vaz, 1905, p.81)*

Eis um exemplo de quanto a desagregação familiar pode infelicitar uma criança.

“Afonso dos Santos é um pardinho de doze anos. Sua mãe, ainda viva, é cozinheira. Foi preso por um guarda civil, quando estava passeando à noite. Não sabendo ler nem escrever, pediu que comunicassem a sua mãe achar-se detido ali. Já foram duas cartas, mas sua mãe... nada. O pai, que costumava se embriagar, morreu em umas obras, onde trabalhava como pedreiro.”(p.83)

Crianças estrangeiras, também, eram encontradas, ao desamparo, nas ruas do Rio. Eram, igualmente, submetidas a maus tratos.

"João Moreira da Silva é também um caso interessante. É de cor branca, louro, filho de italianos e vende folhas no Largo da Carioca. Seu pai e sua mãe estão mortos. Hoje vive em companhia d'um tio, para quem vende as folhas. Seu pai, que era dado ao vício da embriaguez, quando ele, nesse trabalho, não arranjava o dinheiro preciso, batia-lhe desapiadadamente de correia e vara, deixando-lhe marcas no corpo, ainda visíveis." (p.83)

Franco Vaz comenta que, na reabertura da escola, um cronista escrevera ter reconhecido que, para cem crianças que vão à escola, há outro grupo de cem, que fica nas calçadas por "desleixo" dos pais. É um espetáculo doloroso: seminus, sujos, às correrias ou aglomerados à porta de estalagens, em contato com vagabundos, malandros, envenenando os olhos, os ouvidos e a alma.

Em todo o mundo, a vagabundagem de crianças é, entre outras circunstâncias, a escola do crime, principalmente nos centros urbanos.

Franco Vaz preconiza a introdução de uma educação correcional e preventiva, como melhor meio para evitar e salvar os deserdados.

Ambos reprovam a pobreza e a conseqüente fragilização da família, a orfandade desamparada e o abandono das crianças nas ruas, expondo-as às más companhias e aos maus conselhos.

Outras referências à presença de crianças desamparadas, nas ruas do Rio de Janeiro, foram encontradas em Eduardo Silva (Queixas do Povo) e Delso Renault (O Dia-a-Dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais de 1870-1889).

Este trabalho, "As Queixas do Povo", resultou de pesquisas dirigidas por Eduardo Silva, numa coluna publicada no Jornal do Brasil, gratuitamente, e onde os interessados, quando analfabetos, tinham suas reclamações redigidas por funcionários das agências do jornal. Essa coluna começou a ser publicado em 1900, tendo como objetivo levar ao conhecimento das autoridades os problemas da população.

Em "As Queixas do Povo", Eduardo Silva menciona reclamações publicadas no Jornal do Brasil, de 26 a 28 de abril de 1910, registrando que meninos desocupados cometiam desatinos, incomodando as famílias e citando as presenças indesejáveis: no Bulevar 28 de Setembro, em Vila Isabel, em Irajá; nas ruas transversais à Av. Salvador de Sá; nas ruas Sanatório e Guanabara e no Beco João

Pereira, na Glória; no Bulevar São Cristóvão e nas ruas Barão de Iguatemi, Saldanha da Gama e, por fim, nas travessas Araújo e Soledade, no Engenho Velho.

Delso Renault, em "O Dia-a-Dia no Rio de Janeiro", segundo os jornais 1870-1889, Diário do Rio de Janeiro (03/06/1876), descreve:

"Mal se pode passar nas ruas ou entrar numa casa comercial. O redator condói-se da sorte desses miseráveis. Mas, acaba convencido de que as pobres crianças, maltrapilhas e sujas, são exploradas por gananciosos aventureiros. (p.32)

1874 – O governo tenta abordar outro problema de graves conseqüências sociais, sem solução ainda nos nossos dias: o amparo à infância desvalida. Fala-se na criação da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância (1872) que, sem recursos e inativa, é um órgão inoperante. (p.64)

1876 – O analfabetismo, o escravo, a pobreza, a mendicância, a criança desvalida e a marginalização alistam-se dentre os problemas dessa quadra." (p.93)

Essas práticas injustas eram socialmente aprovadas, num sinal evidente de convivência com o uso da violência praticada contra tais deserdados seres e, mais ainda, numa percepção da pobreza como fatalidade do destino.

"A rua é percebida como espaço da desordem moral, da família desunida, da sujeira, da violência e do crime, traduzindo a seu modo a associação feita pela boa sociedade entre pobreza, desordem moral e violência", defende Teles (2002, p.83).

1.7 – A POBREZA E O ASSISTENCIALISMO

A presença de crianças abandonadas no Rio de Janeiro era situação antiga, com a qual convivia a sociedade, e que já merecera dos órgãos públicos medidas assistencialistas.

Na obra "Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro", de Paiva citada por Leite (2001, p.17), há um quadro mostrando essas instituições, acompanhadas de várias informações das quais selecionamos: ano de fundação/cidade, nome, mantenedor, clientela e faixa etária abrangida.

1740, RJ, Recolhimento de Órfãos e Desvalidas de Santa Teresa, Santa Casa da Misericórdia órfãos de matrimônio legítimo e desvalidas, 5 a 13 anos.

1846, RJ, Asilo das Órfãs, Sociedade Amante da Instrução, órfãs desvalidas, Sem informação da faixa etária.

1854, RJ, Asilo da Mendicidade, Estado, enfermos e alienados, 3 a 12 anos.

1854, RJ, Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição, 12 a 21 anos.

1869, SP, Instituto de Educandos Artífices. Estado, Meninos pobres, sem informação da faixa etária.

1872, RJ, Orfanato Santa Maria, Colégio Maria Imaculada, meninos negros, 12 a 21 anos.

1873, RJ, Escola de Aprendizes de Marinheiros, Estado, meninos maiores de 12 anos encontrados em abandono moral.

1874, RJ, Asilo de Meninos Desvalidos, Estado, meninos desvalidos, 8 a 21 anos.

1877, RJ, Asilo Santa Maria, Santa Casa de Misericórdia, mulheres e meninas, sem fixar idade.

1886, RJ, Asilo Agrícola Santa Isabel, Associação Protetora da Infância Desamparada, meninos vagabundos ou destituídos de amparo de família, mas de preferência órfãos, 10 a 14 anos.

1888, RJ, Casa de São José, Subvenção federal, impostos sobre bebidas alcoólicas, meninos com idade entre 7 e 11 anos, podendo permanecer até 14 anos.

A Igreja Católica desempenhou papel importante na manutenção e na administração dessas instituições, que nem sempre se preocuparam com o ensino fundamental. A maioria delas cuidava de orientar as crianças para o exercício de profissões, tais como: empregada doméstica, costureiras e lavadeiras, no caso das meninas.

Várias dessas instituições citadas merecerão alguma consideração, ou

por envolverem a Família Imperial na sua fundação e festejos, ou por terem sido estabelecidas ligações administrativas com a Casa de S. José.

A) Asilo de Meninos Desvalidos

Fundado em 1874, pelo Ministro João Alfredo. Destinava-se o mesmo a atender, inicialmente, meninos de seis a doze anos, e mais tarde dos oito aos vinte e um anos. Funcionava na Chácara dos Macacos, em Vila Isabel, com o objetivo de admitir meninos desvalidos, órfãos ou em estado de pobreza.

O currículo da escola primária seguia a orientação das demais escolas públicas da Corte; leitura, escrita, aritmética, instrução moral e religiosa. O nível secundário visava à formação profissional dos meninos, à aprendizagem das artes e dos ofícios de sapateiro, funileiro, ferreiro e serralheiro. O trabalho era obrigatório e realizava-se nas oficinas da escola.

Ao findar o prazo de permanência na instituição, os jovens eram colocados em oficinas públicas ou particulares, mediante contrato com o Estado e sob a fiscalização de Juizes de Órfãos.

Essa instituição, também, visava acolher os meninos libertos pela Lei do Ventre Livre de 1871. Muitos proprietários solicitaram matrículas para os “ingênuos” neste Asilo, que passou, com a República, a ser articulado com a Casa de S. José e para ela foram dirigidos os meninos após completarem doze anos. Foi esse asilo, também, instituído, dentro da idéia de formação de mão-de-obra qualificada, para atender a nossa incipiente indústria. Mudou igualmente, de denominação, tornando-se Instituto Profissional Masculino e, por volta de 1916, foi chamado de Instituto João Alfredo.

B) Asilo Agrícola de Santa Isabel (1880/1886)

Schueler (2000, p.119-133) escreve um artigo sobre a história dessa instituição.

Este asilo surgiu da atuação da Associação Protetora da Infância Desamparada, criada em 1883, e destinava-se a atender menores vagabundos, “ingênuos” e outros, tendo como projeto pedagógico o desenvolvimento do ensino agrícola, considerado pelos membros dessa associação como o de maior interesse para a construção do progresso nacional.

Entre seus membros, podemos destacar: o Conde d’Eu, políticos do Império

como Paulino José Soares de Souza e proprietários rurais fluminenses que visavam, com essa iniciativa, formar trabalhadores para suas propriedades rurais, já se antevendo o final da escravidão.

Nessa escola, seria ministrada instrução primária e rural.

Previam-se, também, ao retirar das ruas menores desamparados, estar esta instituição contribuindo para a manutenção da ordem pública. Aliás, outro objetivo dessa Associação seria estender tal organização asilar do Rio de Janeiro para outras regiões do país.

O Santa Isabel foi inaugurado, em 28/4/1886, em comemoração à data natalícia do Conde d'Eu.

Analisando o significado desse estabelecimento, Schueler considera ter havido, por parte dos antigos senhores, o desejo de manter seu poder sobre a vida de libertos, conservando-os nas fazendas, sob sua dependência e autoridade. Ela, também, levanta a possibilidade de tal asilo constituir uma resposta aos que tinham a esperança de que os negros pudessem cultivar o seu próprio pedaço de chão. Isso se justifica, uma vez que o engenheiro abolicionista André Rebouças havia proposto a divisão dos latifúndios por famílias que teriam a obrigação de acolher crianças desamparadas, livrando-as das ruas e dos asilos.

A organização administrativa do mesmo guardava semelhança com a da Casa de S. José e, igualmente, foi visitado pela Princesa Isabel. Não é feita, pela pesquisadora, referência ao destino dessa instituição.

C) As Companhias de Aprendizes de Marinheiro

Essa corporação foi instituída a partir de 1840. Era de caráter público e destinava-se a abrigar menores que não podiam permanecer sob a custódia de hospitais ou de responsáveis.

Quando criada, teve a mesma grande aceitação, pois os meninos ali incorporados recebiam um enxoval gratuito e, quando levados voluntariamente pelos seus responsáveis, estes recebiam uma indenização de cem mil réis, valor nada desprezível na época.

Ao se analisar a documentação da Marinha, torna-se evidente que tal atitude não significava desamor, mas uma das poucas possibilidades de aprendizado profissional para crianças pobres.

No entanto, a disciplina era cruel, chegando até a serem utilizados castigos

corporais com o uso de chibatadas; a alimentação era precária, baseada em farinha de mandioca e charque, facilitando o aparecimento de anemias e tuberculose. Em consequência, as fugas de meninos eram freqüentes.

Sabe-se que, por ocasião da Guerra do Paraguai, muitos meninos que viviam na rua foram apanhados à força e postos à disposição da Marinha.

Paralelamente à ação policial, o recrutamento forçado contou com outra fonte: as oficinas de aprendizes e artifices. Tais oficinas existiam nos arsenais e acolhiam meninos e rapazes entre dez e dezessete anos.

No regulamento da Casa de S. José, (1840), havia uma cláusula determinando que os meninos órfãos, considerados rebeldes, seriam enviados à Escola de Aprendizes de Marinheiro.

São exemplos dessas medidas as seguintes referências:

O repórter Ernesto Senna publica, em 18 de abril de 1891, no Jornal do Comércio, a notícia de que a Casa de S. José enviou doze alunos para a Companhia de Marinheiros.

Consta, em outro documento, a determinação de que o menor Estêvão Brasil se apresentasse ao Quartel General da Marinha, a fim de submeter-se à inspeção de saúde, e, se considerado apto, assentar praça na Escola de Aprendizes de Marinheiros.

O regulamento de 1895 dispõe sobre o ensino de asilados incorrigíveis para qualquer um dos estabelecimentos militares. E, a partir de 1904, não se faz mais menção a esses estabelecimentos.

1.8 - A VELHA E PERSISTENTE QUESTÃO SOCIAL E O ASSISTENCIALISMO

A tradição assistencial começa com a filantropia privada no Brasil colonial, sendo redefinida no século XIX e continuando, pelas três primeiras décadas desse século, como solução para a pobreza desvalida.

Grande parte da população livre no Império, principalmente a mestiça, não tinha acesso ao trabalho. Tal situação viu-se agravada com a Abolição, engrossando o contingente dos despossuídos e tornando difícil a oportunidade de se encontrar ocupação para os mesmos.

Aos pobres só restará o espaço da assistência social, necessária para sua

sobrevivência na miséria. "Esse é o lugar dos não-direitos e da não-cidadania". (TELLES, 2001, p.26)

Para Telles, a assistência social traduz, no registro da carência, um mundo sem sujeitos onde as necessidades e interesses não se universalizam, como demandas e reivindicações coletivas.

A pobreza, assim, é colocada fora da trama das relações sociais e esvaziada de sentido moral; a pobreza escapa ao espaço da ação política, sendo relegada ao universo assistencialista da caridade que protege e vigia os que estão fora da cidadania, mas cidadania de fato não lhes confere, explica Telles.

Aos pobres, é imputada a incapacidade da não solução dos problemas existenciais, bem como a responsabilidade pelos seus fracassos, naturalizando-se, assim, a pobreza no Brasil.

CAPÍTULO II

A CASA DE SÃO JOSÉ E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO (A QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA, IDEOLÓGICA)

"De fato, a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço."

Milton Santos

A Casa de São José, fundada em 1888, representou uma resposta institucional ao problema de crianças desamparadas.

Neste capítulo, a nova organização social geradora de exclusão e o comportamento das elites governamentais, enaltecendo o papel da educação para o progresso da nacionalidade, serão estudados diante do fato de ter sido esse saber negado à infância pobre brasileira. No final do capítulo, fazendo interlocução com a situação social e política analisada, apresentar-se-ão aspectos da vida na Casa de São José, que refletem ou deixam transparecer a crise social vivida neste momento histórico, e as medidas políticas e higienistas que objetivam alcançar o progresso e implantar a ordem na cidade e no país.

2.1 – AS ELITES POLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL, DENTRO DA "ORDEM"

A historiografia brasileira reconhece o papel importante desempenhado pelas elites, na construção do Estado Imperial.

Deve-se ao tipo de elite existente, na época da Independência, a adoção de uma solução monárquica para a ex-colônia, bem como a construção de um governo civil estável.

Em termos institucionais, pode-se dizer que a formação da burocracia central, quer civil quer militar, assim como a criação de parlamentos, que deviam representar os interesses das classes, foram as principais inovações surgidas com o Estado Nacional.

A continuidade administrativa, mantida com a independência, manteve a

coesão da elite e permitiu que os problemas internos se condensassem nos grupos dominantes, dificultando o surgimento de conflitos mais amplos na sociedade.

No Brasil, o único meio de ascensão para quem não fazia parte da economia agrária escravista era ocupar um cargo público. Daí, Joaquim Nabuco afirmar ser o emprego público a vocação de todos. Tal fato, porém, constituiu um paradoxo. O Estado dependia das rendas do setor agrário-exportador e este mesmo setor enviava seus elementos excedentes para os cargos públicos. O problema agravou-se com as crises econômicas, como a ocorrida com a decadência da aristocracia agrária do Nordeste, nas últimas décadas do século XIX.

"O que ocorreu com a burocracia brasileira acontecia em parte com a elite política, mesmo porque a última, em boa medida, confundia-se com os escalões mais altos da primeira.

Houve assim quem visse, na elite imperial, simples representantes do poder dos proprietários rurais e, no Estado, simples executores dos interesses dessa classe. Outros, ao contrário, viam, na burocracia e na elite, um estamento solidamente estabelecido que se tornava, através do estado, árbitro da nação e proprietário da soberania nacional." (CARVALHO, 2003, p.35)

A estabilidade do sistema imperial repousou na capacidade de absorver conflitos entre os grupos dominantes, dentro das normas constitucionais. Tudo isso levou o Império a desenvolver um conservadorismo básico, na medida em que o preço da legitimidade era a garantia de interesses fundamentais da grande propriedade e a redução do âmbito da participação política legítima. Tal situação não dava margem ao estabelecimento de coalizões políticas capazes de implementar reformas contrárias aos proprietários rurais.

No final do século XIX, a elite não apresentava mais a mesma homogeneidade inicial. Houve grande redução do número de funcionários públicos.

O Estado brasileiro entrava em nova fase voltada para a ampliação de suas bases sociais.

Segundo Carvalho (2003, p. 37),

"Ao cair o Império, não a substituiu outra elite adequada às novas tarefas exigidas pelas transformações havidas na economia e na sociedade. Pelo contrário, os anos iniciais do novo regime iriam padecer de grande falta de elementos capacitados."

A República utilizou-se de políticos vindos do Império como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves, entre outros, na formação de seus quadros administrativos.

Como se deu a atuação da elite no Império?

Quais suas implicações para a natureza do Estado e para o sistema político como um todo?

Carvalho (2003) considera que as decisões de política nacional partiam das pessoas que ocupavam os cargos do executivo/legislativo, isto é, além do Imperador, os Conselheiros do Estado, os ministros, senadores e deputados.

O mais importante grupo das elites era o dos ministros. De acordo com a Constituição, eram os mesmos os agentes do poder executivo, cujo titular era o Imperador que tinha a liberdade de os escolher. Em 1847, foi criado o Conselho de Ministros. O Imperador escolhia o Presidente que, por sua vez, indicava os demais ministros.

Os senadores eram escolhidos pelo Imperador mediante listas triplices e eleitos por votação popular. Os membros do Senado eram nomeados para um cargo vitalício, conferindo certo poder a esta instituição. Exigiam-se dos candidatos idade mínima de quarenta anos e renda determinada de oitocentos mil réis, para que pudessem concorrer à eleição.

Outra instituição a exercer papel importante, no Império, foi a imprensa, gozando de ampla liberdade, embora vinculada a partidos, ou mesmo, a políticos. Os jornais independentes, de modo geral, tinham curta duração, exceção feita ao Jornal do Comércio.

A imprensa constituía um fórum alternativo, onde políticos e colaboradores, anonimamente, expunham suas teses.

O próprio D. Pedro II considerava a imprensa como um dos principais canais de manifestação da opinião pública.

O último grupo é formado pelos conselheiros de Estado.

Carvalho (2003, p. 49), esclarece ainda que

"O novo Conselho surgiu em 1841 e durou até o final do Império. Era composto de doze conselheiros ordinários, doze extraordinários, nomeados pelo Imperador. Tratava-se de cargo vitalício, chamado por Joaquim Nabuco, 'o cérebro da monarquia' e incluía a mais representativa elite política. A maioria dos conselheiros foram ministros e senadores."

A educação superior representou elemento importante de coesão ideológica na política imperial. Quase toda a elite tinha estudos superiores, concluindo o historiador que "a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos" (p.51)

A educação das elites concentrava-se nos estudos jurídicos e fornecia um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades.

Antes da Independência, eles eram formados em Coimbra e, depois, vieram dos cursos jurídicos de Olinda-Recife e de São Paulo (1828), o que explica certa homogeneidade ideológica.

A Educação Superior era responsabilidade do governo central e provincial, porém esses não tomaram nenhuma iniciativa no sentido de fundar tais cursos. Os filhos de famílias com recursos iniciavam estudos com tutores particulares e passavam, a seguir, por algum Liceu, Seminário ou pelo Colégio Pedro II. Posteriormente, iam para a Europa ou para as Escolas de Direito e Medicina.

A Independência levou a um corte no curso de Direito. Os jovens provenientes de Coimbra destacaram-se até 1850. A partir de então, predominaram os formandos da geração brasileira.

O governo central teve sempre cuidados com o ensino superior. Os relatórios ministeriais continham comentários e sugestões, principalmente, sobre o Curso de Direito; daí, serem sujeitos a freqüentes reformas.

A partir da década de 1870, a vida intelectual do país sofreria significativas mudanças pelas novidades trazidas pelo positivismo e o evolucionismo. Isto abalou a estrutura tradicional da elite. O próprio Curso de Direito sofreu reformas em 1879, sendo dividido em ciências jurídicas (formação de magistrados) e ciências sociais (diplomatas, administradores, advogados e políticos).

A estabilidade do regime tornava longas as carreiras políticas, fazendo com que a elite acumulasse uma vasta experiência de governo, apesar de D. Pedro II usar da mesma estratégia portuguesa de fazer circular seus administradores por vários postos e regiões. A elite passava por postos no judiciário, no legislativo e no executivo. Algumas funções, como a magistratura e os militares, tinham como ponto essencial de suas carreiras a circulação geográfica. O sistema jurídico era centralizado e todos os juizes eram nomeados pelo Ministro da Justiça. As mudanças de ministros, constantes, ofereciam as oportunidades para remanejamento de funcionários, inclusive, o de magistrados. Era comum, também,

os juizes galgarem postos políticos como deputados, ou mesmo, serem nomeados presidentes de uma das dezenove províncias. Tratava-se de cargo importante. A vitória do governo nas eleições dependia dele. Era o presidente de província que nomeava promotores, delegados, subdelegados e oficiais da Guarda Nacional.

Apesar do esforço do Imperador, o cargo de dirigente das províncias foi mais político do que administrativo, tal a mobilidade que o caracterizava.

**Número de Presidentes de Província e Tempo Médio no Cargo, por
Períodos, 1824-1889**

	PERÍODOS		
	1824-31	1831-40	1840-89
Número de Presidentes Efetivos	60	114	748
Tempo médio no Cargo (anos)	2,0	1,3	1,2

A maior consequência dessa situação, conforme ressalta Carvalho (p.96), foi permitir aos presidentes de províncias conhecer o país e ainda "dar aos ministros possibilidade para premiar os amigos".

A carreira política servia como mecanismo de treinamento, seja pela alta circulação entre cargos, seja pela baixa circulação para fora do círculo da elite.

O mais difícil era entrar em tal carreira. Um diploma de estudos superiores, especialmente em Direito, era primordial. O apoio familiar, dos amigos, do patronato dos líderes, já estabelecidos, dava grande impulso à carreira. Com a eleição para a Câmara, estava-se a um passo do acesso aos cargos públicos. O Imperador tinha papel ativo nessa seleção e acrescenta Carvalho (p.98)

"Para se ter idéia da seletividade do grupo e da mobilidade interna basta dizer que durante os 67 anos que durou o Império elegeram-se 235 senadores e foram nomeados 219 ministros e 72 conselheiros de Estado (segundo Conselho), num total de 526 posições que foram preenchidas por apenas 342 pessoas. O Conselho era a coroação da carreira e, rarissimamente, lá se chegava sem prévia e longa experiência em variados cargos políticos."

No espaço de 1871/1889, não havia mais ministros oriundos dos três primeiros períodos e 28% da etapa anterior estavam em função. As mudanças na

educação, ocupação e mobilidade geográfica são acompanhadas pelo aumento da circulação, à medida que o Império aproxima-se do fim.

O sistema político estava dando sinais de mudança. Os postos governamentais passaram a ser ocupados por advogados e profissionais liberais. Caía o número de magistrados e de militares. Havia maiores renovações dos quadros, a ponto de, proclamada a República, apenas dois ministros do Império ocuparem postos ministeriais nesse novo regime .

A análise do processo de socialização e de treinamento da elite imperial, através da educação, ocupação e carreira, permite concluir o êxito do sistema construído, deliberadamente, tornando possível a unidade do Império. Esta não se deve à origem social da elite envolvida e, sim, à forma de organização do poder, bem como à execução das tarefas do governo. Tanto liberais quanto conservadores concordaram em pontos básicos, possibilitando a manutenção da unidade do país.

Há, sobre a natureza do estado Imperial, diferentes interpretações. Joaquim Nabuco considerava que, tendo a escravidão fechado alternativas econômicas para a população livre, tal fato fazia com que todos almejassem ocupar seus cargos. Dai o excesso de funcionários, percebendo poucos salários. O estado Imperial estaria submetido aos proprietários da terra, através da classe latifundiária, das oligarquias regionais e dos clãs locais.

Para Raymundo Faoro, apud Carvalho (2003, p.111)

"[...] tratava-se de um grupo que se constituiria em estamento e se tornaria árbitro da nação e das classes sociais, regulador da economia e proprietários da soberania nacional, portanto, o Estado preside os destinos de uma sociedade inerte."

A burocracia estatal era diversificada, compreendendo estratificações sociais, hierárquicas e salariais. Seus diferentes setores diferenciavam-se pela profissionalização, pela coesão e estruturação, pelas respectivas histórias, pelo recrutamento e treinamento dos seus membros. Pode-se dizer mesmo que as várias fases da política imperial correspondiam ao nível da burocracia, à vitória de um setor sobre outro ou outros.

A Guarda Nacional teve papel de primeiro plano no controle da população e na colaboração com os dos senhores da terra, não fazendo parte da burocracia propriamente dita.

O seu oficialato vinha da elite local, como: fazendeiros, comerciantes, capitalistas. Este contingente era recrutado na população masculina adulta livre. De 1831/1873, a Guarda Nacional foi encarregada do policiamento local e constituiu-se poderoso instrumento de controle da população livre e pobre.

A importância do emprego público era maior nos centros urbanos, principalmente o Rio de Janeiro, onde a procura era acentuada, uma vez que a atividade comercial ficava sob o controle estrangeiro.

A burocracia era fator importante ao fornecer ocupação a setores médios urbanos e mesmo proletários, além de também atender a setores decadentes da grande propriedade rural.

Os partidos políticos, no Império, eram compostos de variada combinação. Eram constituídos por grupos heterogêneos em termos de ocupação, origem social e provincial. Toda essa diversidade dava a impressão de ausência de ideologia a distinguir os políticos.

Só a análise dos problemas enfrentados nos dão a visão da existência de divergências tanto interpartidárias, quanto intrapartidárias. A centralização política constituiu o principal tema do Partido Conservador, mas com distinções.

A razão de os conservadores procederem das províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco repousa na superioridade econômica de tais regiões e era costume nas famílias mandarem seus filhos estudar em Portugal..

O contato dessas províncias com os comerciantes internacionais propiciava às elites de então uma outra visão política. Pode-se acrescentar, ainda, terem as mesmas sido palco de rebeliões socialmente perigosas, o que despertou, principalmente nos comerciantes, maior preocupação com a ordem pública.

Com o desenvolvimento do café em Minas Gerais, São Paulo e, depois, do charque no Rio Grande do Sul, a resistência ao governo central acarretou a tendência de filiação ao partido republicano e foi o federalismo o princípio sustentado.

A combinação de estadismo e reformismo constituiu o principal ponto de apoio de Rio Branco para a aprovação da Lei do Ventre Livre, principalmente por meio dos políticos nordestinos.

A resistência à Lei Áurea foi muito forte ao Sul, inclusive São Paulo, até menos de um ano antes de sua aprovação, e só se tornou possível graças à ajuda do Nordeste.

O apoio de reformas sociais por parte do Partido Liberal ocorreu quando houve grande número de padres nas suas fileiras; depois, foi obra de advogados e jornalistas.

Todas as principais leis de reforma social, tais como: abolição do tráfico de escravos, Lei do Ventre Livre, Lei Áurea e Lei de Terras foram aprovadas por Ministérios e Câmaras conservadores.

Participavam do Partido Conservador os representantes da grande agricultura de exportação e, do Liberal, os ligados ao mercado interno. Os profissionais liberais se posicionaram na ala ideológica do Partido Liberal, núcleo do Partido Republicano do Rio de Janeiro.

Coube ao Estado, na ausência de uma poderosa burguesia, a consolidação da unidade nacional, através da burocracia que ele mesmo treinava para as tarefas de administração e governo. Essa burocracia podia ter composição social distinta, mas sempre homogênea em termos de ideologia e treinamento.

A elite não burocrática, composta por profissionais liberais, e que vai substituir os magistrados, compreendeu uma facção desligada dos interesses dos grandes proprietários de escravos e da terra. Eles formaram os radicais urbanos, tanto encontrados no Partido Liberal, quanto no Partido Republicano do Rio de Janeiro, cujo representante notório foi André Rebouças. Daí, mesmos conscientes da dependência econômica, quando as circunstâncias o permitiram, eles aprovavam medidas contrárias aos setores agrários, como a Lei do Ventre Livre. Era o início da perda de legitimidade do regime imperial.

Se, nos primeiros anos do Império, a elite soube de modo adequado conduzir o poder, tal não ocorreu com a República. As lutas políticas levaram a rebeliões, o que muito as elites imperiais tentaram evitar.

Uma das falhas da elite republicana foi não ter conseguido, tal como a do Império, formar novas elites adequadas às novas funções.

2.2 - O NOVO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XIX/XX

O Rio de Janeiro era, no início do século XIX, uma cidade louvada pela beleza natural, embora espremida entre a montanha e o mar, o que limitava o seu crescimento.

A cidade, internamente, era descrita como feia, suja, com ruas estreitas e mal cheirosas, de prédios e de rebocos descascados. A Rua do Ouvidor era uma exceção.

A instalação da Corte portuguesa, em 1808, promoveu a busca de espaços alternativos para atender às novas condições de sede da monarquia portuguesa. Esboçou aí, também, uma incipiente vida cultural.

O crescimento foi impulsionado, a partir de 1840, com o desenvolvimento da economia cafeeira do Vale do Paraíba.

A presença da família Real obrigou a construção de prédios públicos, parques e até um novo bairro surgiu: a Cidade Nova, localizada entre os morros do atual Catumbi e o canal do Mangue; além de outras áreas de São Cristóvão e algumas partes do Centro.

Foi, também, desse período, o aparecimento do ônibus (veículo de quatro rodas, dois andares, movido à tração animal e transportando cerca de vinte pessoas), permitindo a ocupação de áreas consideradas distantes como: Andaraí Pequeno (Tijuca), Caju e Pedregulho.

A partir daí, houve uma nítida associação entre o crescimento urbano do Rio e os meios de transporte.

Outras linhas surgem, havendo sempre estreita ligação entre os meios de transporte e a especulação imobiliária. Um exemplo disso foi o surgimento do bairro de Vila Isabel, criado graças à Companhia Ferro Carril de Vila Isabel (1872). A concessão dessa linha foi dada ao Barão de Drummond e ligava Andaraí Grande (Grajaú), Vila Isabel, Aldeia Campista, São Francisco Xavier e Engenho Novo à Rua Uruguaiana.

Em função da expansão urbana, áreas pantanosas e alagadiças foram drenadas e aterradas, onerando o assentamento de trilhos necessários à extensão de novas linhas de bondes, uma vez que desse serviço eram incumbidas as empresas concessionárias.

O bonde foi, porém, o meio de transporte mais utilizado, embora fosse caro, o que o tornava seletivo. Só a chegada da eletrificação facilitou o acesso das camadas menos favorecidas.

O trem não possuía uma estrutura eficaz e seu alcance era limitado.

Lima Barreto mostra seus personagens, quase todos pobres e trabalhadores, andando a pé, por toda a cidade.

O Rio, no final do Império, compreendia uma população de duzentos mil habitantes.

O jovem Pereira Passos que estudava em Paris, em 1857, pôde observar as transformações urbanísticas operadas pelo Barão de Haussmann.

Já no Brasil, em 1874, Pereira Passos participou da Comissão de Melhoramentos para o planejamento de uma reforma geral no Rio de Janeiro, para o atendimento das exigências técnicas de circulação do ar, água, pessoas e carros. Apesar do fracasso desse movimento, ele procurou executar aqui os princípios urbanísticos europeus baseados na circulação, na higiene e na estética.

O período de transição do século XIX / XX fez acentuar a questão urbana. A entrada de imigrantes e a movimentação econômica com o café reforçaram as relações externas do país. A participação do Brasil em exposições internacionais foi, também, um outro incentivo.

A imagem do país como terra de índios e de animais exóticos incomodava as elites. Segundo pregavam, era necessário construir uma nova identidade, diferente daquela dos tempos coloniais. O Rio precisava reestruturar-se e reaparelhar-se. Além da ocupação e distribuição caótica dos componentes urbanos, ruas, casario, havia, ainda, práticas sociais condenadas como sujar as ruas, e a existência de habitações insalubres como os cortiços. Os quiosques eram acusados de focos de proliferação de epidemias como varíola, cólera e febre amarela.

Era necessário um redimensionamento de todas essas mazelas. Serviu de modelo para a renovação urbana do Rio a ocorrida em Paris.

Uma das primeiras medidas, nesse rumo, foi a demolição do maior cortiço, em 1893: o Cabeça de Porco, feito pelo prefeito Barata Ribeiro, onde viviam cerca de 4.600 pessoas.

As transformações econômicas, sociais, culturais e artísticas ocorridas na Europa, especialmente na França, chegaram ao Rio e podem-se fazer inúmeras leituras a respeito dessa época do Rio de Janeiro.

Auxiliado por engenheiros e sanitaristas, Pereira Passos elaborou um planejamento global da cidade. Correspondeu às obras por ele levadas a cabo a concretização das aspirações das elites, que viam, nessa nova feição, a possibilidade de construção de outra identidade para o país, como membro das nações progressistas.

Os trabalhos de remodelação foram empreendidos por uma equipe, tendo como principais figuras Lauro Müller, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, que confiou a Francisco Bicalho a reforma do porto da cidade. Quanto a Paulo de Frontin, foi encarregada a ele a abertura da Avenida Central, que atravessaria a Cidade Velha até o cais.

Foram demolidos muitos prédios do centro do Rio. Sobrados, cortiços, ruelas e becos desapareceram e, em seu lugar, ficaram vias mais amplas, claras e arejadas, conforme os ensinamentos de Haussmann.

A população pobre que habitava o centro velho do Rio de Janeiro viu-se na contingência de se transferir, ou para os morros próximos do centro, ou para subúrbios cortados pela linha férrea, originando bairros como: Bonsucesso, Olaria, Ramos e Brás de Pina.

Quanto aos morros, houve a ocupação do Livramento, Senado, Santo Antônio, Glória e, principalmente, do morro da Favela.

A escassez de moradias, aliada à alta valorização das áreas centrais da cidade, tornaria os aluguéis altíssimos, afastando as populações pobres desses locais.

A infra-estrutura urbana, como: água, esgoto e calçamento não se estendeu até eles.

Na década de 1910, foram construídos importantes edifícios públicos, tais como: Palácio Monroe (1906), Escola Nacional de Belas Artes (1908), Teatro Municipal (1909) e Biblioteca Nacional (1910).

Esse conjunto simbolizava o bom-gosto e o progresso almejados pela elite brasileira.

O conjunto das intervenções urbanísticas, inspiradas dos modelos franceses, afetou as práticas sociais e estigmatizou o povo, considerado sujo e perigoso.

Foi regulamentada a construção de prédios e proibidos os quiosques.

Pretendia-se eliminar a vista da pobreza que deveria ser instalada em subúrbios distantes, sem a menor infra-estrutura.

A vida das camadas populares, geralmente sem emprego fixo e sobrevivendo de biscates, no centro da cidade, tornou-se assim, precária e insegura.

À normatização da vida e regulamentação dos usos do espaço público seguiu-se a grave questão da higiene, com medidas de vacinação, contra a febre amarela e variola. As campanhas de profilaxia, feitas por imposição, fomentaram uma revolta da população, tendo então oportunidade de manifestar todo o seu descontentamento com as ordens adotadas pelo novo governo.

O significado de toda essa mudança diz respeito à relação do homem com o mundo e torna necessário um apelo ao imaginário.

Aparentemente, esse projeto objetivava atender "às aspirações de uma elite educada à européia, inspirada em matrizes francesas", tendo por meta uma "cidade-ideal do tipo parisiense". (Pensavento, 2002, p.176)

Na verdade, seu sentido era mais amplo: atingir fundo as sociedades e os valores do povo. Além da deliberada expulsão dos pobres do centro do Rio, através da demolição dos cortiços e destruição de antigas ruas, seguiram-se proibições de hábitos e costumes populares, numa verdadeira arremetida disciplinatória: cães vadios, vacas, mendigos, pessoas descalças ou sem paletó são impedidas de circular livremente pela cidade. Regulamenta-se a construção de prédios e, com as demolições, seguem-se: a valorização do solo, a especulação com os terrenos e a crise de moradia para a população pobre.

O questionamento ao processo civilizatório brasileiro foi feito pela oposição campo/cidade e pela acusação do cosmopolitismo abalando ideais nacionalistas. Partem, daí, duas questões fundamentais: a reorganização da nação e a solução para a questão social, pautada na reestruturação do setor rural e na fixação do homem no campo, foram importantes para a promoção da identidade nacional. Na ideologia de que a civilização brasileira tem no campo suas bases, portanto no ruralismo, é que se vai tentar solidificar o pensamento político-social brasileiro, isto é, o caráter nacional, a partir de 1915, concorrendo para retirar da vida urbana toda a possibilidade de centro dinamizador da sociedade brasileira.

Esse ideal ruralista, pregando uma filosofia antiindustrialista e antiurbana, é absorvido pelos principais movimentos ideológicos e políticos, pelo pensamento católico e pelas correntes nacionalistas!

Atribui-se à cidade a formação de uma sociedade deformada, artificial, desvinculada da realidade nacional, objetivando a transplantação de idéias, valores

e modelos estrangeiros.

Para esses intelectuais, o Brasil deveria alicerçar sua identidade na admissão das diferenças culturais, isto é, no regionalismo, evitando sofrerem as tradições nacionais a ameaça dos estrangeirismos. Pregavam expurgar o cosmopolitismo urbano das idéias que pudessem dar sentido aos conceitos de povo e nação, enfim, “era a geografia e não a história a explicação de nossa singularidade”, isto é, o campo e não a cidade deveria ser o fundamento de uma identidade nacional. (Pechman, 2002, p.401)

Foi Mario de Andrade que rompeu essa tendência de interpretar a realidade a partir da geografia e do meio ambiente, introduzindo no debate a questão do tempo e da história. Defendia ele ser a nossa especificidade aos nossos próprios olhos construída não pela nossa configuração geográfica e, sim, pela nossa história.

“Os intelectuais não conseguem pensar na questão da regeneração do país a não ser pelo ângulo do nacionalismo, deixando de lado as questões do direito à cidade e à cidadania. Por isso, mesmo, vêem a questão social como derivada da construção do Estado, seja pelo caminho autoritário seja pela via democrática.” (Pechman 2002, p.401).

Segundo Veloso(1996), o projeto de modernidade de Pereira Passos deu origem à dualidade de ordens e valores, abalando sua tradição cultural. Ela deveria tornar-se uma cidade nos moldes europeus e, ao mesmo tempo, preservar suas características nacionais. A construção desse imaginário seria difícil, tanto que dois escritores céticos, João do Rio e Lima Barreto, descreveram uma cidade dividida, desestruturada, pela perda de hábitos, costumes e tipos populares.

A partir da década de vinte, não só com a ascensão da classe média das cidades a postos profissionais, antes exclusivamente das elites, mas ainda com a expansão de novas idéias e nova fase de urbanização, teremos outra posição quanto às relações do saber com o poder.

2.3 - A CIDADE E A CASA DE S. JOSÉ

2.3.1 – Muitos pedidos de vagas

A questão social que se agravava na cidade do Rio de Janeiro provocou o crescimento da procura por internação na Casa de São José.

Segundo relatório do diretor interino Vasco d'Alencastro Lima, que assumiu o cargo em 08/01/1889, a Casa de São José constituiu-se num estabelecimento destinado a proteger não só a infância pobre e desamparada, mas ainda as crianças encontradas em abandono nas ruas, proporcionando-lhes agasalho e educação.

Transcrevo a seguir alguns documentos - alguns parciais - envolvendo o processo de internação de menores nessa instituição e demonstrando a demanda pelos serviços dessa escola.

"Asilo de Mendicidade, 25/07/1890

Respondendo ao vosso officio onde são solicitados dados referentes a idade, filiação, naturalidade, progenitores dos menores Antonio e Bernardino, declaro-vos que tendo enviados para esse asilo, pelas Pretorias e apanhados nas ruas, eles declaram ignorarem seus progenitores e suas residências [...]"

"Juizado de Órfão da 2ª Pretoria

20/08/1892

Ao Diretor da Casa de São José

Comunica ter sido entregue a este Juizado o menor de quatro anos de nome Pedro Benites Dias, órfão de pai e cuja mãe Zeferina Benites Dias não pode sustentá-lo por falta de meios e se encontrar gravemente enferma. Roga admiti-lo no estabelecimento que dirige, a Casa de São José "

"Casa de São José

Rio de Janeiro, 11/01/1889

Ilmo.Sr. Dr. do Asilo de Mendicidade

[...]Já representei ao Exmo. Sr. Conselheiro Ministro do Império sobre a impossibilidade em que está este estabelecimento de receber mais crianças pois existem aqui recolhidas 106 crianças e o dormitório apesar de espaçoso só

comporta 72 camas do que resulta dormirem as outras crianças em colchões no chão [...]"

Assinado por Vasco d'Alencastro Lima

Esse diretor, assim se expressa em outro documento:

A importância da Casa de São José pode ser atestada pelo número de crianças que tem recebido desde o dia d'inauguração até hoje, em número de 171 e pelo pedido d'entradas que seria superior a 300, se o edifício, é preciso repetir, tivesse acomodações.

Cumpre-me fazer sentir a importância deste estabelecimento pelo serviço de moral e de religião que prestou a sociedade resgatando a maioria d'aqueles meninos dos vícios que os contaminava a sua existência no Asilo de Mendicidade[...]

Rio de Janeiro, 30/06/1890

Ao cidadão, Coronel Dr. Chefe de Polícia da Capital

Acuso recebido o vosso ofício, nº 6313, data de 26 do corrente mês, no qual me pedis informações sobre o destino que tiveram os menores Marçal José Dias Junior e Joaquim José Dias que tínheis remetido para essa Casa e que por falta de acomodações não foram recolhidos. Cumpre-me informar-vos que esses menores vieram a este asilo acompanhados pelo pai, o qual voltou com os mesmos, visto não poderem ser aceitos pelo motivo exposto, ignorando o destino que lhes foi dado.

Saúde e Fraternidade

Rio de Janeiro, 02/07/1890

Ao cidadão Dr. Diretor Geral da Secretaria do Interior

De posse do vosso ofício nº 723, datado de 25 do mês findo, no qual, de ordem do Sr. Ministro do Interior, pedis-me informações sobre a admissão nesta Casa dos menores Alberto Ferreira de Lima, Horário José Gonçalves e Alfredo da Rocha Martins que se acham recolhidos no Hospício Nacional de Alienados, cumpre-me informar que o prédio em que funciona este asilo não pode comportar mais asilados, tanto que vinte e dois dos menores recolhidos, dormem nos intervalos das camas por falta de acomodações nos dormitórios [...]

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1890

Ao Sr. Diretor Geral de Portugal

Acompanhado do officio nº 5434 de 4 do andante, do cidadão Coronel Dr. Chefe de Polícia desta Capital foi remetido para esta Casa o menor Sebastião da Silva de oito anos de idade com a declaração de ser português e ter sido abandonado pelo pai do que vos dou ciência em virtude do art.2 do Decreto nº 439 de 31 de maio findo que organizou o serviço de Assistência a Infância Desamparada, dizer:

Art.2 – se forem estrangeiros os menores recolhidos aos asilos em consequência de abandono, a diretoria comunicará o fato ao cônsul da respectiva nacionalidade para fins convenientes.

Saúde e Prosperidade

No quadro abaixo, fiz um levantamento do movimento de admissão de novos alunos no período de 1888 a 1916

1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897
113	58	44	50	64	31	52	56	127	101

1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907
46	56	131	----	147	118	8	81	130	66

1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916
83	108	157	86	65	44	14	100	123

2.4 – A CASA DE SÃO JOSÉ CONTINUA A RECEBER AJUDA DA COMUNIDADE CARIOCA

Proclamada a República, Vasco d'Alencastro Lima, no seu Relatório ao Ministro Aristides Lobo, declara continuar a Casa de São José a receber benefícios doados desde a sua fundação, a saber:

O aluguel do prédio (por cinco anos).

O serviço de gás fornecido pela respectiva companhia.

O serviço de transporte de mercadorias nos bondes da Companhia S. Cristóvão.

Medicamentos do receituário diário fornecidos pelo farmacêutico Joaquim dos Santos Silveira.

Serviços profissionais gratuitos dos cidadãos como os médicos D. J. Pires Farinha, Dr. Paula Fonseca, do dentista F. Gusmão e do próprio diretor Vasco d'Alencastro Lima.

De 01/01/1889 em diante, principiou o Asilo a ser sustentado pelos impostos municipais, votados pelo Parlamento, e que constam do art. 10, da Lei 3396, de 24/12/1888.

Em 17/08/1890, foi nomeado novo diretor, o Dr. Alberto Saboia Viriato de Medeiros.

2.5 – A INFÂNCIA NA CIDADE QUE SE CIVILIZA

Como se analisou acima, a modernidade do Rio de Janeiro envolveu novo traçado urbano e ainda novas regras, normas, procedimentos a serem obedecidos pelos seus habitantes, principalmente as camadas populares e, entre elas, as crianças.

As determinações relativas à infância, a seguir, constituem o objeto de meus estudos.

2.5.1 Legislação: A criança desvalida entre a "Ordem" e a "Salvação da Nação"

A fundação da Casa de São José, objetivando oferecer abrigo/educação para crianças pobres, deveria atender a normas previstas na legislação do Império.

As determinações dessa legislação em vigor, na época, constituem importante fator na avaliação das políticas sociais desse período.

Inicialmente, medidas de caráter assistencialistas eram tomadas por ordens religiosas. Cabia-lhes o recolhimento de órfãos e expostos. A Igreja era a responsável pela prestação desses serviços, como instituição ligada ao Estado, e, para isso, dele recebia subsídios (padroado). Essa associação era reconhecida no âmbito político e jurídico.

A partir da segunda metade do século XIX, observa-se maior preocupação com a formação educacional das crianças. Esse tema seria de particular interesse do Imperador D. Pedro II. Com o objetivo de atender a essa demanda, surgiram leis regulando o ensino primário e secundário (Decreto nº 630, 17/09/1851 e nº 1331 A, 17/09/1854). Em 1874, pelo Decreto nº 5532 foram criadas dez escolas primárias de instrução primária.

Essas foram as primeiras medidas para a organização do sistema de ensino público.

O Decreto nº 1331 A, de 1854, em seu artigo 69, determinava:

"Não serão admitidos à matrícula, nem poderão freqüentar as escolas, os meninos que padecem de moléstias contagiosas, os que não tiverem sido vacinados e os escravos." (Rizzini, 2000, p. 13).

Essa legislação objetivava ampliar o acesso ao ensino público, mas não significava maior assistência social pela discriminação de crianças doentes e de origem escrava.

Nesse contexto, a Lei nº 2040, de 28/09/1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, representou um passo relevante da sociedade em relação às crianças escravas, ao determinar a liberdade dos filhos de escrava nascidos daquela data em diante, proibindo a separação de filhos menores de doze anos do pai ou da mãe e estabelecendo recolhimento para aqueles que fossem abandonados.

Essa liberdade tinha suas restrições. Cabia ao senhor ficar com a criança

(ingênuos) ou entregá-la ao Estado, mediante uma indenização. Na primeira opção, ao sustentá-la até os oito anos, teria ele o direito de desfrutar do seu trabalho até os vinte e um anos.

A criança escrava, cujo destino era resolvido, em âmbito restrito, à vontade do seu dono, passa a ser sujeita à legislação do Estado e, também preocupação de outros setores da sociedade, inclusive dos médicos higienistas.

No Brasil, passam a ser divulgados os princípios da puericultura, ciência que cuida da higiene física e social da criança. O Dr. Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1891), foi notável trabalhador dessa causa.

Pressionada por novos conhecimentos, a criança órfã, enjeitada, exposta e chamada de delinqüente, será objeto de nossos legisladores nem sempre generosos.

É que a inexistência do conceito de infância, então considerada adultos em miniatura e, dentro dessa posição, sujeita ao trabalho para sobreviver, além de responsabilizada penalmente, contribuía para assim serem tratados os meninos apanhados nas ruas do Rio de Janeiro, em abandono ou delinqüência, e levados às delegacias, onde ficavam presos. A criança é considerada, nos diz Rizzini, "um magno problema pela elite intelectual, política e filantrópica". (op.cit.p.18)

O Código Penal de 1890, Decreto nº 847, de 11/10/1890, instituiu que, a partir dos nove anos, qualquer criança (menino ou menina) podia ser julgada/condenada por um crime ou uma contravenção (vadiagem, embriaguez, jogo, mendicância).

Nos períodos seguintes, numerosas e significativas leis são elaboradas nas Assembléias das Câmaras Estaduais e do Congresso Federal.

Rizzini mostra ser apenas aparente a defesa das crianças como tema principal dos discursos da época. Cita, como exemplo, o Senador Lopes Trovão (1902) considerando-as como "a gênese da sociedade". Aparece, também, ao lado das falas acima, um outro discurso que as trata, ao lado de outros elementos da sociedade, como desclassificados que perturbam a ordem, a tranqüilidade e a segurança pública e, daí, o Código Penal de 1890. O problema da criança passa a ter tratamento de ordem política.

O regime republicano estabelece que o Estado interceda para transformar esses pequenos em cidadãos úteis em prol da moral e ordem social.

Em 1906, o deputado Alcindo Guanabara elabora um projeto para regulamentar a infância abandonada e delinqüente e muitas questões, nele tratadas,

serão discutidas por vários anos, tais como:

- a) Direito do menor à proteção da autoridade judiciária;
- b) Perda ou devolução do Pátrio Poder aos pais;
- c) A idade criminal, antes prevista aos nove anos e, agora, adiada para doze anos. Foi estabelecida, entre doze e dezessete anos, a idade prevista para os que agissem sem discernimento e, em caso, positivo, fossem recolhidos às chamadas "escolas de reforma";
- d) Criação de instituições de abrigo para menores.

Rizzini explica que dois chefes de polícia, Alfredo Pinto (1906/1909) e Belisário Távora (1910/1912), exerceram papel importante nas discussões sobre a prática de internações dos menores.

As leis desse período objetivavam a prevenção através das escolas premonitórias para os moralmente abandonados, pregando as escolas de reforma ou colônias correccionais para os considerados delinquentes.

É, dentro dessa política, que, através do Decreto nº 6999, de 19/06/1908, ficou determinado que o governo agiria nos casos de internação. É de se notar ser esse sistema estendido, também, para vadios, mendigos, capoeiras e desordeiros.

Coube a João Chaves, em 1912, propor legislação exclusiva para menores, sob a tutela da União ou do Estado. Os menores de ambos os sexos, através da decisão do tribunal ou juiz competente, seriam alcançados por essa legislação, caso se encontrassem:

- abandonados materialmente ou moralmente;
- mendigando e vagabundos;
- delinqüindo.

Esse projeto reafirma a suspensão, destituição e restituição do pátrio poder no caso de os pais cometerem crimes (inclusive poligamia ou abandono de seus filhos) e até se descuidarem da saúde e da moralidade dos filhos.

Considera-se que, por volta de 1910, já se havia constituído uma legislação básica sobre menores e onde se previa o Estado, espécie de tutor oficial dos menores, o que correspondeu ao:

- Criação de Tribunal e juiz especializado em menores;
- Fixação em quatorze anos para idade penal do menor e sujeito a um abrandamento das penas;
- Controle sobre a família, prevendo-se a perda do pátrio poder e, nesse caso,

a criação de escolas para cuidar da educação ou reforma de menores tutelados pelo Estado, conforme nos explica Rizzini.

O projeto de João Chaves, em 1912, e que trata da infância abandonada e criminosa representa uma inovação, ao propor a constituição de juízes e tribunais especiais para menores de até dezesseis anos, afastando-os da acusação sujeita a procedimentos penais. A igual julgamento estariam sujeitos os mendigos e vagabundos até a idade de dezoito anos. Estava, também, previsto um processo de investigação dos antecedentes no tribunal juvenil e, ainda, deveriam ser os menores postos à disposição do Governo. Este, após estudo da situação do menor, colocá-lo-ia em estabelecimento adequado a cada caso.

Em suma, o projeto de João Chaves reflete a existência dos principais dispositivos relativos aos menores, tais como:

- o estado como tutor oficial;
- a criação da função do juiz e tribunal especializados nos assuntos concernentes aos menores;
- a idade penal de quatorze anos e atenuante para as penas;
- a investigação sobre a vida do menor, seus antecedentes e controle sobre a sua família, podendo suspender, destituir e restituir o pátrio poder;
- a fundação de estabelecimentos para se cuidar da educação ou da reforma dos menores sob a tutela do Estado.

Lenta foi a concretização dessas posturas, devido a várias causas, como a Primeira Guerra Mundial e, mesmo, a falta de vontade política.

Em 1916, realizou-se, em Buenos Aires, o Primeiro Congresso Americano da Criança e onde se estabeleceu a realização de outros encontros, de quatro em quatro anos, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos.

O tema central dessa primeira reunião foi, ainda, a organização geral da assistência à infância e o das demais também, afirmando a necessidade e a vantagem de o Estado regulamentar a assistência à infância.

O trabalho infantil foi, também, objeto de regulamentação dos legisladores. Em 1891, tomam-se medidas relativas ao exercício do trabalho infantil, mas que não foram cumpridas.

Em 1911 e 1917, o Deputado Nicanor Nascimento traz a questão à Câmara do Rio de Janeiro e institui, para o trabalho no setor comercial, uma jornada de oito horas, para menores de quinze anos. Em 1912, foram estabelecidas oito horas para

o trabalho no campo.

A justiça e a assistência estabeleciam uma aliança. Procurava-se superar o caráter punitivo-repressivo da justiça, aproximando-a dos promotores da filantropia, para afastar a crescente periculosidade da população pobre, alvo de seu trabalho em prol da missão de salvar a criança, entendida, no discurso de Lopes Trovão (1896), como condição da salvação da nação.

Novas medidas legislativas foram tomadas, mas a solução foi sempre adiada, levando-nos a concluir ser, naturalmente, de outra natureza, a questão da infância abandonada no Brasil. O problema deveria estar na própria organização social e não nas falhas ou omissão das leis...

O Decreto nº 439, de 31/05/1890, Artigo 11, criou os dispositivos legais da Assistência à Infância e serviu de base para a elaboração do Regulamento da Casa de São José, pelo Decreto nº 657, de 12/08/1890.

2.5.2 - A polícia e o menor, uma questão de "Ordem"

No período de transição do século XIX para o XX, os setores dominantes vão desencadear práticas repressivas mais incisivas sobre a população pobre, sob o pretexto de reconstrução nacional, da conformação da cidadania e da organização do trabalho, nos diz Morais (2000).

Complementando as proposições acima, Vianna (1999) defende terem sido as crianças pobres vítimas dessa política de implantação de uma nova ordem social.

A infância passou a ser percebida como ameaça futura à ordem pública, sendo necessário, como prevenção, submetê-la, não apenas ao domínio médico-jurídico, como ainda ao administrativo, através de ações policiais, cotidianamente desencadeadas. Pretendia-se, através de tais medidas, atingir, também, as famílias, sujeitando-as, igualmente, à comunidade nacional na posição discriminatória de negação de direitos, nos quais a pobreza é objetivada.

A Abolição desfizera o instituto jurídico da escravidão e, tendo vindo logo após a República, tornou necessário um novo movimento de implantação do que se entendeu por processo civilizatório brasileiro. Essa política, pautada na ideologia do progresso e da ordem, levou o poder público, no desejo de impor a sua autoridade, a

avançar, inclusive, sobre o espaço doméstico das populações pobres e indefesas, contando com a polícia como seu instrumento.

Considera Vianna (1999) ser insuficiente basear-se na esfera legal, para se perceberem as diferenças existentes entre os diversos indivíduos nessa situação. Daí a necessidade de se estudarem os registros policiais sobre a detenção de menores e seu posterior encaminhamento para um conjunto de instituições. Nas delegacias, continua essa autora, a situação legal de inferioridade do menor era estendida aos seus responsáveis, completando-se, assim, o ciclo de domínio do poder constituído. Era a implantação da ordem.

As crianças eram detidas sem nenhuma acusação formal e este fato significava atuar-se, também, sob o poder legal de seus responsáveis.

Fazia parte da rotina policial a pressão sobre os indivíduos classificados como menores, explicando-se a razão da retenção por motivos como: abandonados, vadios ou acusados de pequenos furtos, indicando haver um esforço para distinguir um indivíduo do outro. Essa identificação é a condição de existência de menores:

"[...] é o fato de serem detidos pela polícia que fazia que assumissem plenamente os significativos não explícitos no termo menores e não apenas o seu limite etário ou qualquer característica pessoal". (Vianna, 1999, p.25)

O objetivo de tal prática era o controle social dessas classes populares brasileiras, torna a reafirmar Vianna.

Ao serem presas, essas crianças podiam ser internadas ou soltas, em atendimento aos apelos dos pais. Todo esse processo fazia parte de uma aprendizagem, para que os menores reconhecessem seu papel social. Papel de subalternidade.

A construção dessa identidade derivava, assim, de uma dimensão relacional: polícia e menores. A pressão devia, daí por diante, ser reconhecida pelo indivíduo, agora estigmatizado, o que determinaria, a partir de então, seus contatos com a autoridade policial.

Vianna cita, como exemplo dessas implicações, os pedidos de um pai para ser cancelada uma ficha policial com o nome do filho. Tal registro impedi-lo-ia, num futuro, de exercer qualquer cargo público.

Na realidade, não se estava lidando com desvios de conduta e, sim, com

padrões de ordem. A subordinação social estava, agora, construída a partir desse contato com a polícia. Segundo Vianna (p.39) "à polícia caberia o papel fundamental na reinvenção de diferenças legalmente negadas"

Em resumo, Vianna (p. 40) expressa, assim, a atuação da polícia, entendida como agência pública:

"[...]mais do que pensada como componente do Estado em si mesmo, como se este fosse uma entidade substantiva, deve ser tomada como parte de um processo de estatização dos poderes, desempenhando funções de controle e produzindo representações que possibilitassem a própria noção de legitimidade da violência por ela exercida."

Encontram-se, no Acervo da Casa de São José, diversos exemplos da articulação entre a Polícia e a Direção dessa instituição.

Transcrevo dois exemplos dessa ligação:

"Secretaria de Polícia da Capital Federal

Rio de Janeiro, 03/07/1893

Ao cidadão Dr. Diretor da Casa de São José

Faço-vos apresentar o menor Leocadio da Costa, cuja captura requisitastes em vosso officio de 14 do mês findo.

Saúde e Fraternidade

O Chefe de Polícia

Bernardino Ferreira da Silva"

Observe-se não se tratar de um infrator. Apenas uma criança pobre que escolheu a liberdade e foi cair nas malhas da "Ordem".

"Secretaria da Polícia da Cidade de São Sebastião

Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1890

Ao cidadão Diretor da Casa de São José

Nº1465

2ªseção

Faço-vos apresentar o órfão Carlos Catangan de 7 anos de idade, filho do falecido Matin Catangan e da enferma Bebete Catangan que é extremamente pobre e não o pode manter, a fim de que o mandeis admitir nesse estabelecimento de caridade.

Saúde e Fraternidade

O Chefe de Polícia

Sampaio Ferraz”.

Nesse documento (transcrito), observa-se caber à Polícia, também, determinar, administrativamente, o destino das crianças pobres.

2.5.3 - A Medicina Higienista chega ao espaço escolar

A cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, apresentava, como se analisou anteriormente, precárias condições sanitárias. Dada a ausência de água encanada e esgoto, a existência de habitações pouco higiênicas - os cortiços – foram ocupadas pelas populações mais carentes. As epidemias como: varíola, cólera e dengue grassavam, principalmente no verão, dizimando muitas vidas.

A Medicina desempenhou um papel importante na articulação entre a cidade e os novos grupos dominantes, investindo contra os agentes causadores das doenças, responsáveis pela contaminação do meio ambiente. Foram desencadeadas campanhas contra os cortiços e quiosques considerados focos de muitas doenças. Novos equipamentos urbanos foram introduzidos na cidade.

Os princípios básicos da Puericultura, relacionando a higiene da maternidade e da infância, chegava ao Brasil.

A infância foi objeto de cuidados especiais da Medicina Higienista, diante do alto índice de mortalidade infantil.

Gondra (2000) estudou as teses defendidas pelos especialistas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no final do século XIX, e constata que os problemas relativos à higiene infantil foram os temas principais dos seus discursos.

Os preceitos da higiene infantil foram, também, estendidos às escolas,

considerando-se a saúde das crianças imprescindível conquista para sua futura integração no mundo do trabalho.

Até mesmo a reclusão em colégios internos foi criticada por um destacado defensor desses estudos, Dr. Coutinho. Segundo suas convicções, o regime disciplinar, aprisionando crianças, trazia nefastas conseqüências, inclusive quanto à alimentação, quase sempre mal escolhida, mal preparada e mal distribuída, com possibilidade de pouco asseio, diante do número excessivo de alunos. Outra crítica alude ao longo tempo destinado ao estudo, o que se tornava contraproducente em termos de educação.

Na ordem médico-higienista, pregava-se ser ocasião de integrar as dimensões humanas que, até o século XIX, na Corte Imperial e no Brasil, vinham sendo concebidas e tratadas isoladamente. Era tempo de urbanização, de aburguesamento e, ainda, de higienização.

A Casa de São José enquadrava-se nessas preocupações e foi constante, nessa instituição, a referência ao atendimento de preceitos médico-higienistas.

Do Livro de Registro dos Alunos consta fazer parte das informações de identificação pessoal dos abrigados a condição de terem sido os mesmos vacinados e revacinados contra a varíola.

De acordo com o Regulamento da Casa de São José, no artigo 7º, era proibido matricular-se crianças portadoras de moléstias contagiosas ou de defeitos físicos que os incapacitem para os estudos e o trabalho.

Num Relatório do médico da Casa de São José, Dr. Xavier Rabello, em 1892, há críticas veementes a respeito do prédio da Rua Barão de Itapagipe, onde se situava esse estabelecimento. Descreveu, então, ser o terreno alagadiço, cercado de várzeas de capim, bem como encontrar-se o prédio, onde funcionava a escola, ao lado de um estábulo, exalando na estação "calmosa", nauseabundo fétido. A construção era considerada baixa, mal ventilada e pequena para conter os numerosos alunos. Esse ambiente, disse o relator, causava inúmeros males, como: laringites, bronquites, faringites. Houve um caso grave de broncopneumonia, constatado no asilado Divino João que, felizmente, se recuperou. Citou-se a ocorrência de casos de coqueluche e doenças hepáticas entre as crianças.

É significativa a descrição dos abrigados como linfáticos, anêmicos, independentemente da boa alimentação, que aos mesmos era fornecida, ao lado de contínuo uso de tônicos e ferrugíneos.

A presença de sarna no menor Julião, um dos males comumente citados na documentação da Casa de São José, determinou sua remoção para o Hospital da Saúde, de onde voltou recuperado.

No documento anteriormente citado, o médico registrou os esforços da administração e de funcionários em manter a instituição dentro dos mais rigorosos preceitos de higiene. A limpeza e o asseio devem ter sido preocupação constante, uma vez serem os mesmos mencionados em outro documento, o Livro de Visitas, onde as impressões deixadas eram espontâneas.

Em 1891, registrou-se não ter havido nenhum caso de varíola, ressaltando-se, ainda, o cuidado do delegado vacinador que procedeu à vacinação e à revacinação em todos os asilados.

Foram anotadas outras ocorrências mórbidas, assim como a ajuda de outros médicos no atendimento dos menores, inclusive a do Dr. Barata Ribeiro, lamentando, pesarosamente, a perda do menor Jorge Moreira, "vitimado por um acesso pernicioso no curto espaço de trinta e seis horas".

Há nos Relatórios, reiterados apelos, pedindo a transferência do asilo para outro local, onde, "a bem da saúde dos asilados", pudesse a Casa de São José funcionar.

Encontrei outro documento intitulado "Serviço Médico e Estado Sanitário", onde é feito um histórico da Casa de São José desde seus primórdios até 1911. Constatou-se, então, como sendo deplorável a administração da instituição pelas "Irmãs de Caridade", por não terem sido encontrados registros das visitas médicas aos doentes do Asilo. Sabe-se que tal serviço existiu, e era gratuito, prestado por profissionais residentes na vizinhança.

Houve acusações, igualmente, de que moléstias ligeiras tivessem sido tratadas com "mesinhas caseiras" preparadas e ministradas pelas Irmãs neste período.

Essa organização, tornada pública e sujeita ao Ministério do Interior, foi administrativamente reformada, sendo criados diversos cargos remunerados para fazer o atendimento aos doentes, bem como, velando pelas medidas higiênicas a serem observadas nas diversas dependências do Asilo.

Somente a partir de 1901, por falta de acomodações apropriadas, o serviço médico pôde desempenhar bem suas funções, com a instalação de uma enfermaria. Até então, os menores doentes permaneciam nos próprios dormitórios ao lado de

outros companheiros sadios.

São descritos, em documentos do Arquivo da Casa de São José, todos os espaços destinados ao serviço médico, que passou a contar com um Pavilhão de isolamento, onde as crianças suspeitas de doenças contagiosas aguardavam remoção para um Hospital.

É declarado, contudo, ser o estado sanitário da Casa de São José magnífico, embora se reconheça a existência de casos mórbidos, que ocorreram independentes da constante vigilância.

As doenças foram atribuídas, também, ao fato de os abrigados serem crianças extremamente depauperadas, em estado de verdadeira miséria fisiológica. Tais, porém, foram os cuidados e a obediência com que eram observados os preceitos higiênicos, que a evolução das afecções se operou, em quase sua totalidade, sem complicações, coroando os esforços terapêuticos em prática.

Comentou-se não haver a Casa de São José sido atingida por epidemias que assolaram a cidade, como: cólera, peste bubônica, escarlatina, varíola e sarampão. Registraram-se, apenas, casos de sarampão em 1902, 1905, 1910 e 1911, mas sem gravidade, e em pequeno número, dado o estado sanitário dessa instituição.

Reafirmou-se, então, ser dever do médico zelar,

"[...]tanto quanto é humanamente possível pela conservação da saúde dos pequenos asilados, que na Casa de São José encontram o amparo que lhes faltava para se tomarem homens úteis a si e à sociedade."

Tais afirmações podem ser constatadas no quadro transcrito a seguir:

**QUADRO GERAL DO OBITUÁRIO DOS ASILADOS
DA CASA DE SÃO JOSÉ**

ANO	NOME	CAUSA MORTIS
1888	Luiz Ferreira da Costa (primeiro aluno inscrito, seis anos)	Variola
1889	Cesar da Silva Pereira Augusto Eurígidio Julio	Variola Variola
1891	Jorge Moreira da Silva	Acesso pernicioso fulminante
1892	Arthur Gomes da Silva	Hemorragia pulmonar
1893	Sebastião Lopes	Febre remitente typhoide
1896	Paulo Garibaldi Joaquim dos Santos	Pneumonia Febre remitente typhoide
1897	Antonio José Teixeira João Fortunato	Febre remitente typhoide Febre remitente typhoide
1899	Manoel M. da Silva	Pneumonia
1901	Carlos Barbosa Raul Cruz e Souza	Febre remitente typhoide Febre remitente typhoide
1903	Luiz dos Reis	Febre remitente typhoide
1910	Oscar de Barros	Gripe intest.
1911	Domingos Moreira Arnaldo de Araújo	Tétano Disenteria
1912	Reynaldo Muny	Gripe intest.

CAPÍTULO III

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CASA DE SÃO JOSÉ

Os diversos Regimentos da Casa de São José, elaborados de 1890 até 1916, continham determinações sobre o funcionamento, inclusive pedagógico, dessa instituição. Neste período a Instituição esteve vinculada à superintendência da Infância Desvalida e à Diretoria de Higiene e Assistência Pública, o que distingue o escopo de sua atuação e também explica muitos tropeços na trato com a questão pedagógica.

Sabe-se que, nos tempos iniciais, as aulas de primeiras letras eram ministradas por cinco moças órfãs educadas no Asilo Santa Leopoldina e trazidas pelas irmãs da Ordem de São Vicente de Paulo, administradoras do Asilo. Foram elas que ensinaram aos asilados as primeiras letras e noções de aritmética elementar.

A Casa de São José foi tornada pública com o advento da República, passando a seguir as diretrizes oficiais estabelecidas. O ensino seguiu a norma vigente com o Curso Primário, dividido em elementar e superior. A partir de 1916, anexa ao Instituto e para uso exclusivo dos seus internados, funcionaria uma escola primária mista, sob a direção de uma professora catedrática, com adjunta pertencente ao quadro do professorado primário do Distrito Federal.

Essa escola seria numerada e anexada ao 6º Distrito Escolar, para efeitos de fiscalização.

Os trabalhos escolares, a partir daí, efetuar-se-iam todos os dias, exceto às quintas-feiras, das 10 às 15 horas, de acordo com o horário adotado para as escolas primárias do Distrito Federal.

Haveria, na escola, uma classe preliminar ou infantil para crianças de seis e sete anos. Esta classe funcionaria em pavilhão separado e, sempre que fosse possível, no jardim, ao ar livre.

Seriam destacadas, diariamente, duas inspetoras do estabelecimento para servirem na escola, sob as ordens da respectiva professora.

A professora da escola comunicar-se-ia, diretamente com o Diretor do Instituto, sobre tudo o que dissesse respeito ao asseio do prédio e dependências onde funcionavam as aulas.

Ao Diretor do Instituto seriam remetidos, semestralmente, os boletins com as atas de comportamento e aproveitamento dos alunos.

Haveria, no Instituto, independentemente da escola, um professor de Trabalhos Manuais para meninos de oito a onze anos de idade.

Esse professor guiaria os alunos nos trabalhos manuais constantes dos programas das classes média e complementar das escolas primárias.

Esses trabalhos seriam executados pela manhã, antes do almoço, divididos os alunos por turmas, segundo o grau de adiantamento de cada um.

O Diretor do Instituto encaminharia, no começo de cada ano, ao professor da escola, todas as informações necessárias a respeito dos alunos, bem como quaisquer dados concernentes a um ou outro e que pudessem influir sobre os métodos educativos empregados.

3.1 – A ANÁLISE DOS REGIMENTOS E A EDUCAÇÃO

As informações de natureza pedagógica contidas nos diversos regulamentos estão abaixo transcritas.

Em 1890, o corpo docente compreendia:

- um professor de Português, Aritmética, Instrução Moral, Geografia e História do Brasil (para os alunos de dez a doze anos);
- um professor das mesmas matérias para os de seis a dez anos;
- um professor de Caligrafia e Desenho;
- um professor de Música;
- um professor de Trabalhos Manuais.

Nas aulas, utilizavam-se os compêndios escolhidos pelos professores, com aprovação do diretor, dentre os aprovados para uso das escolas públicas.

Estava determinado ainda que, antes do encerramento dos trabalhos letivos, os asilados em condições de prestá-los seriam submetidos a exames das diversas matérias. Uma comissão examinadora, composta pelo diretor na qualidade de presidente e de professores por ele nomeados, dentre os do estabelecimento, encarregar-se-ia desses exames.

Eles resolveriam sobre os que deveriam ser aprovados e classificados, além de decidir quais os premiados, levando para isso em consideração, também, o procedimento nas aulas e no estabelecimento.

Os prêmios eram três medalhas: de ouro, de prata e de bronze, cunhadas na Casa da Moeda, além de livros instrutivos. A entrega era feita em sessão solene.

Do regime disciplinar consta a proibição de os asilados ausentarem-se do estabelecimento, a não ser acompanhados por pessoa autorizada pelo diretor.

Os alunos que fugissem seriam apreendidos e as pessoas que os empregassem, aliciassem ou auxiliassem na fuga, estariam sujeitas a penas legais.

As faltas dos alunos seriam punidas pelo árbitro do diretor, com exclusão de castigos corporais.

Quanto ao aluno com doze anos e de comportamento irregular, seria solicitado ao Ministro do Interior a sua transferência para a Companhia de Aprendizes da Marinha.

Em 1895, o Jornal do Comércio publica um Relatório onde se lê que, na Casa de São José, ministrava-se o ensino primário em duas categorias sucessivas, das quais a primeira foi confiada a duas professoras, auxiliadas por uma adjunta, e a segunda, a um professor e a um adjunto.

O ensino da Caligrafia e Desenho seria ministrado, separadamente, em uma aula confiada a um professor especial. Além da aula de ginástica, havia exercícios militares obrigatórios para todos os asilados bem como aula de Música destinada àqueles que revelassem aptidão e, finalmente, a aula de Trabalhos Manuais de "reconhecidíssima utilidade e de reais vantagens", segundo matéria do Jornal do Comércio (21/05/1895).

O material escolar, em 1895, era insuficiente, bem como tornava-se necessária a aquisição de aparelhos modernos para a ginástica.

Professores previstos eram os seguintes:

- dois professores de instrução primária (primeiras letras, leitura, escrita e tabuada);
- dois adjuntos;
- um professor de noções: Português, Aritmética, Geografia, História Pátria e lições de coisas;
- um professor de ginástica e exercícios militares;
- um professor de Música;
- um professor de Caligrafia e Desenho.

Pelo que consta no regime escolar e disciplinar, pode-se destacar que o ano letivo começava em 01/03 e encerrava-se em 30/11.

O tempo de ensino, a distribuição das horas para o estudo, os professores e tudo o mais que se referisse ao regime disciplinar e escolar seria, então determinado, especialmente, em tabela aprovada pelo Prefeito.

As relações entre os alunos e os professores e tudo o mais que se referisse ao regime escolar seria determinado, especialmente, no Regimento Interno.

Em 1904, no documento intitulado "Das Aulas e Oficinas", constava haver, na Casa de São José, um curso de instrução primária elementar em que seria ministrado aos asilados o ensino de:

Língua portuguesa, leitura e noções gerais de gramática prática;

Lições de coisas, noções gerais e muito elementares de Geografia, especialmente do Brasil;

Aritmética prática, problemas sobre as operações mais usuais;

Instrução Moral e Cívica, compreendendo fatos mais notáveis da História do Brasil;

Caligrafia e Desenho, este com aplicação às artes e aos ofícios;

Ginástica e exercícios militares.

Além dessas aulas, poderia, também, haver as que fossem necessárias para o ensino prático de ofícios e artes e que coubessem nas verbas votadas no respectivo orçamento, prevendo-se até criar, nas mesmas condições, uma aula prática de jardinagem e horticultura.

As aulas de instrução primária funcionariam diariamente à tarde, durante duas horas, entre a última hora de recreio e a última refeição à noite, podendo-se dar maior tempo às classes mais atrasadas.

O ensino de Ginástica e exercícios militares seria dado pela manhã, antes do almoço dos alunos.

As aulas de Desenho e Trabalhos Manuais ministrar-se-iam entre o almoço e o jantar.

As oficinas iriam ser instaladas, à medida em que se verificasse a necessidade de cada uma delas, devendo ser munidas de instrumentos e máquinas mais aperfeiçoadas.

Na distribuição das horas de aulas, ter-se-ia muito em vista que as de ensino primário deveriam realizar-se de modo a não ficarem prejudicadas as de Trabalhos Manuais e as de Oficinas, sendo que o Desenho, com aplicação às Artes e Ofícios, teria lugar nas respectivas oficinas.

Quando as oficinas pudessem fazer trabalhos aproveitáveis em outros estabelecimentos municipais ou suscetíveis de vendas a particulares, o produto deste negócio seria recolhido ao cofre da Casa de São José, indenizando-se, antes, a Municipalidade do valor da matéria prima. O dinheiro recolhido seria dividido semestralmente pela seguinte forma: 10% para os mestres, 60% para o pecúlio dos menores aprendizes e 30% para melhoramentos das oficinas, sendo esta divisão proporcional ao rendimento de cada oficina.

Os pecúlios dos menores seriam, semestralmente, depositados em nome de cada um deles na Caixa Econômica, ficando as respectivas cadernetas sob a guarda da Diretoria do Estabelecimento, de onde sairiam somente por ocasião de serem eles desligados.

O ano letivo começaria a 1º de fevereiro e findaria a 30 de novembro, sucedendo-se, logo, os exames nas aulas e oficinas.

As oficinas, porém, com exceção dos domingos e dias feriados marcados em lei, só deixariam de funcionar no período compreendido entre 25 de dezembro e 6 de janeiro.

Os asilados seriam distribuídos em turmas, que ficariam, durante o tempo da aula, sob a responsabilidade dos respectivos professores.

Os aprendizes das oficinas, acompanhados pelos respectivos mestres, poderiam sair, com licença do Diretor, em visita a fábricas e estabelecimentos industriais, cujo exame pudesse interessar à educação profissional dos alunos.

Em 1916, faziam parte do corpo docente:

- um professor catedrático;
- dois adjuntos de 1ª classe;
- dois adjuntos de 2ª classe;
- dois adjuntos de 3ª classe;
- três auxiliares de ensino;
- um professor de trabalhos manuais

3.1.1 - Do Regime interno e disciplinar em 1916

Fora do tempo passado na escola anexa, o regime disciplinar seria superintendido pelo Diretor do Instituto.

Em regimento, aprovado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, seriam definidas as relações entre os alunos e os funcionários e prescrito tudo quanto se referisse aos regimes disciplinar e interno do estabelecimento.

Foram expressamente proibidos os castigos corporais.

Os alunos maiores de ambos os sexos deveriam ser instruídos e guiados à execução de certos serviços leves do estabelecimento, tais como: arranjo das camas, limpeza dos dormitórios, serviços da mesa ou refeitório e jardinagem.

Os internados só poderiam sair do estabelecimento durante o ano, tendo nota ótima em aplicação e comportamento, a juízo do Diretor, exceto em caso comprovado de moléstia, que reclamasse mudança de ar ou de regime.

No primeiro domingo de cada mês, à hora designada no regimento interno, poderiam os internos receber a visita de seus parentes ou protetores, mas sempre sob a imediata fiscalização dos funcionários do estabelecimento.

Algumas vezes no ano, quando o Diretor julgasse oportuno, os alunos poderiam sair em turmas a passeio, acompanhados pelo pessoal do estabelecimento.

3.2 – OS CURRÍCULOS, MÉTODOS DE ENSINO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Nos Regimentos elaborados para essa instituição, há referências às disciplinas ensinadas na escola primária, a saber: Português, Aritmética, Instrução Moral, Geografia e História do Brasil. Eram, também, ministradas aulas de Caligrafia, Desenho, Música, Ginástica e Trabalhos Manuais.

Quanto aos trabalhos manuais, desde a fundação da Casa de São José, nunca deixaram eles de ser oferecidos aos alunos, apesar de todas as dificuldades. O objetivo de iniciar os pequenos alunos em práticas de atividades manuais, possibilitando aquisição de habilidades profissionais, marcou sempre esse estabelecimento. Aliás, um recorte do Jornal do Comércio, de 21/05/1895, assinalava:

"[...] a aula de trabalhos manuais de reconhecidíssima utilidade e de reais vantagens, mas que não tem produzido todos os seus bons resultados por ser acanhadíssima a saleta em que funciona, onde, além de certos aparelhos necessários, só pode trabalhar proveitosamente número muito limitado de alunos na Casa de São José."

Só em 01/03/1896, a Casa de São José mudou-se para o prédio da atual Rua General Canabarro, onde até hoje se encontra.

Nessa ocasião, foram comprados, também, inúmeros materiais pedagógicos e, até mesmo, os referentes às Oficinas, a fim de melhor atender ao ensino de Trabalhos Manuais.

Encontrei, entre a documentação, um relatório datado de 08/12/1893, da Capital Federal, assinado pelo professor Olavo Freire, professor de Trabalhos Manuais. Segundo ele, desse ensino constavam, na ocasião, cartonagem escolar e trabalho em madeira (slöyd em madeira), Geometria aplicada ao Trabalho Manual e Desenho Linear.

Ele explicava que os suecos chamavam slöyd o Trabalho Manual, que, embora não tendo caráter de ofício, exigia certa destreza das mãos.

Nesse depoimento, o referido professor mostra a movimentação de seus alunos durante o ano letivo e o resultado final, onde os mesmos eram classificados de acordo com as notas dos exames:

- Aprovados com distinção com louvor;
- Aprovados plenamente;
- Aprovados simplesmente;
- Reprovados.

Pelo Regimento de 1916, o ensino de Trabalhos Manuais reduziu-se muito: a escola passou a ser mista e apenas os meninos, após os oito anos, tinham a ele acesso.

Foram retiradas as aulas de Desenho, Ginástica e Música. Essas modificações nivelaram essa instituição, praticamente, às demais escolas públicas primárias.

Possuímos dois currículos das aulas primárias desse estabelecimento.

O primeiro refere-se às aulas de primário primeiro grau, com data de 1892, e está assinado pela professora Maria da Glória Rodrigues.

Outro é do primário do segundo grau e foi organizado pelo professor João Antônio de Azevedo, sendo apresentado em 15/11/1890. Esse, além do conteúdo das disciplinas de Português, Geografia, Aritmética e História do Brasil, apresenta o nome do compêndio de cada uma das disciplinas e que deveria servir de apoio ao estudo dos alunos.

São os seguintes os livros didáticos adotados:

Português:

Novo Terceiro Livro de Leitura, de Hilário Ribeiro

Gramática da Infância, de J. C. Fernandes Pinheiro

Geografia:

Pequena Geografia da Infância, de Joaquim Maria de Lacerda

Aritmética:

Noções de Aritmética e do Sistema Métrico Decimal, por Manuel Olympio

Rodrigues da Costa

História do Brasil

Joaquim Maria de Lacerda

O professor terminou sua exposição com a seguinte observação: "no ensino de todas essas matérias será sempre empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar".

Mais adiante se farão observações sobre o método intuitivo. Cabe aqui no entanto destacar, pelos estudos sobre o Império, haver, por parte de alguns professores, conhecimento das inovações pedagógicas da época, o que me foi possível entender pela leitura de publicações em periódicos da época ou pela participação de professores em conferências pedagógicas.

A Escola Normal, na Corte, só surgiu no final do século XIX.

Há uma listagem, de autoria da Professora Carolina Braga, sem data, mencionando objetos usados nas aulas do primário de segundo grau, tais como:

- Quadros de História do Brasil;
- Estampas de fatos históricos do Brasil;
- Figuras geométricas;
- Globo geográfico;
- Balanças com os competentes pesos;
- Trena de metal;
- Caixa de madeira com alfabetos e números;
- Bússola;
- Metro;
- Ímã;
- Cubo;
- Termômetro;

- Medidas de capacidade;
- Medidas de líquidos; e demais objetos comuns numa sala de aula;
- Mesas, carteiras, ardósia, lápis para ardósia (uma caixa), livros de Felisberto de Carvalho (18).

Na relação da adjunta Honorina Braga, professora de aula do Primário de Primeiro Grau, sem data, destacam-se apenas mapas geográficos, quadros diversos e livros de Felisberto de Carvalho e E. da Cunha (49).

Encontrei outra relação de objetos de uso pedagógico, datada de 24/08/1903, da professora Joana Ribeiro do Nascimento, que menciona serem eles destinados à aula da segunda classe do Curso Elementar. Além dos materiais comuns, destacam-se: uma balança, nove pesos e treze medidas, quarenta e quatro quadros para o estudo de lições de coisas, dois globos geográficos, um grande e outro pequeno, um mapa representando a América do Sul, um segundo o Distrito Federal, um quadro-negro para cálculos, quarenta e uma lousas.

Parece-me não ser usado, na época, o papel para anotações escolares. Utilizavam-se ardósia ou lousas.

No relatório da professora Maria da Glória Rodrigues (aula primária de Primeiro Grau, 1892), há informações sobre o critério vigente nas avaliações de escolares:

"[...] os exames constarão de leitura de trechos fáceis, com explicações de sentido e significação das palavras; da escrita e leitura de números inteiros e, bem assim, das operações fundamentais da Aritmética feitas praticamente no quadro-negro."

Já no relatório, do professor da Classe de Segundo Grau, diz ele estar cumprindo exigência regulamentar na apresentação dessa exposição, sendo significativa sua declaração:

"Provou a experiência que o programa do ensino que considerastes provisório, por mim organizado em fins do ano atrasado e observado no que terminou, deverá ser o seguido nessa Casa; a exibição de provas que os alunos da minha aula deram nos dias 7 e 8 de dezembro último, por ocasião dos exames a que presidistes e cuja impressão já vos terá certamente habilitado a fazer a respeito seguro juízo, corrobora esta minha asserção."

Esse professor, ainda, sugeriu a adoção dos seguintes livros: Curso

Graduado da Letra Manuscrita, porquanto familiarizaria os alunos quanto à leitura desse caráter de letra e, bem assim, o compêndio escrito pelo Dr. Saffray, tratando de lições de coisas, que, também, poderia constar das preleções feitas pelo professor.

É tocante a afetuosidade pela qual o professor João Antônio Azevedo se refere aos seus alunos. Ele termina seu relatório dizendo estar disposto a continuar a lutar pelo “desenvolvimento da instrução da mocidade”.

Em 1894, cabia ao professor organizar o programa de ensino. Têm-se algumas declarações nesse sentido: a de Olegário Tavares, mestre de Música, a de Olavo Freire, professor de Trabalhos Manuais, e a de Maria da Glória Rodrigues, professora de Instrução Primária de Primeiro Grau. Ela menciona ser o mesmo programa adotado desde 1891, não vendo razão para alterá-lo.

Já, no mesmo ano, o Professor João Antonio de Azevedo diz-se satisfeito com a chegada do Bacharel Carlos Luis de Vargas Dantas como adjunto, sendo sua classe dividida com ele. Sugere a manutenção do programa por ele elaborado, já que fora aprovado pelo Ministério do Interior e pede que seja adquirida “uma urna e competentes esferas” para se poder realizar o seu planejamento.

Há, também, um documento mostrando a existência de discórdia entre um ex-diretor e um professor de Desenho e Caligrafia. Este diretor, em maio de 1894, pede ao seu substituto que lhe seja entregue uma certidão contendo o programa da cadeira de Desenho e Caligrafia que o professor Rafael Frederico lhe remeteu, de acordo com as exigências constantes. A Casa de São José, em resposta, notificou o encontro de tal material e a transcreveu:

“Desenho: estudo dos modelos em relevo (pastas cartão) série A, B e C, sempre executado do tamanho igual ao modelo. Em cada lição o professor aproveitará o modelo para dar explicações de formas geométricas, ministrando aos alunos por este meio o conhecimento das figuras planas e sólidas e suas aplicações na indústria e na arte, o conhecimento e uso do prumo. O estudo da série A e B será somente contornado podendo se o professor julgar conveniente combinar um ou outro da série C. Cópia de folhas nacionais, modelos de gesso moldados sobre o natural. Caligrafia: exercício na tela preta de letras de 5, 10 e 15 centímetros de tamanho. Exercício de palavras e frases. Caderno do método de Godchaux, em 10/04/1893, Rafael Frederico.”

O escrivão Tenente Alfredo Pinto de Carvalho relata ao ex-diretor várias ocorrências e, sobre o programa de Desenho e Caligrafia, revela ter o Conselho Municipal suprimido o Desenho em sua Lei Orçamentária de 1893, ato confirmado, também, no ano corrente de 1894.

Em outubro de 1894, foi nomeado como professor interino de Desenho e Caligrafia, em substituição a Rafael Frederico, Manoel Teixeira Rocha. Esse professor escreveu ao Prefeito, em exercício, Dr. Henrique Valadares, solicitando que a Diretoria de Higiene lhe esclarecesse sobre o conteúdo programático da referida cadeira e, mais ainda, queixou-se de lhe negarem o fornecimento de material de Desenho que pedira, constituindo tal fato sério embaraço ao cumprimento de seu dever. Comentou a existência dessa cadeira nos estatutos da Casa de São José e afirmou não constar ter havido qualquer alteração. Reiterou, também, ser o Desenho indispensável a uma escola profissional, não havendo motivo ou vantagem para suprimi-lo.

O Prefeito despachou, nesse sentido, mandando cumprir os termos do Regulamento da Casa de São José e a Diretoria de Higiene encaminhou a ordem à Direção da Casa de São José.

Do acervo pedagógico fazem parte, também, algumas correspondências como a da professora Maria da Glória Rodrigues, solicitando uma adjunta, pois sua classe de alfabetização constava de 92 asilados, quase todos com dez anos, idade considerada por ela mais difícil e penosa.

O mesmo pedido de um auxiliar foi feito pelo professor João Antônio de Azevedo, uma vez que atendia 65 asilados e ministrava diversas matérias. Esse mesmo professor justificava suas faltas às aulas da Casa de São José, dizendo ter sido designado para fazer parte da Comissão Julgadora dos exames de Português da Segunda Escola Pública Primária do Segundo Grau, em 30/04/1894.

A Casa de São José recebeu do vice-diretor a comunicação a respeito de Cesar da Gama Souza, aluno dessa instituição, inscrito no exame para o Internato do Ginásio Nacional, em dezembro de 1896, que fora, então, aprovado em Geografia (com distinção), Português (plenamente) e Aritmética (simplesmente). Já em Francês, foi reprovado, podendo repetir essa prova, em fevereiro.

O vice-diretor desse estabelecimento o Ginásio Nacional, fez o oferecimento para acolhê-lo e prepará-lo para a nova prova.

Há outros relatos de alunos da Casa de São José sendo transferidos para o

Ginásio Nacional. Estava mesmo prevista, no Regimento, essa possibilidade, caso o aluno mostrasse habilidades para as letras.

Não há nenhum documento sobre o ensino de Francês na Casa de São José. Estranha-se, no entanto, incorporarem-se livros nesta língua à Biblioteca, de cuja existência não se têm também informações.

Prêmios e castigos eram práticas comuns nessa instituição. Havia emulações como: figurar no quadro de honra. Costumava-se, ao mesmo tempo, privar os alunos considerados como insubordinados ou pouco estudiosos de vantagens como a permissão para receber visitas de familiares.

A Casa de São José era cobrada pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da capital (1893), no sentido de remeter-lhe mapas semestrais, contendo a movimentação dos alunos, programas e livros adotados, bem como o nome dos professores, para fins estatísticos.

A direção da Casa de São José gozava de certo prestígio no âmbito educacional da Capital Federal. Há um convite da parte da "Faculdade Livre de Direito", de 1894, convidando essa instituição para a cerimônia de colação de grau, no salão de honra do Ginásio Nacional.

Sobre o papel dos Currículos, diz Veiga-Neto (2001, p.101) ser ele entendido:

"como um artefato que ao mesmo tempo traz para a escola elementos que existem no mundo e cria na escola sentidos para o mundo, passa a ser visto como ocupando uma posição central nos processos de identidade social, de representação, de regulação moral."

Veiga-Neto defende o estudo do que foi realizado na escola, e que está acompanhado de julgamentos e idéias de progresso, otimismo, pessimismo, ascensão e declínio. Para ele, é mais importante compreender os fatos, as práticas e os discursos, dentro das perspectivas espaço-temporais e problematizá-los. E, a partir daí, caberá tentar-se montar uma nova estratégia de mudanças, acrescentando que "é por isso que, no lugar da grande revolução, Foucault nos fala das pequenas revoltas diárias".

Tentando entender o significado de um Currículo, deparei-me com essas colocações de Veiga-Neto e me reporteí às ações das pessoas responsáveis, no passado, pela Casa de São José. Elas, de modo geral, agiram dentro do espaço de

que dispunham. Vemo-las lutando, reclamando providências, questionando, sensibilizando uns, demandando soluções.

Daí, minha identificação com a afirmação do pensamento de Veiga-Neto (p. 103): “por mais que possa a Educação, jamais chegaremos à Liberdade, se a pensarmos como um lugar ou um tempo futuro em que nos livraríamos dos constrangimentos”.

Assim, o currículo escolar está vinculado à realidade social e cultural. Neste contexto, estão inscritas as possibilidades ou não de certa organização. Nesta perspectiva, é que se pode fazer a análise ou a hipótese de sua conveniência, pondo-se em relevo, a partir daí, não só o caráter político, mas também a ordem do poder, quanto à determinação das matérias constantes do curso.

3.3 – UMA NOVA ANCORAGEM DE DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS DA CASA DE SÃO JOSÉ

Retirei do acervo da Casa de São José alguns documentos que considerei relevantes. Pesquisei, em diversas fontes, o contexto social onde essas ações pedagógicas podiam ser inseridas ou suas possíveis explicações.

3.3.1 – A Educação para o trabalho

“Para o estabelecimento dessas oficinas convém abandonar o sistema rotineiro até hoje seguido entre nós e procurar não restringi-los apenas às de sapateiro, funileiro, alfaiate e encadernador. É tão vasto o ramo de indústrias e algumas delas tão lucrativas que não será difícil a escolha entre algumas delas.

Dr. Vasco d’Alencastro, Relatório ao Ministro do Interior Dr. Aristides Lobo/1890”

A questão do trabalho foi, a partir da década de 1870, colocada como centro da questão da educação das crianças pobres.

Foi defendida, então, a organização de um ensino elementar destinado a essa clientela, compreendendo religião e moral, escrita, aliado ao ensino de um ofício ou profissão, em oficinas anexas às escolas primárias, proporcionando aos pequenos estudantes um pecúlio.

Essa visão foi criticada por alguns, acusando-a de impor limites à

possibilidade de progresso das classes populares, restringindo-a dentro de uma instrução elementar e ao exercício de profissões artesanais e manuais.

O Ministro João Alfredo (1870) ressaltou a importância da criação de Escolas Industriais, como caminho para educar o povo, fazendo a defesa do ensino técnico com bases científicas e práticas, para formação de profissionais intermediários da classe média, como: desenhistas, arquitetos, mestres-de-obras e trabalhadores especializados em diversos ofícios manuais, industriais e agrícolas.

O Asilo dos Meninos Desvalidos, fundado em 1874, foi a primeira concretização desse projeto. Essa idéia não era nova, pois já tinha sido prevista no Regulamento de 1854, na gestão do Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz. A marca dessa proposta foi o entendimento de serem a educação e a instrução consideradas meios possíveis para a reorganização das relações de trabalho e de controle social conforme mostra Martinez (1998, p.32)

3.3.2 – Análise de uma série de documentos

“Regimento da Casa de São José, 1890

Capítulo II, art. 24:

Aos professores e mestres incumbe:

[...]3º Requisitar ao diretor os objetos e utensílios de que encarecem as aulas”.

“Relatório do professor, João Antônio de Azevedo, 15/11/1890:

[...] porquanto sempre ter empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar”.

“Rio, 4/10/1894

Ao Dr. Henrique Valadares, Prefeito do DF

Cumprer declarar a V.Exa. que os estatutos da Casa de São José, consignaram uma cadeira de Desenho e Caligrafia e não consta que tenha sido feito qualquer alteração na sua organização.

[...] Desenho é indispensável a uma escola profissional como a Casa de São José, não havendo motivo ou vantagem em suprimi-lo.

Prof. Manuel Teixeira da Rocha.”

O que é o método intuitivo?

É citação constante, na documentação encontrada na Casa de São José, a utilização pelos docentes do método intuitivo, o que me levou a recorrer ao trabalho de Vera Teresa Valdemarin (1998). Informa a autora ter havido, no século XIX, uma renovação pedagógica possibilitando uma nova metodologia de ensino, cujos reflexos vão atingir a vida econômica e social.

O método intuitivo, de origem européia, estimulou o aparecimento de inúmeros livros para o ensino elementar, sendo seus princípios trabalhados em diferentes maneiras, por diversos autores, inclusive dentro do ideário pedagógico brasileiro, constituindo-se, segundo Valdemarin (1998, p.15) "na primeira década da República como o símbolo de um projeto político modernizador, que encontra na escola parte de sua visibilidade".

Os avanços industriais e as novas técnicas de trabalho levam à necessidade de qualificar o operariado. A educação passa a ser entendida como um dever do cidadão para com a sociedade, pois lhe possibilitará entender o funcionamento da mesma. O trabalho especializado aumenta o progresso. "A instrução é um meio de disciplinar o cidadão por meio de conteúdo moralmente formador", explica Valdemarin (1998, p.17)

O método de ensino intuitivo foi o adotado na segunda metade do século XIX, nas escolas européias, americanas e brasileiras, baseado nas formulações de Pestalozzi e Froebel, autores influenciadores do referido método, constante em manuais didáticos e nos compêndios de Pedagogia.

O ensino escolar, nos principais centros urbanos, era considerado ineficiente. Os alunos apresentavam deficiência em leitura, escrita e cálculos. Os estudos baseavam-se na memorização, valorizando-se a repetição em detrimento da compreensão.

Entre os novos materiais surgidos, destacavam-se caixas das cores e das formas, gravuras, coleções, objetos variados de madeira, linhas e papéis, no lugar dos livros de texto para serem memorizados.

Os pontos básicos do método intuitivo consistem em olhar e observar, o que na realidade, correspondente a uma etapa do método experimental que é um procedimento aperfeiçoado de observação. Os livros, em vez de reunir conteúdos a serem memorizados, tornaram-se depositários de procedimentos para realização de atividades prescritas pelo método intuitivo.

Esse novo método, em síntese, significa observar e trabalhar, o que consiste em preparar as crianças para que, no exercício de futuras atividades, através do ensino e da educação, sejam habituadas a pensar e a construir.

O Desenho é uma atividade essencial ao método intuitivo compreendendo aplicações artísticas e industriais. Ele permite a educação do olhar, o adestramento da mão. É preciso, ainda, incentivar as crianças a inventarem e comporem, a fim de se poder contribuir para a formação de uma sociedade esclarecida e laboriosa.

Chega-se, assim, à essência desse método, conforme expõe Valdemarin: “a aprendizagem tem seu início nos sentidos, que operam sobre os dados do mundo para conhecê-lo e transformá-lo pelo trabalho e que a linguagem é a expressão deste conhecimento”. (p.75)

Os sentidos, explica Valdemarin (p. 77):

“[...] permitem a comunicação com o Mundo, produzindo sensações geradoras de percepções, as quais, por sua vez, produzem concepções que são retidas pela memória. É sobre este material que operam o raciocínio e a imaginação, produzindo juizes.”

As atividades prescritas no livro “Primeiras Lições de Coisas, elaborado por N. A. Calkins”, compreendiam observações de formas, cores, números, tamanho, desenho, tempo e sons, até se chegar à leitura e às qualidades das coisas, abrangendo também a educação física e moral.

O sentido da língua materna era considerado instrumento adequado para o domínio da linguagem (comunicação), bem como o da ciência. Pregava-se, então, fazer parte o estudo da língua das “lições de coisas” e só, mais tarde, deveriam introduzir-se as regras gramaticais.

O método intuitivo recebeu, posteriormente, novas formulações, mas foi mantida sua “resposta à exigência histórica concreta, interligando métodos objetivos e produção de objetos, atividades concretas e preparação para o trabalho”. (p.80)

3.3.3 – Direitos e Deveres dos Cidadãos

No Relatório do professor João Antônio de Azevedo, datado de 15/11/1890, lê-se:

"Como sabeis, o governo acaba de igualar o nível intelectual do povo, dando-lhe a soma de instrução precisa para que ele saiba conhecer os seus direitos e deveres, reformando por isso a instrução pública."

Que princípios de cidadania, isto é, concessão de direitos e deveres, foram assegurados ao povo e por extensão, também, aos abrigados da Casa de São José?

A Educação está, sempre, ligada a idéias de valores vigentes na sociedade e acompanhada de conceitos éticos, visando à sua preservação. Ela, portanto, pressupõe uma continuidade das normas sociais existentes, sobre as quais se constituirão as aspirações de mudanças.

É essa ligação com o passado, essa herança, o que primeiro buscarei. Como foi pensada a escola no Império brasileiro?

Isso implica o entendimento de valores como justiça, igualdade e, ainda, noções como: trabalho, modernidade, progresso, autoridade dos mais velhos, disciplina, respeito à norma culta da língua no contexto da constituição de uma nação independente e da organização do Estado Imperial.

A construção do Estado-Nação, projeto político também acolhido pelo Império brasileiro, visando à inclusão do país no rol das nações mais desenvolvidas, contou com a participação das elites que, para firmarem uma posição de hegemonia, empreenderam lutas e embates em diversas áreas, nelas incluindo a própria Educação.

Nos muitos discursos proferidos no Império, dentro da temática educacional, foram mencionados os princípios do liberalismo e ela correlacionados e acatados pelas elites políticas e intelectuais dessa época.

Dada a dificuldade em definir liberalismo, Valdemanin (1996) chama a atenção para a necessidade de, preliminarmente, ligá-lo ao Capitalismo e só, a partir daí, tentar-se compreender a ordem social instaurada

A sociedade derivada da formação capitalista terá como pontos básicos: mão de obra livre, contratos de troca de força de trabalho por salários, produção de mercadorias excedentes possibilitadas pela especialização do trabalho, lucro, propriedade privada, entre outros.

É, porém, no poder político, que se opera uma das maiores mudanças quanto à nova maneira de se entender a organização social. Nela a direção da sociedade abandona a ligação com preceitos religiosos, até mesmo sagrados em outros

tempos, e passa a ser pautada pela vontade dos cidadãos, detentores do direito de decidir, legitimando suas vontades através de regras por eles estabelecidas e provenientes de órgãos de representação política, considerados soberanos. O indivíduo, embora livre, está sujeito às leis, julgadas como normatização da vontade popular.

Decorrente desses princípios, temos o estado como soma de todos os indivíduos, legislando em nome da vontade coletiva e legitimando-se, ao traduzi-la, por meio do estabelecimento de direitos e deveres, baseados no bem-comum.

A expansão produtiva e geográfica do Capitalismo irá demandar novas redefinições do liberalismo. A universalidade dos direitos, na prática, revela-se excludente, pois insere nela, apenas, os proprietários dos meios de produção. Só, através de novas temáticas, como a democracia, seria possível a inclusão da classe trabalhadora, que reivindicaria, também, sua participação política, ampliando sua representatividade e, enfim, a inserção de todos os agentes do processo produtivo.

O Estado e suas relações com a sociedade civil são redefinidos. A igualdade vai ser entendida como uniformidade de oportunidades e não de resultados, de acordo com os interesses da burguesia que universaliza e expande a teoria capitalista. É, então, como sistema econômico, que os princípios liberais tornam-se mais fáceis de serem implementados, possibilitando o desenvolvimento material.

Prega a teorização liberal caber à Educação levar o homem, pelo uso da razão, a atingir um tal grau de civilização e progresso que o possibilitará organizar uma sociedade harmônica. A razão e a experiência instrumentalizam melhor a compreensão do mundo natural e social.

Considerando o liberalismo e o capitalismo como indissociáveis, o Brasil vai se inserir neste projeto de expansão como uma economia periférica, ligada à Europa como país agrário e exportador de matéria-prima e dentro de um papel de economia dependente. Essa posição vai determinar os obstáculos encontrados para a implementação das idéias liberais, uma vez que essas encontraram acolhida em alguns grupos sociais, cujos interesses se ligavam às idéias produzidas externamente, tais como: "liberdade individual, trabalho assalariado, representatividade política e difusão de instrução". (VALDEMARIN, 1996, p.24)

A historiografia brasileira considera o ano de 1868 como marco. É quando vão começar a aflorar, mais nitidamente, os problemas que levarão às mudanças, inclusive de regime, ao lado do fim do trabalho escravo e onde problemas como as

fraudes eleitorais e a deficiência da instrução pública começam a ser debatidos.

Por volta de 1870, as questões estruturais brasileiras, até então acomodadas, vão ser ativadas e influenciadas pelos processos liberais vigentes na Europa.

A Educação é pensada como um dos melhores caminhos para a modernização da nação e, em consequência disto, surgem os debates a respeito da difusão da instrução entre o povo brasileiro.

A Constituição Republicana mantém a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, apresentando, como novidade, o ensino leigo nos estabelecimentos públicos.

Conforme explica Telles (1999, p.8):

"a solução do problema de privação de direitos e a tragédia social brasileira consiste nas possibilidades de a cidadania se enraizar nas práticas sociais, como parâmetros a reger as relações sociais, como regra de civilização e medida das reciprocidades que se espera na vida em sociedade. É, nela, que buscaremos as linhas de força que prometem outros futuros possíveis."

Pode-se concluir, portanto, que, no pleno exercício da atividade política, é que se darão a igualdade e a verdadeira cidadania. A partir desta, passa a ocorrer a ação coletiva da construção da sociedade, a qual, por seu turno, caracteriza o que se entende por ser cidadão.

O quadro a seguir, onde é possível verificar o percentual de votantes em relação à população total do país entre 1894 e 1914, mostra o quanto foi gradual a extensão dos direitos políticos no Brasil:

Ano	População em milhões	em Percentual de votantes	Presidente eleito
1894	15,5	2,2	Prudente de Moraes
1898	17,1	2,7	Campos Sales
1902	18,7	3,4	Rodrigues Alves
1906	20,4	1,4	Afonso Pena
1910	22,2	3,2	Hermes da Fonseca
1914	24,1	2,4	Venceslau Brás

Extraído Retrato do Brasil. São Paulo: Política Ed. De Livros, 1984. V.1, p. 15

3.3.4 – O Ensino Religioso e a Educação no Império

No Documento de 10/10/1898, lê-se:

"Ilmo Sr. Dr. Alfredo Rodrigues Barcelos

[...] Da sua esclarecida experiência e perfeito conhecimento do difícil assunto a instrução e educação_ tenho esperança de que tudo se chegaria a resolver, de modo prático e sem preterição da liberdade dos cultos, restabelecer o ensino religioso na Casa de São José, o que será do maior proveito para o seu progresso e felicidade das crianças [...]"

Ferreira Viana

É o ensino religioso o assunto que foi estudado no projeto de Leôncio de Carvalho e no Parecer de Rui Barbosa, no Império.

Tendo por base o estudo de Valdemarin (1998), aprendi que Leôncio de Carvalho foi chamado para a pasta de Negócios do Império em 1879. No seu primeiro Relatório, estabeleceu os princípios de reforma de ensino de acordo com o novo processo eleitoral, por ele defendido, determinando a eleição direta, cuja exigência para a qualificação dos eleitores seria saber ler e escrever. Esses domínios permitiriam ao cidadão dar um voto consciente sobre os negócios da nação e é importante perceberem-se, neles, os possíveis significados contidos na relação estabelecida entre instrução e cidadania.

Essa proposta possibilitaria obter um número maior de votantes no Império.

Leôncio deseja uma instrução pública difundida para todas as classes – o curso primário - possibilitando que todos tivessem tempo suficiente para aprender e participar das urnas.

Leôncio defendia ser a educação e a instrução popular o caminho que conduziria o país ao progresso e, nisso, ele era original. Pregava que a instrução fortaleceria o caráter do homem, tornando-o responsável por si próprio, e, desse modo, livre da tutela do governo, poderia ele conduzir melhor sua vida. Enfim, suas idéias apoiavam-se nos princípios da liberdade individual, pregando a adoção, no Brasil, das teorias liberais clássicas. Outras propostas suas foram: as escolas mistas, os jardins-de-infância, as Escolas Normais, as bibliotecas populares e as caixas econômicas escolares.

As escolas mistas foram restritas às crianças menores de dez anos, evitando-se entrar em choque com as tradições imperiais.

Leôncio de Carvalho propôs, também, a liberdade de ensino, visando incentivar a iniciativa particular na expansão do mesmo, o que mereceu grandes críticas de políticos educadores, entre os quais o liberal Rui Barbosa. Leôncio, também, defendeu a liberdade de religião e sua aprendizagem seria facultativa em todos os níveis de ensino. Os professores não precisariam mais se declarar católicos, embora continuassem com a obrigação de ministrar aulas de religião, fora do horário das aulas primárias.

Enfim, Leôncio pregava a existência, no país, da "liberdade de ensino, de religião, de opinião e de discussão" com o objetivo de atender os imigrantes, vindos de países protestantes, segundo Martinez (1998, p.50),

Observa-se, no entanto, que o Estado brasileiro, apesar de seu caráter liberal, defendia a obrigatoriedade do ensino primário, para todas as crianças entre os sete e quatorze anos, com exceção daquelas cuja moradia excedesse um quilômetro da escola mais próxima. Leôncio sugeria, ainda, que a aprendizagem de ofícios deveria vigorar desde a instrução primária. Educado e habilitado, o operário teria interesse na manutenção da ordem.

Na verdade, toda essa discussão, envolvendo educação e trabalho, decorria do momento em que se vivia, no Brasil, a transição do trabalho escravo para o livre, principalmente, depois de 1871.

Esses projetos de educação e instrução eram vistos pelas classes dominantes como meio de o Estado manter hierarquias e distinções sociais, através do controle das populações carentes. Quanto às crianças pobres, o Estado as obrigaria a estudar, fornecendo-lhes vestuário e material escolar, como determinava o Regulamento de 1854. Já as abandonadas seriam encaminhadas a asilos, onde teriam moradia e produziriam, com seu trabalho, um pecúlio que lhes seria entregue aos vinte e um anos de idade. Se os menores já tivessem sido envolvidos em algum delito penal, seriam colocados em escolas correccionais, como a posteriormente criada em 1889: a Escola XV de Novembro.

O destino, portanto, das crianças desamparadas foi objeto de discussões e de elaboração de projetos pela chamada geração de 1870.

Aliás, essas idéias, que se vêem presentes no Brasil com relação à obrigatoriedade do ensino primário, à laicidade, ao ensino profissional e técnico, à

formação de professores e à educação feminina, vinham sendo debatidas na Europa, desde a Revolução Francesa de 1789, e a própria construção do Estado-Nação pregava o estabelecimento de uma educação nacional.

O Decreto de 19 de abril de 1879, do Ministro Leôncio de Carvalho, alterava dispositivos orçamentários e estabelecia as novas competências de atuação, tendo, por isso, de ir à apreciação do Legislativo.

Fazia parte da Comissão designada para deliberar sobre esse Decreto, entre outros, Rui Barbosa. Esse trabalho foi apresentado em duas partes: a primeira apreciava a Reforma de Ensino Secundário e Superior (1882) e a segunda, publicada em 1883, discorria sobre a Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública, fazendo parte, hoje, das Obras Completas de Rui Barbosa.

Nestes pareceres, Rui Barbosa expõe sua visão de Educação, considerando-a como função do Estado, já que atinge a coletividade, lembrando que o aspecto econômico não deve ser considerado. Para ele, instrução seria obrigatória, leiga e gratuita, baseada na liberdade de expressão, pautando seus métodos e programas pelo avanço científico, nos diversos graus e séries.

Essa Comissão ouviu técnicos e autoridades, pessoalmente ou por escrito, visitando colégios para melhor opinar a respeito.

Rui Barbosa levou em consideração, também, os fatores extrínsecos à Educação, isto é, a sociedade para a qual era elaborada, com suas características políticas, econômicas e, dentro desses parâmetros, elaborou um modelo educacional.

Em resumo, esse projeto significou a maneira como Rui Barbosa tentou encaminhar as mudanças sociais. Lamenta-se que tal projeto nem fosse debatido. Prejudicaram-no as questões políticas da época, como o abolicionismo, a separação entre Igreja e Estado, a federação e o movimento republicano.

Rui Barbosa fez uma apreciação da situação real da Educação que exigia não apenas reformas e, sim, um novo sistema de ensino. É, a partir da Educação, que se pode esperar uma nova realidade para a nação, diz Rui Barbosa, justificando sua proposta. Considera esse autor haver no Brasil decadência e não progresso, devido aos altos índices do analfabetismo e mesmo o ensino superior deixava a desejar no tocante aos conhecimentos científicos da época.

Para Rui Barbosa, o desenvolvimento da instrução acarretaria progresso

social e econômico e, por conseguinte, estava, na Educação, o desencadeamento da transformação do Brasil, dentro da ordem. Seria evolução sem revolução.

Rui Barbosa foi contra qualquer ensino religioso nas escolas públicas. Suas razões se pautavam no bem comum. A confissão religiosa é decisão individual. O Estado deve ser leigo, evitando-se, assim, a intolerância.

Os Pareceres de Rui Barbosa constituíram, pelos seus desdobramentos, um projeto de nação. posição essa não compreendida pelas elites do Império.

A República, tornando o Estado brasileiro laico, pôs fim a essas demandas, embora não recusasse pedidos como os feitos por Ferreira Viana, em favor da volta do ensino religioso na Casa de São José.

CAPÍTULO IV

O COTIDIANO NA CASA DE SÃO JOSÉ E A SUA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

"Era assim o Colégio..."

O Ateneu, Raul Pompéia

No intento do resgate de aspectos da vida cotidiana nessa instituição, recorri à documentação oficial proveniente da correspondência mútua (autoridades e direção dessa casa), aos quatro Regulamentos estabelecidos, aos Livros de Registro de Matrícula e ao de Visitas, principais fontes de sua História.

Por tais leituras, depreende-se terem sido fixadas, nesse estabelecimento, que um ano após sua fundação passou para o controle do governo, normas rígidas de rotinas diárias, como aliás era comum se encontrar nessas instituições asilares, em regime de reclusão interna. Parece ser o enquadramento disciplinar da pobreza seu objetivo maior e, inclusive, até o uniforme usado pelos alunos lembrava o dos militares. As crianças estavam, assim, submetidas à disciplina: acordar cedo, banhos frios, refeições controladas, estudos e oficinas, obedecendo a precisos horários. Ainda bem que mencionavam tais documentos a hora de recreio.

Há poucas referências quase às crianças abrigadas, na condição de indivíduos. As exceções referem-se a uma punição dada a um aluno por ter desrespeitado a professora e, ainda, a outros classificados como de mau comportamento, vadios, incorrigíveis por práticas diversas.

Deixou-nos, entretanto, o Sr. Paulo José Pires Brandão, neto de Ferreira Viana, relatos dos tempos iniciais da Casa de São José, para onde era levado todas as manhãs, lá permanecendo o dia inteiro.

O avô ia apanhá-lo à tardinha. Bem pequeno, ele se divertia com os folguedos junto com as outras crianças. Ele conta que a Irmã Josefa, a primeira Diretora, costumava ela mesma prestar os primeiros socorros aos pequeninos lá deixados pela polícia. Chegavam sujos, cobertos de feridas e parasitos. Ela, carinhosamente, banhava-os, no meio de gritos e protestos. Esse comportamento era só no primeiro

contato. No dia seguinte, ninguém os reconhecia, limpinhos, a brincar com os outros companheiros. É lembrar que numerosas crianças, de até dois anos e meio, foram encaminhadas a esta instituição.

Não dispomos, pois, de nenhuma menção a traquinagens da infância como a citada em O Ateneu, onde Sérgio, adolescente, fala da "invenção malfadada do telégrafo-martelinho". Tantas pancadas, tal letra; tantas mais, tantas menos, tais outras e lá vai o relato, mostrando como os pequenos, ao montarem o ardiloso meio de comunicação, procuravam sobrepujar a violência da recusão imposta às suas vidas (1997, p.137).

Como só dispusesse de relatos de adultos, procurei neles encontrar projetos de educação, capazes de proporcionar uma vida melhor para esses jovens asilados e a orientação para um projeto de construção da cidadania.

Destaquei algumas informações dos Regulamentos, mostrando o funcionamento da instituição, e determinações importantes para se avaliar o estilo de vida proporcionado aos abrigados:

6 horas – levantar, banho em turma de 15, café da manhã: café com pão;

9 horas – "almoço de garfo";

14 horas e 30 min – jantar;

18 horas e 30 min – ceia;

Das 11 às 14 horas – aulas primárias;

Das 12 às 14 horas – aulas para os mais adiantados;

Das 15 às 17 horas – recreio

Das 17 às 19 horas – 2ª e 5ª - exercícios ginásticos e militares

3ª e 6ª - solfejo e canto

Das 19 às 20 horas – estudar

Como informação adicional, sabe-se que havia, nessa instituição, uma oficina de chinelos e trabalhos em madeira, sob a direção do Professor Olavo Freire, que foi extinta por não haver local para o seu funcionamento.

Conforme o que informa o Jornal do Comércio, os asilados vestiam uniformes de brim pardo ou casimira preta, cinturão e boné preto com uma estrela.

A inspeção sobre os asilados era exercida por mulheres, sob rigor disciplinar mas com a marca do cuidado. As roupas eram mudadas, regularmente, duas vezes

por semana.

A rouparia conservava-se em boa ordem e, nos dormitórios, os leitos tinham o necessário conforto.

Um asilado exercia as funções de cabeleireiro; outro orgulhava-se de ser, nos exercícios militares, o comandante das tropas.

Era reduzido o patrimônio da Casa de São José. Consistia em 1:037\$980 de donativos e uma apólice municipal no valor de 500\$ doada pelo Sr. Major Felipe Nery Pinheiro, a qual desapareceu sem que, até agora, se saiba de seu paradeiro.

O mesmo cavalheiro, que ofereceu o prédio, prometeu doar todos os anos, no dia 2 de julho, uma apólice de 1 conto de réis com 5% de juros, mas suspendeu a oferta, desde que as irmãs de caridade deixaram o estabelecimento, em virtude da reforma por que ele passou.

O orçamento, fixado em 1889, para o máximo de 150 menores foi de 65:700\$ e a média mensal da despesa era de cinco contos de réis.

A Casa de São José, segundo seus Regulamentos, sempre proporcionou aos alunos boa alimentação, vestuário e calçados.

Era constante o serviço médico, dentário, sendo ministrados os medicamentos necessários à cura dos doentinhos.

Temos, referentes a alguns anos, comprovantes de empresas comerciais quanto ao fornecimento desses bens, além de outros, como utensílios, roupas de cama e banho, imprescindíveis ao conforto humano.

Nos primórdios, dizem os documentos, ser a diversão dos internos uma preocupação do próprio Ferreira Viana que visitava a instituição, constantemente, e procurava atender às necessidades das crianças, privadas, então, do convívio familiar.

Por muito tempo, foram proporcionados exercícios ginásticos e militares, práticas apreciadas por meninos, na idade de seis a doze anos, faixa atendida, então, nesta Escola.

Há referências ao ensino de Música, segundo os documentos, o que agradava os que para ela se sentiam atraídos. Chegou-se, até, à aquisição de instrumentos musicais necessários para a organização de uma banda, infelizmente vendida, posteriormente, por outras administrações.

Em 1911, adquiriu-se um terreno contíguo ao prédio do Asilo, sendo parte dele destinada a um campo de futebol.

Menciona-se, ainda, a existência de duas áreas de lazer: uma ao ar livre e outra coberta, para os dias de chuva. Nos horários estabelecidos, era reservado sempre tempo para as atividades recreativas.

Nos regulamentos, proibia-se a aplicação de castigos corporais. A disciplina, no entanto, era severa e enquadrava-se na visão pedagógica da época. Procurava-se estimular os alunos, através de prêmios, a se empenharem e agirem dentro do que lhes era exigido.

Porém, na documentação, estão registradas fugas e expulsões, bem como envio dos mais rebeldes para a Escola de Aprendizes de Marinheiros e, mais tarde, também, para o Exército.

Internato significava perda da liberdade, principalmente para as crianças que estavam nas ruas, que deveriam sentir dificuldade de adaptação. Encontram-se a respeito documentos do Chefe de Polícia, devolvendo os fujões...

Ninguém melhor do que Raul Pompéia, no livro *O Ateneu*, para descrever, na sua literatura, o registro das angústias de um menino em frente do edifício do internato. Um dia antes, narrava Pompéia, brincava ele com seus soldadinhos e ei-lo, agora, diante do desconhecido, que lhe parecia ameaçador, não sabendo onde caberiam todos os seus sonhos.

Os asilados, também, ei-los pulando pelos becos da cidade, repletos de vendedores, sempre uma oportunidade de algum tasco de alimento qualquer. A vida era dura. Passavam frio, às vezes fome até, tinham sarna, sofriam maus tratos de mal-humorados adultos e, ainda, havia o temor da "canaoa" da polícia, mas eram livres. Podiam folgar, uns com os outros, todo o dia.

No Asilo, os menores acordavam às cinco, de acordo com o novo regulamento, para o banho frio e tinham horário para tudo: almoçar, jantar, brincar, estudar. Os homens, maravilhados com suas máquinas, transpassaram, também, para seu próprio ritmo de vida, a precisão de suas engrenagens. E sem falar na inflexibilidade disciplinar adotada: qualquer riso ou brincadeira era considerada como mau comportamento. Ai de quem não aceitasse, também, sua nova vida como peça de um mecanismo. O bicho-papão, e terrível, era a Marinha, onde os "rebeldes" eram aguardados com chibata e má alimentação.

O homem parece adaptar-se a tudo e nossos meninos pobres sobreviveram a toda essa situação.

Se olharmos a dura realidade, na Casa de São José, tinham essas crianças

comida, abrigo, educação e condições de vida superiores a muitas outras de sua época.

É só lembrar que, nas classes populares, a maioria da infância brasileira, mesmo pequena, trabalhava em longas jornadas e permanecia analfabeta.

Encontrei um relato comovente, onde o autor, tal como um pai orgulhoso, contava os feitos dos “filhos da Casa de São José”: uns encontravam-se empregados no comércio, nas oficinas, nas repartições municipais. Sete menores, dizia ele, foram para o Ginásio Nacional. Esse relator anônimo, cita, ainda, o exemplo de um brilhante asilado que, ingressando na Escola Militar de Realengo, tornar-se-ia futuro oficial de nosso Exército.

Outro fato, mostrando o apego por parte dos funcionários às crianças, era retardarem o momento de encaminhá-los para outro estabelecimento. Os prefeitos, constantemente, remetiam ofícios, reclamando o cumprimento desses regulamentos. É que, distantes, não imaginavam os sentimentos de carinho, despertados, às vezes, por tão longo convívio.

4.1 – A CASA É DA PÁTRIA (OS REGULAMENTOS DA CASA DE SÃO JOSÉ)

4.1.1 - As diversas Legislações

Consta do Relatório de autoria do Dr. Vasco d'Alencastro Lima, diretor interino: 01/01/1890 a 27/08/1890:

“Uma das suas principais necessidades é a organização da sua regulamentação, de acordo com os princípios modernos, que regem a matéria.

O que a casa possui, nesse sentido, são simples regras para a sua vida interna traçadas pelo seu fundador o Sr. Dr. Antonio e sua primeira administradora, a irmã Chantrel, irmã de Caridade de São Vicente de Paulo.”

O Governo Provisório, através do disposto no art. 11, do Decreto N.439, de 31 de maio, estabeleceu as bases para a organização da Assistência à Infância Desvalida. O primeiro Regulamento da Casa de São José, nele baseado, foi

estabelecido a 12/08/1890, pelo Decreto N.657.

Em 31/12/1892, o Ministro dos Negócios do Interior comunica que a Casa de São José deixará o Governo Federal e passará à gestão municipal, ficando subordinada à Diretoria de Higiene e Assistência Pública, órgão municipal, pelo Decreto N.15 (12/12/1894), pelo Prefeito Dr. Henrique Valadares.

Pelo Decreto N.37, de 11/12/1895, o Prefeito Furquim Werneck estabelece outro Regulamento para atender à nova administração.

Em meados de 1900, o Prefeito de então, o Dr. Coelho Rodrigues, resolveu transferir a Casa de São José para a Diretoria da Instrução Pública, tornando-a um internato da instrução, quebrando, portanto, as suas tradições e dando-lhe outra orientação, apesar dos respeitosos protestos do Diretor.

Tendo a prática de alguns anos demonstrado não serem acertadas as medidas anteriormente tomadas, em 11/01/1905, o Prefeito de então, o Dr. Francisco Pereira Passos, por decreto desta data e sob o N.463, baseando-se na autorização que lhe foi concedida pelo Conselho Municipal, transferiu novamente a Casa de São José para a Diretoria de Higiene e Assistência Pública, segundo relato encontrado na documentação, sem data e anônima.

O Prefeito Pereira Passos, usando da autorização que lhe confere a letra h, do art. 118, da Lei N.976, de 31/12/1903, e parágrafo 8º, do art. 27, do Decreto N.5.160, de 08/03/1904, que aprova a consolidação das leis federais sobre a organização municipal do Distrito Federal, decreta mais um Regulamento da Casa de São José: Decreto N.496, de 27/08/1904.

Finalmente, o Prefeito Rivadávia da Cunha Correa, pelo Decreto N.1.061, de 14/03/1916, em cumprimento ao art. 10, da Lei N. 1.730, de 06/01/1916, determina:

“Art.1º - A Casa de São José, de ora em diante, passará a denominar-se Instituto Ferreira Viana e estará subordinado à Diretoria Geral da Instrução Pública.”

Nos documentos, há referência ao significado da subordinação da Casa de São José à Higiene e Instrução: a possibilidade de se angariarem melhores verbas e, daí, a preferência manifestada pela administração da Casa de São José por esse órgão.

4.1.2 – Visão geral destes Decretos

ANO	DECRETOS	RESPONSÁVEIS
1890	N.657 – 12/08	José Cesário de Faria Alvim Ministro e Secretário dos Negócios do Interior
1895	N.37 – 11/12	Prefeito Furquim Werneck
1904	N.496 – 27/08	Prefeito Pereira Passos
1916	N.1061 – 14/03	Prefeito Rivadávia da Cunha Correa

ÓRGÃO AO QUAL SE SUBORDINA

DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1890 – Superintendência da Infância Desvalida	CASA DE SÃO JOSÉ
1895 – Diretoria de Higiene e Assistência Pública	CASA DE SÃO JOSÉ
1904 – Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública	CASA DE SÃO JOSÉ
1916 – Diretoria Geral da Instrução Pública	INSTITUTO FERREIRA VIANA, Escola Mista, sob o regime de Internato com classe infantil anexa.

4.1.3 – Natureza da Educação da Casa de São José

A educação escolar desenvolvida na Casa de São José foi se organizando

paulatinamente. Nesta evolução, pode-se distinguir, em 1890, o ensino primário elementar básico.

A partir de 1895, estabeleceu-se o ensino primário elementar e a prática de algumas profissões mecânicas adequadas à idade dos alunos.

Em 1904, efetivou-se o ensino de artes e ofícios e das noções mais necessárias do curso elementar de instrução primária e de desenho aplicado às artes, de trabalhos manuais, exercícios ginásticos e militares.

Finalmente, em 1916, organiza-se educação intelectual, moral e cívica, de acordo com o programa do ensino primário. É de se notar que, em 1890, havia uma previsão de transferência para o Instituto Nacional de Instrução Secundário, ou para qualquer outro da mesma instrução, do asilado de exemplar procedimento e que revelasse grande aptidão para letras, através da recomendação feita ao Ministro do Interior que, caso fosse julgado conveniente, requisitaria tal mudança.

Em 1895, consta a menção da mesma possibilidade aventada acima e em condições idênticas. O encaminhamento, no entanto, era outro: o Diretor recomendaria ao Diretor de Higiene e Assistência Pública que apresentaria o asilado ao Prefeito e este requisitaria a sua admissão ao Ginásio Nacional.

Tais recomendações não constam no período de 1904/1916

Houve, também, mudanças no processo de admissão no Asilo.

Em 1890, o encaminhamento era realizado através de um requerimento dirigido ao Diretor.

Em 1895, fazia-se um requerimento ao Diretor de Higiene e Assistência Pública.

Em 1904, o requerimento era feito ao Prefeito, com a declaração de nome, cor, idade, filiação, naturalidade, nome e residência da pessoa que por ele requereu, bem como certidões de idade e de vacinação antivariola e atestado de indigência.

Em 1916, devia ser encaminhado um requerimento ao Prefeito, com declaração de nome, filiação, idade, residência da pessoa que por ele requereu, certidão de idade, de tempo de residência no Distrito Federal, certidão de óbito dos pais e de indigência.

Aumentou, a partir de 1895, a exigência de papéis. Os documentos para a matrícula deveriam ser devidamente selados e com firmas reconhecidas por notário público, impondo uma barreira aos realmente desvalidos, recolhidos pela Polícia. Caberia ao Pretor ou ao Chefe de Polícia requerer ao Diretor de Higiene e

Assistência Pública o internamento do menor, nessa situação.

O atestado de vacinação foi o novo documento pedido em 1904, bem como o de revacinação e atestado de indigência.

Em 1916, determinou-se comprovar o tempo de residência no Distrito Federal e só se admitiam crianças brasileiras.

De grande significação foi o fato de a matrícula nesse estabelecimento ficar sob o controle do Prefeito. Nada impedia seu uso político. Encontrei requerimentos de pessoas necessitadas e nunca atendidas.

Em 1890, quanto aos menores remetidos como abandonados e dos quais não se obtinha senão o nome, seria tirado o retrato, dizia o regulamento. Acrescentou-se, ainda, que, se os menores fossem estrangeiros e recolhidos por abandono, o Diretor da Casa de São José deveria comunicar tal fato ao Consulado da respectiva nacionalidade. Há documentos exemplificando este processo.

Outra exigência, que foi estabelecida entre 1890/1895, refere-se ao caso de criança encontrada na rua. O Diretor deveria, então, colocar anúncio no jornal de maior circulação, por um prazo de quinze dias (1890) ou trinta dias (1894), a fim de se encontrarem familiares, tutores ou protetores em condições de prover a sua manutenção.

Em todos os Regulamentos, determinou-se que, antes de serem recolhidos à Casa de São José, seriam os menores inspecionados pelo médico do estabelecimento e não seriam aceitos os que sofressem de doenças contagiosas ou tivessem defeito físico que os impossibilitasse para o estudo.

Uma vez ingressado na Casa de São José, o menor só sairia dela desligado, mediante indenização calculada pelo quociente da despesa geral do estabelecimento, dividido pelo número de asilados. Havia, ainda, exigência de preencher-se um requerimento ao Diretor nesse sentido.

Para a admissão, seriam preferidos os filhos de funcionários municipais, de militares ou de quaisquer outros funcionários públicos (1895).

Tal medida aplicava-se a órfão de empregado municipal que não tivesse deixado montepio (1904/1916).

Os menores recolhidos por requerimento de pais, tutores ou protetores, só seriam desligados, provando estes poder mantê-los, educá-los e satisfazer a devida indenização.

A Casa de São José necessitava dos serviços de vários profissionais para

desempenhar sua função. Eram eles:

- | | |
|-----------------------|-------------------------|
| - Diretor | - Inspetor |
| - Médico/Dentista | - Lavadeiras |
| - Professores/Mestres | - Cozinheiras/Ajudantes |
| - Escrivão | - Jardineiro/Hortelão |
| - Almojarife | - Serventes |
| - Porteiro | |
| - Ecônoma | |

O número deles, principalmente de professores, variou.

Todas as atribuições dos funcionários, com exceção dos subalternos, acham-se pormenorizadamente descritas.

Em 1895, diz o Regimento caber ao Diretor, entre outras funções, fazer cumprir as leis vigentes, os regulamentos expedidos, bem como manter a ordem, a disciplina e a moralidade do estabelecimento.

Ao médico, entre as atividades inerentes ao exercício de sua profissão, caberia, também, a competência de examinar os gêneros alimentícios que tivessem de ser fornecidos e propor ao Diretor a rejeição dos que não devessem ser recebidos.

Alguns relatórios médicos encontrados no acervo dessa instituição constituem fonte de informações sobre as ocorrências por eles presenciadas. Há referência à saúde dos abrigados e, sobretudo, à crítica veemente ao prédio da Casa de São José, na Rua Barão de Itapagipe. Tais relatórios deram testemunho valioso para o resgate dos fatos ocorridos nessa instituição.

Em 1890, nos Regulamentos, documentos oficiais regendo o seu funcionamento e caracterizando sua população-alvo, encontramos a referência de constituir-se esse asilo em um estabelecimento destinado a educar menores desvalidos, assim considerados, no artigo 3º:

“§ 1º Os menores abandonados na via pública e que recolhidos a este estabelecimento, mediante requisição do Chefe de Polícia e do Juiz de Órfãos, feita ao Diretor, não forem reclamados pelos pais, tutores ou protetores em condições de prover a sua manutenção, dentro de quinze dias, à vista de anúncio publicado pelo Diretor nos jornais de maior circulação, durante aquele prazo.

§ 2º Os órfãos de pai e mãe, quando a indigência destes seja provada.

§ 3º Os órfãos de pai, sob as mesmas condições.
Idade: seis a doze anos.”

Em 1895, o prazo nos jornais para o encontro de pessoas ligadas aos menores passou para trinta dias. Foi estabelecido um quarto parágrafo: os órfãos de mãe, provada a invalidez ou indigência.

Idade: seis a doze anos.

Em 1904, não há mais referência a crianças desvalidas. Agora, são os pais, os desvalidos. Ficam estabelecidas, então, as seguintes condições, no Art. 3º:

- a) Os órfãos de pai e mãe que não tenham parentes que possam encarregar-se de sua subsistência e educação.
- b) Os órfãos de pai e mãe ou quando o progenitor sobrevivente for indigente.
- c) Os filhos de pais absolutamente desvalidos.
- d) Os órfãos de empregados municipais subalternos que não gozam dos benefícios do Montepio.

Os menores de sete a onze anos presumíveis que forem encontrados em abandono na via pública ou estiverem moralmente desamparados.

Em 1916, as exigências são idênticas. Há, apenas, alteração quanto à idade: cinco a dez anos.

Nos tempos iniciais da Casa de São José, aceitaram-se crianças de até dois anos e meio de idade.

O termo “desvalido” deixou de constar, destacadamente, dos Regimentos.

Leite, (2001), explica ter o termo desvalido sido aplicado, inicialmente, a crianças negras, rejeitadas pelos senhores de escravos que não se interessavam mais em mantê-las, isto é, os filhos do ventre-livre. Depois, será generalizado o termo e isso indicará o desinteresse social em investir nas crianças pobres, política também seguida pelo Estado. Este problema vai-se intensificando. As instituições filantrópicas delas não dão conta e muitas acabam nas ruas.

Temia a sociedade carioca ver esses menores transformados em futuros criminosos e clamava-se por políticas capazes de torná-los “operários do progresso nacional”, nos diz Leite (p.10).

Para uma visão geral do início e término do período letivo, pode-se observar o quadro abaixo:

	COMEÇO DO ANO LETIVO	FIM
1890	09/JAN	09/DEZ
1895	01/MAR	30/NOV
1904	01/FEV	30/NOV
1916	Os mesmos das escolas primárias municipais.	

Em 1890, foram estabelecidas, pelo regimento interno, as atividades, distribuindo-se o tempo de ensino e estudo literário e artístico. Houve horas para o estudo, para as aulas, para as refeições.

Em 1895, tornou-se necessária a aprovação do Prefeito para a tabela de desenvolvimento de atividades.

Em 1904, a distribuição das horas destinadas ao ensino primário, às oficinas e à ginástica, recreio, refeições e descanso foi feita em regimento interno aprovado pelo Prefeito e de acordo com o que a respeito determinar esse regulamento.

Em 1916, os trabalhos escolares foram efetuados todos os dias, exceto às quintas-feiras, das dez às quinze horas, de acordo com o horário adotado para as escolas primárias do Distrito Federal.

Os trabalhos manuais foram executados pela manhã, antes do almoço, divididos os alunos por turmas, segundo o grau de adiantamento de cada um.

Em regimento aprovado pelo Diretor Geral de Instrução Pública, foram definidas as relações entre os alunos e os funcionários e estabelecido tudo quanto se referisse ao regime disciplinar e interno do estabelecimento.

Em 1890, a disciplina deveria atender aos seguintes procedimentos:

1º) Nenhum asilado poderá sair do estabelecimento, senão acompanhado por pessoa autorizada pelo diretor;

2º) A desobediência à proposição anterior levará à apreensão do menor onde for encontrado, sendo punidas, na forma da lei, as pessoas que o houverem aliciado, admitido em seu serviço ou dado auxílio para a fuga;

3º) As faltas cometidas pelo asilado serão punidas correccionalmente ao prudente arbitrio do diretor, com exclusão dos castigos corporais;

4º) O asilado que tiver doze anos e, por seu irregular procedimento, exigir uma disciplina mais rigorosa, será transferido para a Companhia de Aprendizes de Marinheiros, mediante solicitação do Diretor ao Ministro do Interior.

Em 1895, o asilado de procedimento incorreto era desligado para qualquer um dos estabelecimentos militares, ao arbitrio do Diretor e aprovação do Diretor de Higiene e Assistência Pública que daria imediato conhecimento ao Prefeito, para que este tomasse as devidas providências.

Acrescenta-se, no art.18 do Regimento, que "os pais, tutores ou protetores que matricularem um menor na Casa de São José não terão direito à reclamação de espécie alguma sobre o destino que ao mesmo for dado."

Em 1904, notaram-se mudanças. Foi determinado que faltas cometidas pelos asilados, nas aulas e oficinas, fossem punidas disciplinarmente por professores e mestres.

Foi reiterada, também, a impossibilidade de o asilado se ausentar, mesmo nas férias, a não ser em caso de moléstia, exigindo mudança de ar e de regime.

Ficou, ainda, estabelecida a visita mensal de parentes protetores, uma vez a cada mês, aos domingos, mas sempre fiscalizadas pelos funcionários do Asilo.

Haveria passeios programados pelo Diretor, algumas vezes durante o ano, acompanhados pelo pessoal da Casa.

Seria permitido aos aprendizes das oficinas, com a licença do Diretor, visitar estabelecimentos industriais, acompanhados dos respectivos mestres.

Quando o menor, em virtude do seu procedimento irregular, fosse considerado incorrigível, seria ele desligado e, neste caso, ou seria entregue a pessoa de sua família, se esta reclamasse, ou o Diretor do estabelecimento solicitaria à Diretoria de Higiene e Assistência Pública e esta ao Prefeito as providências necessárias para ser o mesmo entregue ao pretor, a fim de que este procedesse como entendesse de direito.

Em 1916, as normas disciplinares sofreram importantes modificações, contudo continuavam expressamente proibidos castigos corporais. Os alunos maiores passaram, porém, a prestar, depois de instruídos, auxílio na tarefa de certos serviços leves como: arranjo de cama, limpeza dos dormitórios, serviço de mesa ou refeitório, jardinagem, entre outros.

Houve, nesta ocasião, a possibilidade de os alunos de bom comportamento e aplicação, a juízo do Diretor, ausentarem-se da Escola, durante o ano. Tal possibilidade só se aplicava, até então, a crianças cuja doença exigisse mudança de ar ou de regime.

No primeiro domingo de cada mês, em hora determinada pela Direção e na

presença de funcionários da Escola, poderiam os alunos receber visitas.

Estavam previstos, também, passeios organizados pela direção e acompanhados pelo pessoal do estabelecimento.

Esse regulamento já se referia aos menores abrigados, usando o termo aluno, o que evidencia estar a sociedade olhando de forma diferente as crianças vítimas da pobreza.

O termo "desvalido", presente no Regimento de 1890/1895, em 1904, foi substituído por "asilado", "menor". Em 1916, embora também apareça uma vez no Artigo 1º, são utilizadas outras denominações como: menores, crianças ou alunos.

De acordo com o que está registrado nos documentos, em 1890, havia na Casa de São José:

- um professor de Português, Aritmética, Instrução Moral, Geografia e História do Brasil para alunos: dez a doze anos.

- um professor das mesmas matérias para os alunos de seis a dez anos.

- um mestre de Caligrafia, Desenho.

- um mestre de Música.

- um mestre de Ginástica.

- um mestre de Trabalhos-Manuais.

Em 1895, havia:

- duas professoras de instrução primária (primeiras letras, leitura, escrita, tabuada).

- duas adjuntas.

- um professor de noções de Português, Aritmética, Geografia e História Pátria e lições de coisas.

- um professor de Ginástica e Exercícios Militares.

- um professor de Trabalhos Manuais.

- um professor de Música.

- um professor de Caligrafia e Desenho.

Em 1904, havia:

- quatro professores de Instrução Primária.

- três adjuntos.

- um professor de Ginástica e Exercícios Militares.

- um professor de Trabalhos Manuais.

- um professor de Desenho.

- dois mestres de ofício.

Em 1916, havia:

- um professor catedrático.
- duas adjuntas de 1ª classe.
- duas adjuntas de 2ª classe.
- três auxiliares de ensino.
- um professor de Trabalhos-Manuais.

É de se notar que o ensino de Trabalhos-Manuais, ora era mais estimulado, inclusive com o auxílio do professor de Desenho, ora decaía, mas nunca deixou de ser ministrado.

A partir de 1890, os livros adotados pelos professores, dentre os indicados para uso das escolas públicas, passavam pela aprovação do Diretor.

Antes do encerramento do ano letivo, os alunos, considerados aptos, eram submetidos a exame das diversas matérias. Organizava-se uma comissão examinadora composta pelo Diretor, na qualidade de presidente, e de professores por ele nomeados, dentre os do estabelecimento. Concluídos os trabalhos, decidia-se sobre a aprovação e classificação dos examinados e, ainda, sobre os que deveriam ser premiados. A conclusão a que se chegava seria transcrita em livro especial, pelo escrivão.

Na concessão dos prêmios, levava-se, ainda, em consideração o procedimento do aluno tanto nas aulas como na escola. Os prêmios constavam de três medalhas: de ouro, de prata e de bronze, cunhadas na Casa da Moeda, segundo modelo aprovado pelo Ministro do Interior. Livros instrutivos também eram concedidos.

A distribuição dos prêmios realizar-se-ia em sessão solene, sendo até expostos os principais trabalhos artísticos e industriais, produzidos pelos asilados.

A partir de 1895, foi seguido o mesmo ritual descrito no Regulamento anterior. A diferença é que cabia, então, à Municipalidade mandar cunhar as medalhas e, ao Prefeito marcar a solenidade de entrega das mesmas.

A partir de 1904, encerrados os trabalhos do ano letivo, prestavam-se os exames, segundo o modelo já mencionado anteriormente.

Não foi citada, no entanto, a distribuição de medalhas e outros prêmios.

Em 1916, foi organizada uma escola primária mista, sob a direção de uma professora catedrática, com adjuntos pertencentes ao quadro de professorado

primário do Distrito Federal, conforme já foi citado anteriormente.

Tal escola foi anexada ao sexto distrito escolar, para efeito de fiscalização. Seu funcionamento obedece às regras das escolas primárias municipais. Foi instituída, então, uma classe preliminar para dar atendimento a crianças de cinco a sete anos. Essa classe funcionava em pavilhão separado e, sempre que possível, no jardim, ao ar livre.

O Diretor do Instituto remeteria, no começo de cada ano, à professora da Escola, todas as informações necessárias para a matrícula dos alunos.

O Regimento desse ano informa, com maiores detalhes, o conteúdo da instrução primária elementar, a saber:

Língua Portuguesa, leitura e noções gerais de gramática.

Lições de coisas, noções gerais e muito elementares de Geografia, especialmente a do Brasil.

Aritmética prática, problemas sobre as operações mais usuais.

A Instrução Moral e Cívica, compreendendo esta os fatos mais notáveis da História do Brasil.

Caligrafia e Desenho, este com aplicações às artes e aos ofícios.

Ginástica e Exercícios Militares.

O destino dos alunos mudou de acordo com os Regulamentos.

O regimento de 1890 indicava que o menor desvalido, ao completar doze anos, seria transferido para o Asilo de Meninos Desvalidos.

O asilado que tivesse doze anos e, por seu irregular procedimento, exigisse uma disciplina mais rigorosa, seria transferido para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, mediante solicitação do Diretor ao Ministério do Interior, conforme indicado acima.

Mais de mil menores de seis a doze anos tem a Casa de São José recolhido e educado, e desses bem poucos relativamente são aqueles que, depois de desligados do estabelecimento, não tem tido um destino decente e condigno com a educação que nela receberam. E, assim, que muitos se acham colocados em casas comerciais e oficinas desta Capital, um certo número tem-se empregado em repartições públicas, outros procuraram as fileiras do exército, onde alguns já são sargentos. Na Escola do Realengo existem alguns filhos da Casa de São José, e um deles por Graímbo(?) Martins depois de um curso brilhante nessa escola, há pouco, passou para a Escola Militar do Brasil.

Sete ex-educandos da Casa de São José acham-se no Internato do Ginásio Nacional como alunos gratuitos, lugares que obtiveram por merecimentos próprios, depois de exames de admissão em que sobressaíram de modo sumamente distinto.

Atualmente, a maior parte dos internados no Instituto Profissional é formado por asilados da Casa de São José, de onde saíram diretamente para ali.

Vê-se pois, pelo que acaba de ser exposto que a Casa do São José é um estabelecimento útil, que tem prestado seus serviços à infância indigente e devalida e que, portanto, deve ser conservado e melhorado para que a família pobre desta grande cidade, cujo número aumenta dia a dia, possa encontrar abrigo e educação para seu filho.

SÃO AVALIADOS

OS SERVIÇOS EDUCACIONAIS

"Mais de mil menores de seis a doze anos tem a Casa de São José recolhido e educado, e desses bem poucos relativamente são aqueles que, depois de desligados do estabelecimento, não tem tido um destino decente e condigno com a educação que nela receberam. E, assim, que muitos se acham colocados em casas comerciais e oficinas desta Capital, um certo número tem-se empregado em repartições públicas, outros procuraram as fileiras do exército, onde alguns já são sargentos. Na Escola do Realengo existem alguns filhos da Casa de São José, e um deles por Graímbo(?) Martins depois de um curso brilhante nessa escola, há pouco, passou para a Escola Militar do Brasil.

Sete ex-educandos da Casa de São José acham-se no Internato do Ginásio Nacional como alunos gratuitos, lugares que obtiveram por merecimentos próprios, depois de exames de admissão em que sobressaíram de modo sumamente distinto.

Atualmente, a maior parte dos internados no Instituto Profissional é formado por asilados da Casa de São José, de onde saíram diretamente para ali.

Vê-se pois, pelo que acaba de ser exposto que a Casa do São José é um estabelecimento útil, que tem prestado seus serviços à infância indigente e devalida e que, portanto, deve ser conservado e melhorado para que a família pobre desta grande cidade, cujo número aumenta dia a dia, possa encontrar abrigo e educação para seu filho.

Trecho de um relatório anônimo datado de 07/07/1904 e respectiva transcrição

No regimento de 1895, o asilado, tendo completado a idade de doze anos, seria transferido para o Instituto Profissional ou para qualquer outro estabelecimento que fosse indicado pelo Prefeito.

O aluno de procedimento incorrigível seria desligado para qualquer um dos estabelecimentos militares, ao arbítrio do Diretor e aprovação do Diretor de Higiene e Assistência Pública, que, por sua vez, daria conhecimento ao Prefeito, para que este tomasse as devidas providências.

Os menores aos dozes anos seriam desligados e, por essa ocasião, o Diretor do estabelecimento publicava, no Diário Oficial a relação dos que, por terem completado a idade legal, não poderiam continuar na Casa e, se no fim de trinta dias depois da publicação não fossem eles reclamados, o Diretor procederia conforme as determinações acima expostas.

Em 1904, ficou estabelecido que o menor, que tivesse completado doze anos e houvesse concluído o curso primário, revelando aptidão para alguns dos ofícios ensinados e com boa conduta, seria transferido para o Instituto Profissional Masculino.

Caso não fosse possível enviá-lo para o estabelecimento citado e já tivesse atingido a idade máxima prevista, poderia ser o mesmo entregue à família, à qual poderia ser confiado, mediante autorização do Prefeito.

Quando, em virtude de seu procedimento irregular, fosse verificado que o menor era incorrigível, seria ele desligado e, neste caso, ou seria entregue à pessoa de sua família, ou ao Pretor, a fim de que este procedesse como entendesse ser de direito.

Em 1916, os meninos internados no Instituto Ferreira Viana, desde que completassem onze anos, seriam desligados e transferidos para o Instituto João Alfredo. As meninas, nas mesmas condições, desde que completassem dez anos, seriam transferidas para o Instituto Orsina da Fonseca.

O Diretor Geral da Instrução Pública, por proposta do Diretor do Instituto Ferreira Viana, poderia prorrogar, por mais um ano, a permanência de meninos e meninas que não tivessem grande desenvolvimento físico e cujo comportamento houvesse sido sempre exemplar.

Se o menor, atingindo a idade de desligamento, não pudesse ser conduzido aos estabelecimentos da Prefeitura, anteriormente citados, seria entregue pelo diretor ao juiz competente. A este caberia determinar o destino que julgasse

conveniente ao mesmo, salvo se o menor fosse reclamado pela pessoa que por ele requeresse ou por outra de sua família.

4.2 – A CASA DE SÃO JOSÉ: DA ORDEM PRIVADA À INSTÂNCIA PÚBLICA

A Casa de São José foi fundada em 09/08/1888, portanto, logo após a Abolição da escravidão e no último ano do Império brasileiro.

Deveu-se à iniciativa particular o provimento de todos os requisitos necessários para fazer funcionar esse lar-escola, embora seu fundador exercesse, na ocasião, o cargo de Ministro da Justiça do Império, do Gabinete de João Alfredo.

O prazo, entre o surgimento da notícia da fundação futura do asilo e sua inauguração, foi curto, compreendendo, pela documentação, o período de março a agosto de 1888.

Ferreira Viana foi muito criticado pelos seus pares na Câmara dos Deputados, onde negou ter pedido aos comerciantes da praça do Rio de Janeiro contribuição para os asilos, afirmando que "os auxílios, generosamente recebidos, provinham do coração caritativo do povo do Rio de Janeiro, irmanado nessa obra de puro amor."

Se o poder público não foi o responsável pela instituição, ele muito a prestigiou, amparou e, sem dúvida, concorreu para sua perpetuação, como veremos a seguir.

A solene inauguração contou com a presença da então Princesa Regente, D. Isabel, bem como a do Conde d'Eu, seu esposo, de inúmeras outras pessoas gratas ao Império e também do veemente abolicionista, José do Patrocínio.

No Natal, voltou a Princesa D. Isabel à Casa de São José, sendo acolhida, festivamente, pelos pequeninos asilados, com pétalas de rosas, tendo dela recebido, na árvore natalina, erguida para alegrá-los, pequenas prendas.

Em 12/01/1889, o próprio Imperador visitou essa instituição e o Livro de Registro de Visitas foi aberto com sua assinatura.

Em 30/10/1889, o Asilo, pela segunda vez, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II e sua esposa, D. Teresa Cristina, tendo sido examinados, cuidadosamente, todos os serviços.

Nesta época, Ferreira Viana, cumprindo ordens do Imperador, nomeou o bacharel José Pires Brandão, seu genro, para Diretor Comissário do Governo, junto

à Casa de São José, sem remuneração.

A Casa de São José era, neste período, internamente, administrada pelas irmãs de caridade da Ordem de São Vicente de Paulo e, num ofício de 03/09/1889, a direção da Escola defendeu a necessidade, para a boa disciplina escolar e para que se evitassem fugas, da construção de muros, cercando a chácara que habitavam. Não fora, ainda, possível adquirir o prédio, dizia a diretora, embora os proprietários não se negassem a vendê-lo, "como era sabedora Sua Alteza Princesa Isabel, sob cuja imediata proteção se achava esse estabelecimento." Tal providência era considerada essencial para execução da obra necessária para segurança do Asilo.

O outro ofício, de 29/09/1889, foi dirigido ao Conselheiro Barão de Loreto e tratava do efetivo da Casa de São José, dizendo ser em número de oitenta e cinco os asilados, dos quais se achavam no Asilo de São Bento: alguns em tratamento médico e outros empregados no trabalho da lavoura, por terem atingido a idade de quatorze a quinze anos.

Seguiam-se outras informações, inclusive as de que eram as religiosas as responsáveis pelo ensino das primeiras letras e noções elementares de aritmética. O ensino das artes não fora ainda possível, pela pouca idade dos asilados e por não disporem de local para a instalação de oficinas. Citavam-se, então, as obras realizadas para melhor atendimento aos internos.

Há, ainda, correspondência entre a Casa de São José e o Comandante Belarmino B. Pessoa de Melo, Diretor da Casa de Correção da Corte, sendo-lhe solicitado cortar as peças de fazenda doadas, para confecção de calças e paletós para os internos dessa instituição.

Em 21/09/1888, um ofício do Dr. H. de Ponte Ribeiro, Diretor do Asilo de Mendicidade, dizia remeter para Ferreira Viana, Ministro da Justiça, 192 camisas de riscado, 54 de morim e 22 calças de brim branco grosso.

Pela leitura do documento abaixo, entende-se ter o Estado assumido a responsabilidade de seu sustento. Assim se expressa o Diretor Vasco de Alencastro Lima:

"De 1º de janeiro de 1889 em diante, principiou o Asilo a ser custeado com os recursos com os recursos que lhe forneceu o Estado e que foram provenientes dos impostos municipais, votados pelo Parlamento e que constam do Art.10 da Lei nº 3396, de 24 de dezembro de 1888, que orçou a Receita Geral. É com essa receita e

com a mais restrita economia que se tem mantido o asilo.

Rio de Janeiro, 27/02/1890

Diretor: Vasco de Alencastro Lima"

Esse diretor, esquecido, Dr. Vasco d'Alencastro Lima, foi o responsável pela continuidade dessa instituição.

No seu Relatório ao Ministro do Interior, já agora da República, entre outras informações, relatou ter chegado ao seu conhecimento a pretensão da "Intendência Municipal" de privar o Asilo do único recurso que tinha para sua manutenção e parecia que assim seria, pois que, já no decorrente mês, "deixara de entrar para o Tesouro Nacional, com a quota correspondente ao mês de janeiro próximo passado." Sem querer, por enquanto, entrar na questão do direito, em que se fundava a Intendência Municipal para proceder de tal forma, pareceu-lhe todavia que, tratando-se da execução de uma "Lei Geral votada pelo Parlamento e não de uma simples lei municipal, não está na alçada da Intendência revogar aquele ato, sem previamente consultar o Governo Geral a tal respeito."

"Aguardo comunicação oficial da Intendência para então submeter a V.Exa. outras considerações sobre o caso". Conclui o Diretor. (Relatório do Diretor V. Alencastro Lima. Rio, 27/02/1890)

Não podemos deixar de louvar, portanto, esta inteligente argumentação em favor das crianças desamparadas, pois ela deixou falar, mais alto, a justiça da causa.

Não houve necessidade de mais contestações. A subvenção da Casa de São José estava, agora, garantida e ela iria continuar a cumprir sua nobre missão...

CAPÍTULO V

PÁGINAS DA HISTÓRIA DA CASA DE SÃO JOSÉ

O Governo Provisório, após a Proclamação da República, pelo disposto no Art.11, do Decreto nº 439 (31/05/1890), organizou a assistência à infância desvalida, incluindo os serviços assistenciais da Casa de São José que passou para a jurisdição oficial. Ficou, então, subordinada ao Ministro do Interior, pelo Decreto nº 657, de 12/08/1890, do chefe do Governo Provisório, General Manoel Deodoro da Fonseca, que lhe deu nova organização. Consta do Decreto: Regulamento da Casa de São José; dos asilados; do ensino; do número, das atribuições e dos vencimentos dos empregados. Foi assinado pelo Ministro José Cesário de Faria Alvim.

Pelo Decreto nº 85, de 20/09/1892, foi a Casa de São José transferida para a Municipalidade e incorporada à Diretoria de Higiene e Assistência Pública.

Do Livro de Visitas, foram destacados depoimentos relevantes. Quanto aos ofícios, uns poucos tomados aleatoriamente, considerados significativos, dei-lhes outra linguagem: a da notícia. Afinal, a imprensa era o principal formador de opinião pública na época.

5.1 – O PRÉDIO

A Casa de São José recebeu, em 23/07/1888, seu primeiro endereço: Rua Barão de Itapagipe, nº 15. Era uma chácara, alugada pelo prazo de cinco anos, pelo Barão de Mesquita, Barão de Itacurussá, Barão de Bonfim e Antônio José Dias de Castro. Caso o Asilo fosse transferido, segundo o acordado, deveria o proprietário continuar a receber, até o prazo se esgotar, duzentos mil réis mensalmente. Nessa ocasião, o prédio voltaria ao seu proprietário, com todas as benfeitorias feitas.

Retornando ao artigo do Sr. Ernesto Sena, no Jornal do Comércio, de 18/04/1891, lemos:

"A casa não só não basta ao crescido número de asilados existentes, como não reúne as necessárias condições higiênicas. O Governo já dispendeu quarenta mil contos de réis na reforma, onde se ergueu um sobrado, sobre paredes que não o

podem sustentar e que já estão rachando, constituindo grave perigo.”

O refeitório, segundo o jornalista, era acanhado e um telheiro funcionava como sala de aula. As camas, nos dormitórios, estavam quase unidas umas às outras. No andar térreo, foi instalado um fogão, onde se cozinhava o alimento das vacas, desprendendo-se uma fumaça que invadia o dormitório.

Um grande capinzal, em terreno mais elevado, era responsável pela proliferação de insetos. A chácara não era murada. Toda essa situação precária não recomendava o Asilo pelas condições higiênicas. Apesar disso, imperava o asseio, tal o cuidado da direção e, desde janeiro de 1891, não se registrou nenhum óbito.

O edifício não possuía nenhuma enfermaria, sendo os doentinhos transferidos para a Misericórdia ou para o Hospital da Saúde. Havia uma pequena farmácia. O médico Dr. Bernardo Xavier Rabelo visitava, diariamente, o estabelecimento. Duas vezes por semana, o dentista prestava serviços aos asilados.

O Diretor Vasco de Alencastro Lima, também em seu Relatório de 27/02/1890 ao Ministro Dr. Cesário Alvim, mencionou as condições inadequadas do prédio e lamentou a quantia já despendida nas reformas, pois o mesmo continuava a não preencher, cabalmente, o fim a que se destinava. Suas acomodações, dizia ele, eram impróprias para abrigar os numerosos asilados e adiantou ser desaconselhado, pelas regras de higiene, que os meninos dormissem aconchegados uns aos outros, principalmente, na “estação calma” que atravessavam, acentua o Diretor. Continuando, informou possuir a Casa de São José saldo suficiente no Tesouro Nacional, para a compra de uma casa e para as obras indispensáveis a fazer, porém o Asilo ficaria sem recursos para sua manutenção e aquisição de máquinas, utensílios e material para as oficinas, nas quais, acrescenta, “se funda a sua grandeza futura”.

Considerava inadiável e urgente a mudança do Asilo, para não só melhor acomodar, dentro dos preceitos higiênicos, os alunos existentes, como para abrir vagas para outros, dada a grande demanda e concluiu argumentando:

[...] apelo para os sentimentos de caridade de V.Exa., cuja solicitude pela causa pública é proverbial, pedindo para que seja facultado a esta instituição, também do Estado e que é um dos monumentos de glória da Caridade da Capital Federal, a competente licença para funcionar em um dos prédios do Estado, em que

residiram as famílias Saxe e Conde d'Eu ou outro qualquer que pela grandeza de seu espaço e demais condições possa vir comportar duzentas ou mais crianças."

Nessa exposição do Diretor, percebemos a preocupação constante em atender aos princípios de higiene propalados na época pelos médicos higienistas, como recurso para livrar a cidade das epidemias que a infestavam e que causavam inúmeros óbitos, inclusive entre os alunos da própria Casa de São José. A esse respeito, encontramos, no Livro de Visitas, depoimentos de pessoas que, percorrendo o estabelecimento, exaltavam como pontos importantes desta escola: o asseio, a higiene e a disciplina. Transcreveremos as impressões deixadas justamente pelo mais combativo médico, em prol da melhoria das condições higiênicas da cidade, através da educação da população pobre, o Dr. Moncorvo Filho:

"Na execução da programação que estabeleci, na explicação do que é o Instituto de Proteção à Infância que me abalancei a fundar entre nós, tenho visitado estabelecimentos que possui a nossa capital, destinados a amparar as crianças deserdadas da sorte, a fim de poder ajuizar-me do estado da nossa assistência à infância."

A Casa de São José, o terceiro estabelecimento que acabo de visitar, deixou bem nítidas em meu espírito, as enormes vantagens que dela pode haurir à nossa civilização. Trata-se realmente de uma instituição preciosa, onde centenários de pequeninos infelizes sem pão e sem teto, aqui vêm buscar os lenitivos para o presente e a garantia do futuro. É uma casa de constituir cidadãos dignos ao engrandecimento da pátria.

O Instituto de Proteção à Infância cuja fundação tomei sobre meus ombros, não virá em nada desmerecer o valor da Casa de São José; pelo contrário, virá ajudá-la nessa campanha do bem.

A Casa de São José recebe em seu seio somente crianças de mais de seis anos; o nosso Instituto que me aventurei a fundar, protegerá o pequenino desde a idade mais frágil da vida, do berço até aquela idade principalmente.

A magnífica administração do meu distinto colega Dr. Barcelos e de seus prestigiosos auxiliares merece os maiores encômios pela ordem e asseio em que se

encontram o estabelecimento piedosamente denominado Casa de São José".

Em 03 de outubro de 1899

Dr. Moncorvo Filho

Em 10/01/1889, Vasco de Alencastro Lima comunicou ter assumido, a 8 daquele mês, o cargo de Diretor e Comissário interino da Casa de São José.

Em correspondência de 06/02/1889, entre outros assuntos, ele desaconselhou a continuação de obras no prédio, onde funcionava a Casa de São José, por já terem sido gastos 36 contos e não haver contrato de benfeitoria.

Na exposição que fez ao Ministro Cesario Alvim, relatou o diretor ter abrigado cerca de 171 alunos, mas seu número seria superior a 300, se o edifício tivesse melhores acomodações.

Em 09/08/1890, o Diretor, Vasco de Alencastro Lima, disse ter, em face do que foi determinado pelo officio nº 2929, de 28/06/1890, entrado em contacto com os proprietários do prédio onde funcionava a Casa de São José, sobre a indenização das benfeitorias realizadas pelo Governo e obtido a resposta de que, na cessão do prédio para o funcionamento do asilo, ficou estabelecido que todas as benfeitorias realizadas reverteriam em seu favor, desde que o Governo não adquirisse o prédio por compra ou por aluguel mensal.

Os benfeitores em face da colocação de que havia necessidade urgente de se mudar esse asilo para outro prédio que tivesse melhores acomodações, asseguraram que se obrigavam a pagar o aluguel mensal de duzentos mil réis, até terminar o prazo de cessão (30/06/1893). Consideraram eles razoável esta quantia, pois era o máximo de aluguel que se obteria com o prédio. No entanto, ainda não se havia encontrado um prédio conveniente para acomodar o Asilo, apesar dos esforços empreendidos neste sentido.

Em 20/08/1890, o Diretor, o Dr. Alberto Sabóia Viriato de Medeiros, reafirmou ser o Palacete do Duque de Saxe, na rua do mesmo nome, número vinte, a melhor opção para a instalação do Asilo. Nele existiam dois prédios próximos: num deles, ficariam as acomodações do diretor, secretaria e almoxarifado. No palacete, seriam instalados os dormitórios, refeitórios, despensa, arrecadação, salas de aula e cômodos para as ecônomas e inspetores. Quanto ao porteiro, cozinheiro, serventes e guardas que, de acordo com o Regulamento, eram obrigados a residir no estabelecimento, seriam acomodados em um terceiro edifício, nos fundos do

palacete e onde, com pequenos reparos e melhoramentos, funcionaria também a cozinha.

O argumento contrário a esta escolha, de ser o prédio extremamente luxuoso, "não procede". segundo o que afirmou este diretor, pois, sem lesar o edifício principal, pode o engenheiro do Ministério do Interior, encarregado das pequenas obras adicionais necessárias, fazer retirar cortinas, tapetes, mobílias e dar-lhes o destino que julgar mais conveniente, deixando, assim, o edifício despido dos adornos.

Queixoso, o Dr. Viriato conclui:

"A Casa de São José acha-se, atualmente, tão mal acomodada que se torna impossível dar, desde já, começo de execução ao Regulamento por que me incumbe zelar. A sua necessidade primordial é de acomodação e isto no mais breve prazo possível."

No contexto destes acontecimentos, lê-se, na Gazeta de Notícias, de 13/07/1891: "O Sr. Ministro do Interior visitou anteontem a Casa de São José.

S.Exa. percorreu todo o edifício e teve ocasião de reconhecer que ele é já por demais acanhado para conter os 143 asilados a que dá abrigo.

O Sr. Conselheiro Araripe prometeu empregar todos os esforços para transferir aquela casa para o palacete do Sr. Duque de Saxe.

Mas, para ali ou para outro qualquer lugar, é urgente remover-se a Casa de São José".

Em 16/07/1891, os benfeitores responsáveis pelo aluguel do prédio, onde foi instalada a Casa de São José, em resposta ao ofício dirigido a eles, em 30/06/1891, explicam que, em 01/06/1888, ofereceram ao então Ministro Ferreira Viana, pelo prazo de cinco anos, o prédio de propriedade de João Monteiro Cabral, para nele ser estabelecida a Casa de São José, destinada a ser um asilo de meninos desvalidos. O prazo concedido terminaria a 30/06/1893 e o compromisso assumido era de que os barões de Itacurussá, Mesquita, Bonfim e Antônio José D. de Castro indenizariam o proprietário com uma quota mensal de 40 mil réis cada um, durante o prazo de três anos que se findou a 30/06/1891 e com quota igual durante esse tempo e mais o aluguel total dos anos de 1892 e 1893.

Pelo ofício, concluem eles que:

"[...] há resolução de se deixar o prédio onde está estabelecida essa Casa

de Caridade e, caso isso se realize, não temos a menor dúvida de honrar o compromisso assumido até 30/06/1893, com o proprietário João Monteiro Cabral e ele, também, logo que lhe sejam entregues as chaves do prédio, com todas as benfeitorias, concorrerá com a quota de quarenta mil réis mensais até 30/06/1893 e mais aluguel total de dois mil e quatrocentos por ano nos dois anos, a contar de julho de 1891 a 30/06/1892, e por essa forma sustentamos ao proprietário a oferta nos termos em que ela foi feita."

Seguem-se as assinaturas do Barão de Itacurussá, do Barão de Mesquita, do Barão de Bonfim e de Antônio José Dias de Castro.

Na Gazeta da Tarde, de 17/07/1891, lê-se ter o Sr. Ministro do Interior visitado, no dia anterior, a Casa de São José. Percorreu todo o estabelecimento, tendo boa impressão da administração do Asilo e reconhecendo a necessidade urgente de dotá-lo com um prédio mais espaçoso e higiênico.

No Jornal do Brasil de 28/10/1891, está escrito:

"Palacete Leopoldina, em data de ontem, o Sr. Ministro do Interior solicitou do Ministro da Justiça providências, a fim de que se entreguem ao diretor da Casa de São José, Dr. Alberto Sabóia Viriato de Medeiros, as chaves do Palacete Leopoldina, na Rua Duque de Saxe, para onde tem de ser transferido aquele asilo, declarando outrossim que a União reservará para si a propriedade do dito prédio, embora o Serviço de Assistência à Infância Desvalida tenha de passar à Municipalidade."

O intuito do governo é proporcionar àquela instituição meios de constituir para os meninos desvalidos uma aprendizagem industrial.

No Relatório de 10/02/1892, do Dr. Bernardo Xavier Rebelo (médico da Casa de São José), declarou ele exercer, há onze meses, o cargo de médico deste estabelecimento e, analisando o prédio onde funcionava o Asilo, disse ser o terreno alagadiço, cercado de várzeas de capim e tendo ao lado um estábulo, de onde, durante a estação calmosa, exala-se nauseabundo fétido. Acresce ainda, ser o mesmo muito baixo, mal ventilado e pequeno para conter o número de asilados existentes. Por estas razões, não raro tem observado, disse ele, "alunos com laringites, bronquites, faringites e um caso bastante sério de bronco-pneumonia, no asilado Davino João que, felizmente, se restabeleceu." Também, relata que ocorreram casos múltiplos de coqueluche em diversos asilos. Segundo esse médico, estes eram, em geral, quase totalmente linfáticos e anêmicos, independente de boa alimentação que aos mesmos se fornecia.

O Ministro de Negócios do Interior Fernando Lobo, em 25/04/1892, comunicou ter resolvido destinar à Casa de São José o edifício em princípio de construção, na Rua General Severiano. Ele dizia, ainda, que pediu aos engenheiros o orçamento para a conclusão da obra e, também, para que entrassem em contato com o Diretor, a fim de modificar o necessário para o funcionamento de um futuro Asilo com capacidade para quatrocentos meninos.

O Jornal do Comércio, de 21/05/1895, publicou a seguinte notícia sobre a Casa de São José:

"A Casa de São José, fundada pelo Conselheiro Ferreira Viana, a 09/08/1888, e destinada a recolher e educar menores desvalidos entre seis e doze anos, acha-se instalada no prédio sito na Rua Barão de Itapagipe, nº 33, pertencente ao Sr. João Monteiro Cabral e pelo qual paga a Municipalidade, desde 01/06/1893, o aluguel mensal de seiscentos mil réis. Tão diminutas, tão mesquinhas são as proporções deste prédio relativamente ao número de asilados nela existentes, 181, atualmente, que como nós mesmos, Sr. Diretor, verificamos, os dormitórios estão deveras abarrotados, contendo número de leitos superior ao que deveria comportar [...]"

Num documento intitulado "Histórico" e datado em 07/07/1904 (rascunho), há informações sobre a transferência da Casa de São José para o prédio atual, situado na época na Rua Duque de Saxe, hoje Rua General Canabarro. Nele, lê-se:

"Já em 1891, era manifesta a insuficiência de prédio em que ele funcionava, tornando-se bem evidente a necessidade de sua transferência para edifício de mais vastas proporções e que podem ser dotados das dependências precisas em um estabelecimento de tanta utilidade. Mas as reclamações repetidas que, nesse sentido, fez o seu Diretor, de então, o Dr. Alberto Sabóia ficaram sem eco, não foram atendidas e a Casa de São José teve de continuar em modesto viver no mesmo acanhado prédio em que fora inaugurado e sem poder ampliar os fins humanitários para que foram criados."

Organizada a Municipalidade do Distrito Federal, foi a Casa de São José transferida pelo governo da União para o Município e, pela Lei Orgânica, tornou-se

dependente da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública.

Pouco depois, em 1895, o chefe dessa diretoria, Dr. Joaquim José Torres Cotrim, começou a preocupar-se com esse asilo para o qual voltou as suas vistas e cuidados. Encontrando franco apoio no Prefeito dessa época, o Dr. Furquim Werneck, e boa vontade no Conselho Municipal, pôde o Dr. Torres Cotrim conseguir a primeira parte de seu “desideratum” e que fora, então, objeto de preocupação constante e de reclamações insistentes da administração da Casa de São José: a remoção do asilo para um edifício de proporções tais que permitissem a realização imediata dos melhoramentos projetados. Tal remoção teve lugar em março de 1896, sendo a Casa de José transferida para o prédio nº 50, da rua Duque de Saxe, onde hoje se acha instalado. Obras importantes, acréscimos valiosos foram feitos, neste período, para adaptá-lo aos fins a que estava destinado e tudo isso foi devido aos esforços do Dr. Torres Cotrim, amparado fortemente e sempre pelo Prefeito, o Dr. Furquim Werneck.

Terreno e prédio foram adquiridos pela Municipalidade, de acordo com o Decreto nº 314, de 01 de agosto de 1896, por compra a Alberto Rabello e sua mulher, pela quantia de cento e oitenta contos de réis, conforme escritura de 16 de agosto de 1897, lavrada em Notas do Tabelião Evaristo (livro 575, fls.86). Desde aquela data, o prédio passou por sucessivas reformas que, adaptando-o às funções à que se destinava, aumentaram-lhe consideravelmente o valor. Posteriormente, em outubro de 1911, foi ainda adquirido pela Municipalidade, pela quantia de quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta contos de réis, outro terreno, contíguo àquele, de nº 410, com 6.742 m², conforme escritura lavrada em Notas do Tabelião Evaristo (livros 836, fls. 92 v). Ainda que separados por um muro baixo, os dois terrenos comunicavam-se por uma porta. Era, no terreno de nº 412, que se encontrava o “Edifício Principal”, bem como quase todas as suas dependências.

5.2 - ENFIM, NOVO ENDEREÇO

Selecionei alguns aspectos desse prédio, seguindo um Relatório existente no acervo de documentos.

Media o terreno cento e vinte metros e meio de frente por cento e vinte e seis metros e meio de fundos e estendia-se o nº 412 (ex nº 50), desde a Rua General Canabarro até o Rio Maracanã.

À frente, encontravam-se bancos de madeira e ferro para uso e gozo das famílias dos menores, quando os vinham visitar, no primeiro domingo de cada mês, de acordo com a disposição regulamentar.

A Sala do Diretor, com duas janelas para a frente, era sóbria mas elegantemente mobiliada, vendo-se em um dos cantos, sobre coluna de madeira, o busto em mármore do Conselheiro Ferreira Viana, o benemérito fundador desta Casa, e, nas paredes, dois quadros com os diplomas que ao estabelecimento foram conferidos como prêmio, pelo seu comparecimento honroso às Exposições de São Luís e Internacional de Higiene do Rio de Janeiro.

Na porta lateral deste prédio, havia um pátio, usado para recreação e, dando para ele, viam-se dois banheiros dotados de tanque de imersão e de chuveiro, um bastante maior que o outro, sendo o menor reservado para os asilados de sete a nove anos de idade e o maior para aqueles cujo desenvolvimento físico não permitia que se banhassem juntamente com os daquela idade. Nos fundos, estava localizada uma lavanderia, onde se achavam dois grandes tanques para a lavagem de toda a roupa do estabelecimento e nela trabalhavam, efetivamente, quatro lavadeiras.

Copa e cozinha vinham a seguir e eram ambas bem iluminadas, com as paredes revestidas de ladrilho até metade de sua altura, dotadas de pias de barro refratário, cada uma delas com torneiras para água quente e fria. Na cozinha, havia um grande fogão moderno, dotado de tudo quanto era preciso para um estabelecimento em que se distribuíam refeições para mais de quatrocentas pessoas.

O Recreio Coberto, antigo refeitório, serve, atualmente, para recreio dos menores, nos dias de chuva e nos de sol ardente. É uma vasta sala com duas portas para o segundo dormitório.

O edifício principal compreendia o primeiro pavimento, onde se encontravam: Secretaria, Sala do Diretor, Arquivo, Primeiro Dormitório, Segundo Dormitório, Recreio Coberto, Rouparia, Sala do Gabinete Dentário, Refeitório, Despensa, Almojarifado.

Também, havia o segundo pavimento onde estavam instalados: Dormitórios, Banheiros, Dependências dos Funcionários.

Todas essas dependências achavam-se ao lado esquerdo do Edifício Principal. À direita deste e dele separado pela alameda de entrada, estava o pavilhão das aulas. Em sua frente, corria uma varanda coberta que dava entrada às

salas de aula.

Na fachada, no alto, estava inscrita a data 1896 e, sobre uma placa de mármore, lia-se: "Mandado construir por ordem e na administração do Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, Prefeito Federal". Um passadiço coberto unia este pavilhão ao edifício principal. Pouco a dizer sobre o terreno nº 410. Nele, estava, no fundo, a residência do Diretor e, na frente, o campo destinado ao jogo de futebol.

Finalmente, no extremo do pátio, estava o pavilhão de isolamento, destinado à enfermaria e ao serviço médico.

Em resumo, foram atendidos os reclamos dessa comunidade.

"A necessidade primordial dessa humanitária instituição, a mais imperiosa, a primeira a que se deve atender é a sua pronta transferência para um prédio mais amplo, onde sejam uma realidade as condições técnicas e higiênicas, exigidas pela ciência moderna em edifícios destinados a asilos. (Trecho do Relatório publicado no Jornal do Comércio, em 21/05/1895, sem autoria)"

Assim, desde 1889, as sucessivas direções pressionaram os administradores, clamando por soluções que só chegaram em 1896, com a transferência da Casa de São José, para a Rua Duque de Saxe, nº 50, onde até hoje se encontra.

Durante certo tempo, como eu não soubesse da numeração do Palacete Leopoldina, imaginei ser este o prédio ocupado pela escola. É bem verdade que os dados dos registros cartoriais assinalavam certa discrepância.

Certo dia, numa livraria, folheando a obra de Augusto Stahl, *Visões do Brasil*, de Bia Correa do Lago (organização), deparei-me, na página cento e sessenta, com uma fotografia do Palacete Leopoldina. Apesar de ficar na mesma rua, seu número era vinte. Havia um texto, ainda, explicando, nele, ter funcionado a Escola Wenceslau Brás, até ser o imóvel demolido. Em seu lugar, hoje, encontra-se a Escola Técnica Federal.

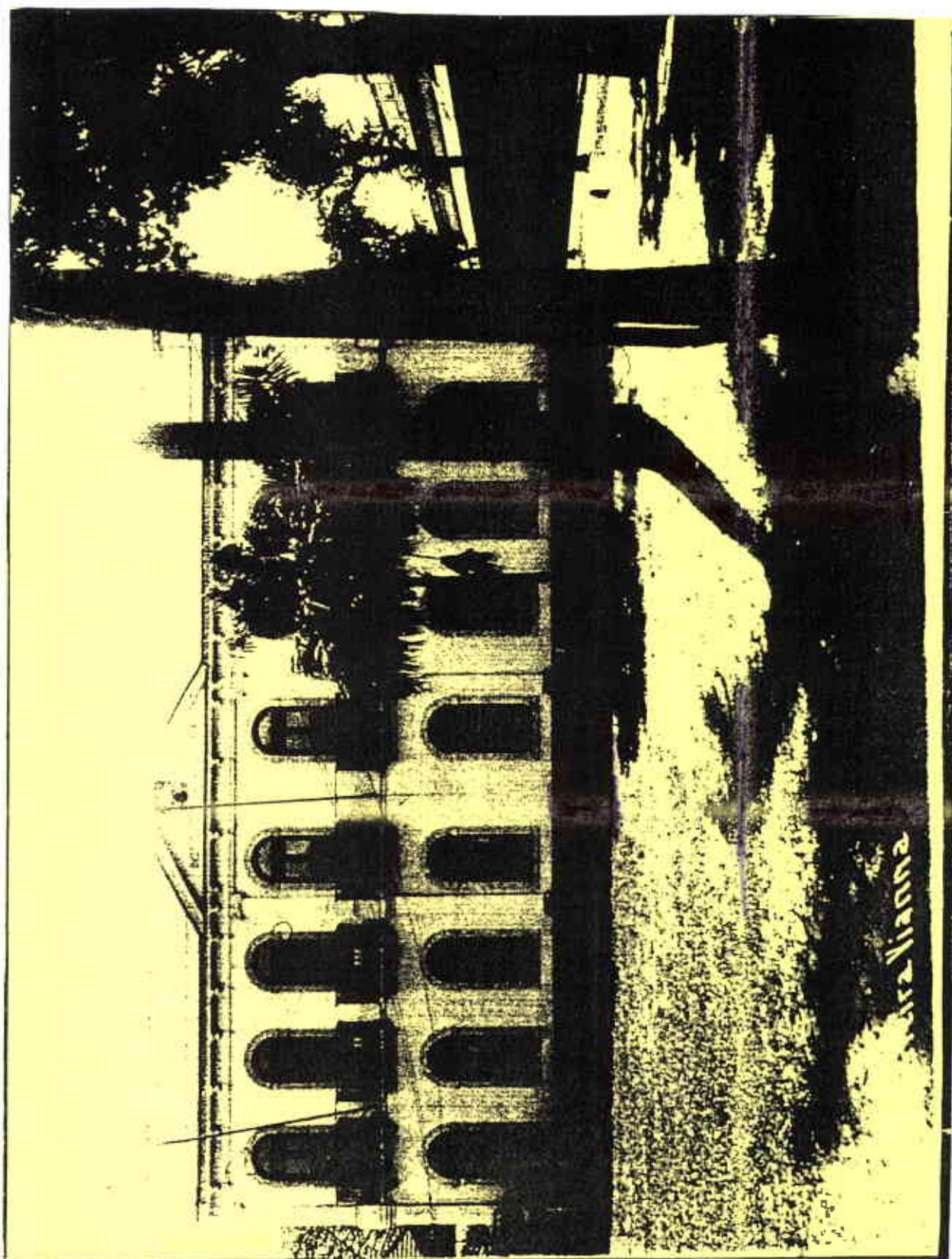
Por que teriam negado essa edificação para abrigo dos "pequeninos de São José?"

Ferreira Viana pôs a Casa de São José para funcionar em poucos meses (março a agosto de 1888), particularmente. O poder público, apesar de todos os veementes apelos, precisou de sete anos para transferir o asilo para um outro prédio. A concretização dessa mudança só se tornou realidade graças à vontade política de dois homens públicos: Dr. Torres Cotrim e Dr. Furquim Werneck,

juntamente com os membros do Conselho Municipal.

Esse relato, verdadeira saga, ante as dificuldades ultrapassadas para a mudança da Casa de São José, é simbólico. Foram muitas outras as lutas travadas por idealistas dessa instituição. Vencer a inércia ou a indiferença de elites políticas, pouco comprometidas com a assistência das crianças pobres na nossa cidade, exigiu determinação.

Somente pessoas tocadas pelo amor à causa desses "pequeninos de São José" poderiam reunir as forças necessárias, sem se deixar esmorecer, para realizar seus objetivos.



Prédio para onde foi a Casa de São José transferida a 01/03/1896,
situado na Rua Duque de Saxe (atual General Canabarro)

Acervo do Arquivo da Cidade



Livro de Visitas aberto com assinatura de D. Pedro II

5.3 – O LIVRO DE VISITAS

Foi aberto esse livro pelo Imperador D. Pedro II em 12/01/1889.

Já na República, dois presidentes também estiveram na Casa de São José, apondo ali, inclusive, seus nomes: O Marechal Deodoro da Fonseca e esposa, D. Mariana Meireles da Fonseca, e o Marechal Floriano Peixoto.

Numerosas outras assinaturas são encontradas e deviam pertencer a pessoas gratas de então.

Alguns visitantes, porém, preferiram escrever sobre o que viam e sentiam e, assim, podemos, hoje, contar com essa fonte preciosa de informações sobre a realidade da vida dessa instituição.

Foi o asseio, o atendimento de princípios dos médicos higienistas, uma preocupação tão forte desta época, que chegou a ser motivo de constantes registros e elogios. A disciplina foi outro valor apreciado e destacado. Alguns consideravam os jovens felizes e gratos, com as atenções e cuidados recebidos.

A Casa de São José funcionava, conforme se deduz dos diversos depoimentos, dentro de normas rigorosas, mas num ambiente respeitoso para com as crianças asiladas, tal a liberdade concedida a todos que a procuraram e que, sem nenhuma objeção, a percorriam livremente. Nem sempre foi possível, porém, identificar as assinaturas.

A Casa de São José causava boa impressão aos seus visitantes. Eram aprovadas e elogiadas as práticas assistenciais e pedagógicas empreendidas por Diretores, professores e demais funcionários, no cuidado das crianças abrigadas.

Mas, apoiando-me nos textos críticos de Teles (2001), pude perceber o verdadeiro papel social da "solidariedade na benemerência", conceito desenvolvido por Aldaiza Sporate e citado por Teles (2001, p.61). Na época, transição do século XIX para XX, os corações generosos de então acreditavam que salvar a criança era salvar a nação. Mas, alerta Telles, essa posição esconde, na verdade, a negação dos direitos sociais, estes sim, capazes de promover os indivíduos, tornando-os cidadãos de uma sociedade igualitária.

Temos que reconhecer: a Casa de São José salvou alguns, mas muitos tombaram pelo caminho.

O sistema político excludente e injusto, responsável pelo desamparo de tantos seres indefesos, prosseguiu e continua, até hoje, a fazer suas vítimas.

O mérito da Casa de São José foi, além do assistencialismo, valorizar a educação como força capaz de transformar as relações sociais humanas.

Eis algumas transcrições desses relatos:

01/06/1895

"Fiquei satisfeitiíssimo com a boa ordem que encontrei em todas as dependências deste estabelecimento que visitei hoje, inesperadamente. Felicito, portanto, o digno diretor e todos os dignos funcionários da Casa de São José e faço sinceros votos para que não esmoreçam e continuem a empregar esforços para que esta Casa seja sempre o que tem sido."

Dr. Joaquim José Torres Cotrim, Diretor de Higiene e Assistência Pública.

04/12/1895

"Tive ocasião de visitar hoje o estabelecimento de educação denominado Casa de São José e notei o par do asseio, ordem e boa organização, bastante solicitude e complacência por parte do pessoal, não olvidando o modo correto e despretensioso com que o Sr. Alfredo Pinto de Carvalho, escrivão, prestou-se a mostrar-me o supracitado estabelecimento em todo o seu interior e exterior."

Maria Cardoso de Oliveira

10/07/1896

"Nenhum problema julgo de mais difícil solução do que a sábia e útil aplicação dos dinheiros públicos".

É o que aqui vejo: a boa ordem e a direção econômica unida ao amor às crianças que nesta casa se amparam e educam.

Oxalá sempre em tais obras se apliquem os públicos-réditos".

Sem assinatura

1897

"A criação de um estabelecimento dessa ordem, enche de orgulho o povo brasileiro".

Assinatura ilegível

1897

"Sincera homenagem ao fundador de tal útil instituição, bem como saudações cordiais aos seus continuadores".

Dr. César Amaral

1897

"Excedeu imensamente a minha expectativa. Nas visitas que inesperadamente tenho feito, sempre encontrei mais completo asseio, perfeita disciplina, alegria real de todos e sentimentos de gratidão a digna administração que merece muito mais ainda."

Dr. Caminha (Comissário Vacinador)

27/03/1897

"Só pode avaliar o que é a Casa de São José quem é pai".

Carlos Barbosa/J. Vitorino Filho

30/09/1897

"Impressionou-me deveras a visita que acabo de fazer a este importante estabelecimento de caridade, onde os desfavorecidos da sorte, encontram o conforto, carinho e desvelo que bem suavizam o seu infortúnio."

Ricardo Cunha

1897

"Congratulaciones, felicitaciones a los fundadores, directores deste estabelecimento de San José".

Ministro do Chile, José Corazones

07/02/1898

"Como simples particular e amigo devotado da educação pública, visitei este estabelecimento e retirei-me muito satisfeito com o que observei e penhorado em extremo com a obsequiosidade do Sr. Diretor e demais funcionários."

C. Leal

14/03/1898

"Visitei a Casa de São José e só tenho motivos para louvar a sua diretoria e a todos os funcionários que a auxiliam".

Ubaldino do Amaral Fontoura, Prefeito do DF e Joaquim José da Rosa

08/09/1896

"Ao Diretor e ao pessoal desta Casa poderão dizer como o épico português: Vereis amor da pátria não movido por prêmio vil, mas nobre e quase eterno. Aqui além do amor da pátria, vê-se o amor ao dever."

Assinatura ilegível

Sem data

"Visitei com os demais alunos do quinto ano do Colégio Militar a Casa de São José que preenche os fins a que se destina".

Tenente Coronel Egídio de Castro

5.4 - POR TRÁS DAS NOTÍCIAS

"Resta então encontrar o meio para distinguir maneiras de fazer, de pensar 'estilos de ação', ou seja, fazer a teoria da prática."

Certeau

Proclamada a República, encaminhou o Dr. Aristides Lobo um ofício, comunicando sua nomeação para o Ministério do Interior, ao Diretor da Casa de São José, o que mostra ter havido ligação entre esta instituição e o governo, em 1889.

A Polícia e a Casa de São José, também, guardavam convenientes relacionamentos. Caba à Polícia, na manutenção da ordem pública, retirar menores das ruas e os de pouca idade. E atendendo às exigências dos Regulamentos da Casa de São José, eram os mesmos para lá encaminhados. Duas correspondências do Arquivo da Casa de S. José são demonstrações desse fato. No ofício de 1890, foi apresentado ao Chefe de Polícia o novo Diretor da Casa de São José, Dr. Vasco d'Álencastro Lima. Já em 1898, o Chefe de Polícia avisou sua intenção de promover uma quermesse beneficente, onde a Casa de São José seria contemplada.

Em outros momentos, observamos a intervenção da esfera pública na Direção

da Casa de São José, uma vez que, desde 1890, fora oficializada sua situação de subordinação ao Ministério do Interior. São medidas como:

- providenciar o necessário para o funcionamento, na Casa de São José, de uma seção eleitoral;
- instalar escarradeiras nas dependências da escola, em atendimento à campanha de profilaxia da tuberculose;
- participar da Exposição Universal Colombiana em Chicago;
- adotar medidas de contenção de despesas com alimentação e atender, para isso, às tabelas de ração em vigor.

Em 1900, a Casa de São José e o Instituto Profissional Masculino passaram para a administração da Instrução Pública, deixando a Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, o que, segundo outros documentos, acarretaria dificuldades financeiras, pois ambas instituições não só cuidavam da educação, mas davam abrigo aos alunos. Na prática, eram despesas diversas como: alimentação, vestuário, remédios e pagamentos de muitos serviços.

Os problemas financeiros são visíveis nas informações disponíveis, assim como oferecimentos de doações e, entre eles, o cheque número um do Banco do Brasil e, também, as ações caritativas da Baronesa de Itacurussá, por quem mandam rezar missa em reconhecimento de sua benemerência. Outra evidência foi a apuração do ilícito, resultante do desaparecimento de uma apólice doada pelo Sr. Felipe Nery Pinheiro. Vê-se, também, uma interpelação da parte da Direção da Casa de São José à forma de contabilização das ofertas a este estabelecimento que se queriam, exclusivamente, nele aplicadas.

O Prefeito atuava, diretamente, no andamento da Escola, pelo que pode ser observado em diversas situações, tais como:

- avisando que determinados alunos deveriam ser transferidos para outro estabelecimento, por atingirem a idade máxima para permanência na Casa de São José;
- negando matrícula, a pretexto de falta de vagas;
- permitindo que um aluno passasse em casa três dias;
- negando a retirada de crianças maiores para o trabalho em fábricas, sob a alegação de ser necessário estudar primeiro;
- permitindo visita de um funcionário da embaixada italiana a um menor da Casa de São José.

A Casa de São José, como era comum entre as escolas, teve sua banda de música, cuja aquisição foi feita mediante concorrência pública. Encontra-se, também, uma única referência a uma festividade com exibição de exercícios ginásticos e evoluções militares.

Descobri, ainda, uma citação de 1896, onde se lê ser o rio Maracanã a fonte de abastecimento de água para a Casa de São José. Em outro documento, de 1899, pediu-se a limpeza de suas margens para evitar o aparecimento de febre palustre.

Mesmo o amarelado papel oficial guarda sentimentos, como o ofício do Diretor da Casa de São José, pedindo informações sobre a saúde dos asilados internados na Santa Casa de Misericórdia, cuja resposta do insensível administrador fora de que lhe competia, apenas, comunicar a morte ou a cura dos hospitalizados.

Fato de difícil apuração será o da imagem de São José. Encontrei uma carta em que o cônego M. Blondet, ao mesmo tempo em que agradecia a doação feita dos objetos da Capela de São José, desativada com a separação entre Estado e Igreja, com o advento da República, queixa-se de um funcionário, o Sr. Alfredo Pinto de Carvalho, que lhe confessa ter escondido algumas peças.

Muito tempo depois, achou-se, na laje do prédio atual, para onde fora transferida a Casa de São José, uma imagem do mesmo santo.

Foi encaminhado mais tarde, a esse estabelecimento, um busto de Ferreira Viana. Estava o mesmo entre os objetos recolhidos de escolas municipais demolidas. Afinal, o Santo Protetor e o fundador da Casa de São José ficaram juntos nesta instituição.

Essas considerações são, apenas, uma tentativa incipiente de colher os ensinamentos desses documentos em "notícias". Estou certa de que uma futura pesquisa sobre essa fonte – os documentos da Casa de São José – poderá revelar importantes fatos não só da história administrativa dessa instituição, como também da política educacional traçada pela Prefeitura do então Distrito Federal, no atendimento de sua infância pobre.

Transcrevi alguns documentos, aleatoriamente, sob a forma de breves notícias.

Procurei, desse modo, apenas exemplificar o cotidiano dessa instituição, traduzindo:

- O que ali acontecia?
- Que problemas enfrentaram?

- Que medidas tomadas pela esfera governamental a atingiram?
- Que fatos singulares nela ocorreram?
- Foi proporcionado algum lazer aos asilados?
- Como a comunidade conceituava essa instituição?
- Havia alguma demonstração de funcionar este lar-escola dentro de princípios de fraternidade com os abrigados?

16/11/1889

Novo governo, novo ministro

Pela circular nº3, da Terceira Diretoria do Ministério dos Negócios do Interior, temos o seguinte:

O Sr. Aristides da Silva Lobo comunica ao diretor da Casa de São José que o chefe do Governo Provisório constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, indicou sua nomeação para o cargo de Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Interior.

29/03/1889

Os doentinhos da Casa de São José

A Casa de São José preocupada com seus doentinhos em resposta a um ofício enviado ao Hospício N.S. da Saúde, seu Administrador, Leopoldo Antônio da Fonseca Pinheiro, informa o estado de menores internados com sarampo: dois estão em boas condições e um, gravemente enfermo.

Esclarece ser de praxe daquela instituição, sempre que recolher menores, participar, apenas, a alta ou o falecimento ao remetente. Esta prática tem sido mantida em relação a este estabelecimento, a Casa de São José.

Declara-se ter sido, na mesma data do ofício, comunicada a alta de alguns dos referidos menores.

Negando-se a atender ao pedido da Casa de São José, comunica não lhe ser possível enviar notícias sobre a evolução da saúde dos internados.

25/07/1890

Asilo de Mendicidade e os menores de rua.

O Asilo de Mendicidade avisa à Casa de São José não possuir dados das identidades dos menores Antônio e Bernardino, por terem sido apanhados nas ruas e que ignoram até o nome de seus progenitores e suas residências.

11/10/1890

Um asilado italiano

O cônsul da Itália no Rio de Janeiro, em 11/10/1890, pede permissão ao administrador da Casa de São José para que o empregado do Consulado, Losso Salvador, fale ao menor Zamboni Alessio, ali recolhido desde 20/09. Aliás, em 21/07/1890, o Juízo de Órfãos da Primeira Vara procura saber se, ainda, permanecia na Casa de São José, o referido menor que ele chama de Gambonio (?) e que fora para ali encaminhado em 29/09/1889. O Diretor Vasco d'Alencastro Lima informa que o mesmo encontrava-se, realmente, naquele estabelecimento.

28/03/1890

A organização da banda

Pede o Diretor autorização, a fim de que se abra a concorrência pública para a compra de instrumentos musicais, no sentido de se organizar uma banda, dado o bom aproveitamento do asilado na arte musical.

28/05/1890

Missa de Ação de Graças

Será rezada, no dia 2/6, às 9 horas, missa na Capela dessa instituição pelo aniversário natalício da Baronesa de Itacurussá, tendo em vista seus atos de benemerência dispensados a este asilo.

02/06/1890

Onde estão as apólices da Casa de São José?

Pede a Direção da Casa de São José que seja procurada, na Terceira Diretoria do Ministério do Interior, dentre os documentos desta Casa, a Apólice Municipal do valor de quinhentos mil réis, doados em 07/12/1888 pelo Sr. Felipe Nery Pinheiro, bem como a referente à Dívida Pública oferecida pelo Sr. Barão de Itacurussá. Solicita, ainda que sejam as mesmas entregues a esta casa para que, na época própria, recebam-se os juros correspondentes a elas. Essas doações deverão

ser depositadas em caderneta da Caixa Econômica e passarão a formar patrimônio exclusivo daquela instituição. Foi informado pelo Sr. Contador da 2ª Contadoria do Tesouro Nacional que esses donativos eram escriturados sob essa rubrica, mas que eram levados em conta de receita para despesa. Não considera regular essa medida, já que foram feitas as doações com fim determinado: a Casa de São José, sendo que a verba para onde é escriturada abrange os Asilos do Galeão e a Sociedade Amante da Instrução.

23/07/1890

A imagem de São José, até hoje, continua abençoando esta Casa.

M. Blondet, cônego, Rua da Passagem, agradece os objetos da Capela da Casa de São José, desativada com a República, o que tornou o Estado do Brasil leigo. Queixa-se do Sr. Alfredo Pinto de Carvalho, escriturário, que lhe declarou ter escondido alguns de seus objetos, tratando-o de modo hostil.

12/08/1890

O cheque nº 1 do Banco do Brasil

Pelo Ofício nº3421, de 9 do corrente, capeando o cheque nº 1 do Banco Federal do Brasil, verifica-se ser ele referente à quantia de 500 mil réis, que é oferta a esta Casa de São José pelo cidadão Juvenal Damasceno, a qual, depois de recebida, será recolhida à caderneta da Caixa Econômica.

13/01/1890

Sampaio Ferraz, chefe de Polícia e o novo Diretor.

O chefe de Polícia, recebendo a comunicação da nomeação do Sr. Vasco d'Alencastro Lima para o cargo de Diretor e Comissário, interino, por aviso do Ministério do Interior, declara-se disposto a atender aos interesses dessa instituição.

12/09/1890

Um não do Ministro Cesário Alvim ao trabalho infantil

O Ministro José Cesário de Farias Alvim, em referência ao ofício de 5/8, e à vista das disposições em vigor, nega autorização para que menores recolhidos à Casa São José sejam contratados para servir, como aprendizes, em oficinas particulares.

Trata-se de uma correta atitude. Era preciso dar instrução aos alunos e não os transformar em mão-de-obra barata.

19/04/1892

A Casa de São José, seção eleitoral

A fiscalização do 1º Distrito do Engenho Velho, sob as ordens do Tenente Tancredo Leal, entrega ao Diretor a urna destinada à eleição para Senador, a ser procedida no dia seguinte, devendo caber aos mesários, quando se apresentassem, passar um recibo da entrega da urna.

Em 25/04/1892, pediu-se a devolução das urnas que serviram para receber as cédulas dos cidadãos-eleitores.

12/11/1892

A Casa de São José vai representar o Brasil em Chicago

Ministério dos Negócios do Interior

O Sr. Ministro Fernando Lobo recomenda ao Diretor providências, a fim de que a referida repartição concorra para o bom êxito da representação do Brasil, na Exposição Universal Colombiana em Chicago, conforme solicitação do Vice-Presidente dessa Comissão, feita ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

22/03/1895

Alimentação racionada

A Diretoria de Higiene e Assistência Pública recomenda a conveniência de proceder-se uma severa revisão nas tabelas de rações em vigor, no intuito de reduzir, o mais possível, a despesa com a alimentação dos asilados.

12/11/1896

Abastecimento de água da Casa de São José

Autorizado pela Diretoria de Higiene e Assistência Pública o conserto da derivação da represa do rio Maracanã, responsável pelo abastecimento da Casa de São José. A Diretoria de Obras e Viação determinou a realização do serviço, encarregando-se da fiscalização do mesmo, devendo, no entanto, ser providenciada sua execução junto ao engenheiro do Distrito.

29/07/1897

O busto do fundador agora em sua Casa

Foi enviado ao Diretor da Casa de São José, Alfredo R. Barcelos, o busto em mármore do seu ilustre fundador, encontrado entre os objetos vindos das Escolas Municipais.

A diretoria do Instituto Profissional julga cumprir, desse modo, um dever cívico e interpretar os sentimentos dos atuais diretores dessa instituição.

02/08/1897

Festa na Casa de São José

Foi muito apreciada a garbosa apresentação dos alunos, não só nos exercícios ginásticos, como também nas corretas evoluções militares, num clima de grande disciplina.

As autoridades presentes elogiaram os professores de ginástica e os de instrução de infantaria pelo espetáculo apresentado.

Janeiro de 1899

O Rio Maracanã e o meio ambiente

No relatório entregue em 1899 ao Diretor, reitera o Dr. Mario Souza Ferreira o pedido, já formulado desde janeiro de 1898, de ser imperioso proceder-se a limpeza das margens do Rio Maracanã que atravessa os terrenos da Casa de São José, para se evitar o aparecimento do elemento palustre de tão funestas conseqüências, em setembro de 1897.

Insiste o mesmo, sobre a necessidade de proceder-se, o maior número de vezes possível, essa operação, pelo menos, na parte em que o rio corre pelos terrenos deste estabelecimento.

01/08/1900

Uma nova jurisdição: a Instrução Pública

O Dr. Antônio Cândido do Amaral anuncia ter o Instituto Profissional Masculino e a Casa de São José passado para a Instrução Pública, permitindo diminuir o número de professores em ambas as instituições.

04/02/1905

É hora do adeus

A Diretoria Geral de Higiene e Assistência pede a relação de menores que devem ser enviados ao Instituto Profissional Masculino, por terem atingido a idade máxima permitida na Casa de São José.

29/07/1905

Profilaxia da tuberculose

Determina a Diretoria Geral de Saúde Pública a instalação, em todas as dependências da Casa de São José, de escarradeiras, conforme recomendações do Regulamento sanitário.

17/11/1905

Não há vagas

O prefeito negou aprovação ao pedido de vaga para o menor Euclides, requerido por sua mãe.

04/08/1911

Visitas à casa paterna

O prefeito Gregório Fonseca Sampaio permite que o aluno João Cardoso da Costa passe três dias em casa de sua família.

5.6 – OS BENFEITORES DE UMA SANTA OBRA

“Fatos podem mudar. Novas interpretações podem, a qualquer momento, alterar um posicionamento anterior.

[...] Até mesmo uma biografia representa uma edição de fatos, uma seleção de detalhes, uma tentativa de dar sentido a vários acontecimentos arbitrários da vida real.”

Sergio Villas-Boas

Não há, aqui, o objetivo de traçar biografias das personalidades destacadas. Apenas, limitar-me-ei a narrar o resultado do encontro, no caminho de suas vidas,

com a Casa de São José, e tal foi o envolvimento a essa causa que empenharam suas inteligências e energias na consecução dessa obra.

Diante dos problemas apresentados, as pessoas abaixo citadas não fizeram, apenas, longos discursos sobre o desamparo infantil. Eles agiram, apontaram soluções e as concretizaram. Muitas determinações derivaram de decisões políticas importantes para a Casa de São José, no momento em que foram desencadeadas.

Vale, pois, cultivar a lembrança desses atos meritórios responsáveis pela centenária trajetória dessa instituição.

5.6.1 - A primeira Diretora: Irmã Josefa (Soeur Auborg)

São depoimentos do Sr. Paulo José Pires Brandão (p. 28), neto de Ferreira Viana:

"Veio da França para ser Diretora da Casa de São José. De altura e corpo regular. Pele clara, olhos azuis e dentes lindíssimos. Inteligente, boa, ativa, econômica e administradora sem par.

Com desvelo, candura e bondade, tratava os meninos de São José.

Toda a vez que falo a Soeur Auborg, tenho a impressão de que não falo a uma irmã de caridade, mas sim, a uma princesa de sangue, diz sobre ela, a Princesa Isabel. Já o Conselheiro João Alfredo, quando a viu a primeira vez assim opinou: esta senhora tem capacidade até para governar uma grande nação.

Irmã Josefa tem tal educação e cultura, que me assombram os seus conhecimentos artísticos, é a opinião de Driendl, artista bávaro que executara alguns trabalhos na Casa de São José, como por ocasião do Natal, um lindo presépio (p.182)".

A entrega da direção da Casa de São José à Irmã Josefa ocorreu através de um acordo celebrado em 23/07/1888, por um prazo de cinco anos, dizendo:

"[...] concluentre son Excellence M. Ferreira Viana et ma soeur Chantrel visitatrice des filles de la Charité de Ste. Vincent de Paul, réside à Rio de Janeiro, agissant au nom de la Communautés des filles, autorisée par les Supérieures Major de Paris, pour arrêter les conditions aux quelles le Maison de Ste. Joseph este confiée à la dite Communautés."

As irmãs eram em número de três. O acordo abrangia treze artigos e versava sobre a atuação dessas irmãs na Casa de São José. Exigia-se, ainda, que lhes fossem fornecidos alojamentos e uma pequena quantia necessária para repor seus gastos pessoais.

Foram as irmãs que organizaram o Asilo, com as doações recebidas, e possibilitaram sua inauguração num tempo curto.

Durante todo o período em que a administraram, mantiveram elas a escola dentro de padrões higiênicos adequados. O prédio, onde funcionava a Casa de São José, era acanhado e inadequado para abrigar tantas crianças, cujo número não parava de crescer.

Em resposta ao Ministro do Interior, em 29/09/1889, o Diretor Vasco d'Alencastro Lima conta ter sido a Casa de São José confiada a quatro irmãs de Caridade, auxiliadas por cinco órfãs, educadas no Asilo Santa Leopoldina. Foram elas, dignas e zelosas administradoras, que ensinaram aos asilados as primeiras letras e noções de aritmética elementar.

A instrução religiosa era ministrada pelo Reverendíssimo Padre Mestre, Francisco José de Azevedo, capelão do estabelecimento.

Proclamada a República, o Diretor Dr. Alberto Saboia Viriato de Medeiros, em 21/08/1890, comunica ao Ministro dos Negócios do Interior o desejo das irmãs de deixar a direção da Casa de São José, uma vez que o Regulamento estabelecido pelo Decreto n 657, de 12/08/1890, modifica o acordo anteriormente assinado por elas e Ferreira Viana. Para evitar a desorganização do Asilo, esse Diretor pede às irmãs que permaneçam enquanto não for mudado o Asilo para outro endereço. O novo regime político trouxe a separação da Igreja do Estado. A irmã Josefa partiu e foi servir no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Paraíba do Sul e, depois, em idêntico hospital, na cidade de Campanha, Minas Gerais, onde veio a falecer.

"Enfim, quem foi irmã Josefa?

Ninguém sabe!", conclui Brandão (s/d, p.189)

5.6.2 - Sr. Felipe Nery Pinheiro

Desde logo, o Sr. Felipe Nery Pinheiro envolveu-se com a causa da infância, defendida por Ferreira Viana.

Esteve presente desde os passos iniciais da organização da futura Casa São José. Em 24/04/1888, escreveu elogiando o projeto dos asilados e encaminhando uma lista com doações. Encontramo-lo, ainda, entre outros, a ofertar objetos e utensílios diversos, tais como: toalhas, camisas, fronhas, colchas, cobertores, velas, panelas. Conforme consta em outra relação, angariou mais cinquenta mil réis.

Fez, também, em 07/12/1888, o oferecimento de uma Apólice Municipal, nº645, de quinhentos mil réis, com juros de nove meses, que mais tarde, não foi localizada entre os bens da Casa de São José, apesar de inúmeras buscas.

Em outra época, doou cem mil réis.

Dez anos depois, em 09/08/1898, escreveu ao então Diretor Dr. Alfredo Rodrigues Barcelos uma elogiosa carta, considerando proveitosa a existência dessa instituição:

“Ofereço-me, diz ele, no desejo de ainda uma vez, concorrer nos limites de minhas forças para o seu engrandecimento, para calçar com paralelepípedos à entrada principal desse estabelecimento.”

Foi a última notícia que dele tivemos. Presumo ter deixado, neste simbólico gesto, seu apreço à causa da educação das crianças desamparadas.

Na pedra, o Sr. Nery marcou sua despedida, querendo eternizar, assim, o compromisso assumido com a Casa de São José. Parecia ser seu desejo energizar, magicamente, aquele calçamento. Desse modo, desde aqueles primeiros passos até nossos dias, todos aqueles que chegassem a essa instituição, ao pisarem as pedras do caminho, passariam igualmente a ser tocados pelos ideais e nobres sentimentos de seu construtor. É como se fosse uma verdadeira defesa da educação pública, conforme ele bem o afirmou: nos limites de suas forças. Grande amigo!

5.6.3 - Dois grandes benfeitores: Furquim Werneck e Torres Cotrim

Durante oito anos, reivindicou a comunidade da Casa de São José, representada ora pela Diretoria, ora pelo corpo médico, um local mais adequado para o seu funcionamento. O edifício onde, inicialmente, se instalara era pequeno. Os dormitórios, contrariavam as prescrições da higiene, pois os leitos estavam dispostos quase sem espaços uns dos outros.

Coube ao Dr. Torres Cotrim, os primeiros passos na busca de solução para o problema maior do Asilo: novas instalações. Para por fim a essa questão, o Dr. Torres Cotrim conseguiu o apoio do Prefeito Dr. Furquim Werneck e boa vontade na Câmara Municipal e foi adquirido, pela quantia de cento e oitenta mil contos de réis, o prédio sito na Rua Duque de Saxe, número 50.

A 01/03/1896, o Asilo foi removido para um edifício de proporções adequadas, onde até hoje se acha, e que permitiu a realização imediata dos melhoramentos projetados.

Essas mesmas autoridades realizaram importantes obras de acréscimos para adaptar o prédio às suas finalidades.

Obtida essa primeira vitória, não descansou o Dr. Torres Cotrim que, perseverante nos seus objetivos, conseguiu renovar o material escolar, melhoramento que também há muito se impunha, pela sua evidente necessidade e de que, aliás, muito cogitara a administração da Casa de São José.

Esse material escolar foi consideravelmente aumentado, tendo vindo, diretamente da Europa, grande parte dele.

A aula de trabalhos manuais, de tanta utilidade em estabelecimentos idênticos à Casa de São José e que, segundo os pedagogos sueco-dinamarqueses, é a porta de entrada para todas as profissões mecânicas, foi alvo dos cuidados do Dr. Torres Cotrim que adquiriu algumas máquinas e muitos e variados instrumentos destinados ao ensino de cartonagem, de modelagem e ao recorte de madeira.

Nas aulas de Desenho, tratou-se de desenvolver e facilitar o ensino através da aquisição de mobiliário apropriado e diversos modelos em cartão e em gesso.

A aula de Música, também, não foi esquecida, pois pôde o Dr. Torres Cotrim adquirir para ela um excelente "harmonium", que muito concorreu para facilitar o atual ensino e incutir nos meninos o gosto pela bela arte.

As aulas de instrução primária foram providas dos elementos necessários

para amenizar o ensino e torná-lo intuitivo, pois foi fornecido, para tal fim, mobiliário necessário como: carteiras, estantes, mesas.

A instrução militar sendo estabelecida contratou-se um oficial do exército. Para que ela fosse tão completa quanto possível, para o bom efeito que dela se esperava, não hesitou o Dr. Torres Cotrim, autorizado pelo Prefeito, em fazer adquirir as armas e fardamentos apropriados à idade dos menores.

Muito beneficiada foi, também, a aula de ginástica, cujo ensino e respectivos exercícios, tão indispensáveis em asilos como a Casa de São José, deveria ter largo incremento, graças aos aparelhos e instrumentos, então, obtidos.

Feita essa rápida exposição dos serviços prestados pelo Sr. Torres Cotrim à Casa de São José, convém deixar aqui assinalado que, na realização de seus planos de melhoramentos, teve ele inteira ajuda da parte da direção e de todos os funcionários desse asilo, que se mostraram sempre dedicados ao chefe que tanto se esforçou pela prosperidade da repartição em que trabalhavam”, segundo Relatório anônimo e sem data, encontrado entre a documentação da Casa de São José.

O Dr. Torres Cotrim serviu, também, à administração do Prefeito Pereira Passos, sempre disposto a contribuir para o bom funcionamento da Casa de São José.

A Casa de São José, como a maioria das instituições escolares públicas brasileiras, não teve um desenvolvimento constante. Ela evoluiu em etapas. Dependeu da vontade de alguma autoridade que, sensibilizada com a causa da educação, espontaneamente, nela investia.

Lamenta-se que a concretização de medidas em prol da melhoria do ensino sejam assim processadas e não façam parte dos projetos prioritários de todos os governantes.

No discurso, a causa da educação é presença constante; na prática, o silêncio, a omissão.

5.6.4 - Antônio Ferreira Viana, o homem público

Nasceu na cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul), a 11 de maio de 1832. Veio menino para o Rio de Janeiro, onde se matriculou no Imperial Colégio de D. Pedro II, dirigido, nesta ocasião, pelo padre beneditino, Frei Rodrigo. Nesse

estabelecimento de ensino, bacharelou-se em letras. Foi aluno distinto em línguas, particularmente em latim, alemão e inglês.

Findo o curso de humanidades, seguiu para São Paulo e, com brilhantismo, fez o curso jurídico, distinguindo-se dentre os colegas pela sua cultura e arrojo nas lutas acadêmicas, tendo sido orador oficial da Faculdade nas homenagens à memória do escritor Álvares de Azevedo. Ainda como estudante, publicou a "FUSÃO" - folheto de caráter prático e panfletário.

Formado em 1855, defendeu tese no ano seguinte, quando veio de volta para o Rio de Janeiro. Foi promotor público na Corte, mas exerceu tais funções por pouco tempo, pois demitiu-se para dedicar-se ao jornalismo, à advocacia e à política. Nessa época, colaborou no "Correio Mercantil", chegando a dirigi-lo.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal da Corte. Nessas funções, deu provas de sua capacidade de administrador e grandes foram os benefícios que proporcionou à cidade, pelas realizações das providências a favor da população. Muitas vezes, saiu pelo centro da cidade, em visita a estabelecimentos comerciais, escritórios, casas de família, pedindo donativos para o levantamento de escolas. Construiu a Escola de São Sebastião e a Casa de São José, atual Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

Foi deputado em várias legislaturas: de 1869 a 1872, de 1872 a 1875, de 1878 a 1881, de 1881 a 1884 e de 1886 a 1889. Durante o exercício desses mandatos, sempre se destacou pelo brilho de suas atividades parlamentares. Como orador político, era respeitado e temido, dada a facilidade com que discursava e confundia os adversários. A quizila bem como a embirração com o Imperador foi tremenda e violenta. Na questão dos bispos, funcionou como advogado de defesa do Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, preso por ordem do Imperador, ocasião em que revelou, mais uma vez, o poder de sua inteligência. Era católico ardoroso, praticante, o que não o impediu de defender, fortemente, os bens das ordens religiosas ameaçadas de serem expropriadas pela Igreja.

Foi Ministro da Justiça no Gabinete presidido pelo Conselheiro João Alfredo, o que causou admiração geral, dada a circunstância de ter sido terrível adversário do Imperador.

Com o apoio do Dr. Rocha Faria, foi o instituidor das Colônias do Galeão e de São Bento, na Ilha do Governador, destinadas aos dementes; do Instituto de Higiene; do Laboratório de Análise do Estado; do Desinfetório; de albergues

noturnos para os indigentes e de postos médicos em várias zonas para cuidar dos pobres.

Foi um dos fundadores da Associação Protetora das Crianças Pobres.

É, como católico convicto, que Ferreira Viana deve ser analisado. A mentalidade católico-conservadora partia do pressuposto da vocação sobrenatural do homem, e a salvação da alma deve ser seu objetivo principal.

O papel da educação é dar ao aluno meios de familiarizá-lo com os dogmas, com a disciplina, com os costumes da Igreja, isto é, ou a educação tem um sentido eminentemente religioso ou não chega a ser educação.

Foi defensor do liberalismo e do individualismo como solução para os problemas de ascensão social. Considerava que, uma vez livre o homem, através do trabalho, sairia da pobreza. Daí a laconicidade da Lei Áurea, por ele redigida, e a Lei contra a vadiagem, também de sua autoria.

O Conselheiro Antônio Ferreira Viana foi, sobretudo, um homem de ação. Num tempo onde predominavam as elites letradas e ociosas, ele soube refletir sobre os problemas públicos e sobre eles agir em busca de soluções.

Ferreira Viana, em 1870, no exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal, participou do solene lançamento da pedra fundamental da Escola São Sebastião, na Freguesia de Santana, onde o próprio Imperador se fez presente. No ano seguinte, 1871, da mesma maneira, foi a vez da Escola São José, no Largo da Ajuda, em terreno cedido pelas freiras do Convento.

Dizem ter partido da iniciativa do Imperador o projeto da construção de prédios próprios para escolas, utilizando verbas de particulares angariadas com o objetivo de erguer-se uma estátua de bronze em sua homenagem e que tiveram, assim, um outro destino.

Na presidência da Câmara Municipal, o ilustre Promotor Público, o Dr. Antônio Ferreira Viana (1869/1874), incentivou a construção de escolas, a arborização e o cercamento de praças públicas, como por exemplo, o Campo de Santana, e a edificação do Asilo de Mendicidade (atualmente, Hospital São Francisco de Assis, na Av. Presidente Vargas). A Câmara sob sua direção promoveu a difusão do ensino primário do município da Corte. Ferreira Viana, neste cargo, criou, em dezembro de 1871, a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, destinada a atender menores de cinco até quatorze anos.

Para essa associação, bastava auxiliar os pais, oferecendo-lhes os meios e

materiais necessários para que as crianças ingressassem nas escolas do município, onde aprenderiam seus direitos e deveres de futuros cidadãos. Era, justamente, o atendimento dessas necessidades acima o teor dos artigos de Ferreira Viana no seu jornal: *Diário do Rio de Janeiro*.

Ao ser inaugurada a Escola São Sebastião, na Freguesia de Santana, atendendo as crianças pobres da Cidade Nova (Praça Onze), estava executando o projeto de "construção de uma nação, guiada pelos padrões de civilização e progresso dos países mais adiantados", nos diz Martinez (1998, p.106), embora, para os membros da Associação, esse progresso e civilização só seria possível com a manutenção da instrução moral e religiosa e das tradições católicas. Assim, por exemplo, Ferreira Viana incentiva quando presidente da Câmara Municipal, a Festa do Divino, no "Campo de Santana" e permite a organização de barracas e outras diversões populares.

Ambas as escolas tinham capacidade para atender seiscentos alunos, meninos ou meninas. Quebrava-se, assim, o costume de estabelecer-se salas de aula de dimensões mínimas, em sótãos ou partes externas de sobrados ou pequenas casas, que serviam ainda de residência aos professores e seus familiares.

Nas escolas acima mencionadas, a principal sala funcionava como capela e local de missas e de aulas de religião, uma vez que o ensino religioso era considerado um recurso para enfrentar o ceticismo em vigor, diante do anticlericalismo e exaltação do pensamento científico na alta sociedade.

A escola mista era uma característica das escolas municipais, distinguindo-as das demais escolas da Corte. As atividades educacionais, no entanto, obedeciam ao agrupamento por gênero. As meninas recebiam, ainda, ensinamentos relativos a trabalhos de agulha e costura.

Foram consideradas causas da baixa frequência, nas escolas públicas na Corte: os métodos tradicionais de ensino, levando o aluno ao desinteresse; a falta de escolas; aplicação do princípio da obrigatoriedade; a pobreza e falta de recursos dos pais bem como os exames públicos.

Em 1874, Ferreira Viana reclamou que as crianças recebiam os benefícios doados e não freqüentavam as aulas.

Apesar disso, a Câmara Municipal continuou a erguer prédios escolares. Em 1881, foram construídas mais três: Nossa Senhora do Socorro, em São Cristóvão; Nossa Senhora das Dores, no Engenho Velho e, finalmente, Nossa Senhora da

Conceição, no Engenho Novo, dentro de uma política de impulsionar o aumento quantitativo do ensino público na Corte.

Tentava-se, desse modo, realizar reformas sociais, visando salvar as instituições e com elas o próprio Império. Homens como Antônio Ferreira Viana, Paulino José Soares de Souza e João Alfredo Correia de Oliveira acreditavam na educação e na instrução popular, não apenas como fatores de progresso e desenvolvimento, mas como "caminhos possíveis para a reconstrução do Estado e da nação com os quais sonhavam", como explica Martinez (1998, p.117).

5.7 – FUNCIONÁRIOS DA CASA DE SÃO JOSÉ

Poucos têm seus nomes mencionados e avalio, pela duração dessa instituição e ausência de queixas administrativas à autoridades superiores, que tenham realizado bem suas funções, em benefício das crianças abrigadas.

Trabalhavam nesse estabelecimento, conforme menciona o Regimento, cozinheiras, lavadeiras, jardineiros, porteiros.

Num documento, um Relatório do médico Dr. Mário de Souza Ferreira, é citado o nome da ecônoma Sra. Porcina Pilar, desse modo: "é digna dos maiores elogios pelos constantes desvelos que dispensou sempre aos pequenos doentes", janeiro de 1899.

A todos cabem o poema de Bertold Brecht (1896-1956): Perguntas de um operário que lê:

*" Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória.
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava as suas despesas? "*

Extraído: Alencar, Francisco. História da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.



Retrato de Ferreira Viana

Ferreira Viana

*Pensei em dar-te a liberdade,
Então, escrevi uma lei.
Mas com a liberdade te coloquei
Preso às ruas,
Sem atenção e sem profissão.
Então, resolvi criar um colégio
De profissão e com devoção.*

Washington Oliveira Fontes
(Coordenador de Segurança)

Poesia apresentada na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, para o XII Concurso de Poesias, Contos e Crônicas, promovido pelo setor de Biblioteca, em 20/10/2003 (Dia do Poeta)

REPENSANDO

"No entanto, as crianças presentes neste relato, protagonistas dos acontecimentos, não falam elas próprias de sua condição. Essas multidões de crianças mudas nos aparecem através da fala dos outros: daqueles que exercem o poder, da burocracia do Estado, das instituições que as submetem, de seus tutores e de alguns raros educadores que se esforçam na denúncia da desgraça que marca seu destino social inaceitável."

Carmem Silvia Viidigal Moraes

Essas considerações retratam a situação dos meninos encaminhados à Casa de São José e, muito mais ainda, a sociedade marcada pela pobreza.

Nos últimos anos do século XIX, o setor dominante empenhado na formação nacional elegeu a ação pedagógica como um dos caminhos para a conquista da cidadania, embora adotasse, também, práticas repressivas, presentes nas leis, na administração e até nas ações da medicina higienista e engenharia sanitária, procurando, desse modo, disciplinar os trabalhadores e eliminar os perigos que eles representavam tanto à saúde dos dominantes como à sua propriedade.

Todas essas políticas visavam à moralização e ao ajustamento do trabalhador à ordem capitalista.

Ao mesmo tempo, o governo central incentivava a entrada de imigrantes em detrimento de um segmento nacional egresso da escravidão, vítima de fortes preconceitos raciais. O trabalhador negro e o mestiço eram considerados inaptos e indisciplinados para o trabalho nas incipientes indústrias. A eles cabiam atividades domésticas, os serviços esporádicos, as tarefas pesadas, situação esta agravada com a Abolição. O desemprego da população pobre esteve sempre presente na sociedade brasileira e correlacionado, com a mendicância, a existência de desocupados e vadios e a criação de instituições de assistência, como asilos para mendigos, alienados, órfãos e tuberculosos. Considerava-se importante manter sob controle as "classes perigosas".

A pobreza brasileira nunca foi superada. O Brasil industrializou-se, urbanizou-se, gerou novas classes e grupos sociais, novas demandas, valores, criando outras formas de organização e representação coletiva. A estrutura social nesse contexto, manteve considerável massa da população excluída.

A educação pública, desde 1854, reconhecida como fator importante de desenvolvimento da nação e progresso do povo, limitou-se a planos e discursos. O Regulamento da Instrução Primária estabelecida, entre outras medidas, a obrigatoriedade do ensino primário de primeiro grau para os indivíduos livres entre sete e quatorze anos, sob pena de multas de 20 a 100 réis aos pais ou responsáveis que descumprissem tal determinação. Com isso, expressava-se o reconhecimento legal, por parte do Estado Imperial, da necessidade de instruir essa parcela da população. Deve-se acrescentar a instrução primária considerada como a mais adequada à classe popular, preparando-a para a aquisição futura de uma instrução profissional.

Não se deve esquecer ter nossa primeira Constituição declarado ser a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Em 1891, a República determina, nos seus preceitos constitucionais, que seria leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. (Tura, 2001)

Ou seja: no Império, estava clara a importância por ele dada à instrução. Ela mesmo é, desde cedo, preceito constitucional e devida a todos como se viu acima e, paradoxalmente, recebe a República uma herança de 75% de analfabetos. O novo regime, também, não se empenhou para desenhar novo cenário. Sua Constituição atrela os direitos políticos ao domínio da alfabetização e o Censo mostra um declínio lento dessa situação, a ponto de o analfabetismo, diagnosticado há um século, ainda alcançar nossos dias.

Pelo exposto, havia clareza no papel transformador da educação: o saber gera poder e aí consistiu e consiste o cerne da questão. Assim, Faoro (1988) considera a Constituição de 1824, apenas, como um símbolo de esperanças lisonjeiras e acrescenta que a ação política havia de exercer-se através da ditadura dos homens mais aptos ou que reunissem, em virtude do equilíbrio de forças ocasionais, uma soma de prestígio predominante.

Com a República, cria-se o Supremo Tribunal Federal com a incumbência de preservar as leis. Rui Barbosa justifica-o como meio de preservação das liberdades individuais, impedindo-a de ser diminuída ou pela força ou pela própria lei.

Apesar de ser preceito constitucional o direito à liberdade, os humildes habitantes do Rio de Janeiro, sob pretexto da higienização, tiveram suas casas derrubadas, seus negócios arrasados (os quiosques). Por fim, logo após a Abolição, todos os que fossem encontrados no centro da cidade, inclusive crianças, seriam

enquadrados na lei da vadiagem de Ferreira Viana e os apanhados, remetidos a prisões ou asilos. Liberdade? Que liberdade? Para quem a liberdade?

Conforme explica Telles (1999, p.8):

"A solução do problema de privação de direitos, tragédia social brasileira, consiste nas possibilidades de a cidadania se enraizar nas práticas sociais como parâmetro a reger as relações sociais, como regra de civilidade e medida das reciprocidades que se espera na vida em sociedade. É nela que buscaremos as linhas de força que prometem outros futuros possíveis."

As Constituições brasileiras deixam claro que a cidadania, ao atrelar posição econômica ou cultural ao exercício de direitos públicos, demonstra conceder direitos jurídicos e sociais bem restritos. Não há cidadania unificadora, e sim várias cidadanias, sinalizando diferentes possibilidades de acesso ao poder e ao patrimônio comum construído pelo desenvolvimento, pondera Valle (1997, p.20) que, continua a refletir:

"Estranhos os caminhos da cidadania brasileira: Caminhos que, ao contrário das experiências clássicas conhecidas, bloqueiam os efeitos igualitários que, em princípio, as leis e os direitos deveriam produzir."

Trata-se, enfim, de uma cidadania que exclui as maiorias e se torna uma prerrogativa do proprietário-cidadão.

São, aí, legitimados certos valores dominantes e estabelecem-se critérios definidores de uma cultura comum: a língua, a raça, os costumes, a religião. Sendo a nação sempre comum, acaba sempre por ser, também, o fundamento de privilégios de antigüidade ou de autenticidade entre seus filhos: entre eles haverá os herdeiros legítimos e aqueles que, por sua origem, deverão para sempre constituir-se em bastardos, define Valle. (p.20)

É, no exercício da atividade política, que se dão a igualdade e a cidadania. A partir desta, é que a ação coletiva de construção da sociedade ocorre, sendo ela que caracteriza o que se entende por ser cidadão.

Carvalho (2003), analisando o significado do Império, parte de uma observação de Euclides da Cunha de ser o Brasil o único exemplo de país criado a partir de uma teoria política. O problema central foi definir, após a Independência, a cidadania, isto é, quem participava e como do novo sistema político, usando para isso legislações tomadas de outros países com modelos disponíveis mais

organizados e daí a fragilidade e a inoperância já notadas por Faoro na Constituição Imperial.

Carvalho sintetiza seu pensamento sobre o Império, tomando argumentos de Ferreira Viana, na Conferência dos Divinos, escrita em 1867, onde se lê: o governo de D. Pedro II não passou de uma representação teatral, tendo apenas fingido governar um povo livre.

Carvalho cita outra crítica de Ferreira Viana que diz: "O Parlamento é espectro, sombra de outra sombra, porque não há país constituinte e nem país constituído". Continua esse historiador ponderando:

"[...]se tratava de um regime com marcados traços teatrais, pode-se perguntar que gênero de teatro se fazia. Ferreira Viana falava de comédia, de farsa e chegou a chamar o Imperador de César caricato." (p.419)

O Império terminou, comenta Carvalho, com um monumental baile da Ilha Fiscal. "O povo, naturalmente, estava fora do baile, como estivera fora da Independência e estaria fora da Proclamação da República". (2003, p.422)

Outro estudioso, agora da Educação no Império, Primitivo Moacyr (1939, p.667), na sua obra A Instrução e o Império, assim se refere ao ano de 1889:

"A Fala do Trono recomenda às Câmaras Legislativas a criação de duas Universidades, uma ao Norte e outra, ao Sul, servindo de pólos de desenvolvimento, além de Faculdades de Ciências e Letras apropriadas às Províncias e articuladas com a instrução primária e secundária."

Acresce esse autor: "O Ministro do Império no começo de 1889 era o Conselheiro Ferreira Viana que deixou no Parlamento, além da fama de grande orador, fama de humorista".

Nas falas dos políticos, quer no Parlamento, ou mesmo nos artigos de jornais ou nas diversas conferências, proclama-se o desejo de implantar a liberdade e fraternidade, também tornadas cláusulas de nossas Constituições. A verdade, no entanto, é que, ao assim se pronunciarem, refletiam como num espelho, a própria causa. A definição de Rui Barbosa, referindo-se a uma pátria coletiva, abrangendo a todos, foi apenas efeito de retórica.

Não se pode esquecer que a classe dominante tomou, em 1850, uma medida pondo um cabresto no povo brasileiro e cujos efeitos, até hoje, são sentidos: a Lei

das Terras. O nosso imenso território foi, ferreamente, posto sob controle dos donos do poder e seus áulicos quer nacionais ou estrangeiros e, ao invés, de criar trabalho e através dele gerar riquezas para todos, ele constitui-se a razão da miséria de muitos. Tal sistema fez com que o poeta João Cabral de Mello, na peça *Morte e Vida Severina*, assim se pronunciasse:

*“[...] é a parte que te cabe
deste latifúndio*

*- Não é cova grande
é uma cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.”*

Nicola (1998, p.298)

A pobreza, no Brasil, não pode ser considerada a partir de aspectos quantitativos e, sim, a partir de reações sociais, provocadas por fatos específicos. Ela é, conforme Sawaia (2002, p.69): “construída, socialmente e relativamente, seu sentido é atribuído pelo conjunto da sociedade”.

A rua e o espaço urbano foram sendo paulatinamente regulados e vigiados.

No início do século XIX, era, no domínio público da rua, que transcorriam os eventos apreciados pela população: procissões, festas religiosas, festas populares.

O homem moderno, porém, caracterizou-se pelo afastamento desse homem público. Os eventos passaram a ocorrer em espaços reservados e esse procedimento limitou-se às classes mais abastadas.

As camadas populares, depois afastadas do centro da cidade, continuarão com suas práticas, embora vigiadas pela Polícia, como “classes perigosas”, sendo submetidas às leis, como a votada por Ferreira Viana, a qual considerava vadiagem a permanência nas ruas.

Linhares considera ter havido, na passagem do Império para República, a manutenção de “certos traços estruturais na política brasileira”. (p.196) No campo, permaneceu o poderio dos grandes proprietários, agora coronéis da República e, ainda, persistiu, socialmente, uma ordem política excludente, alijando a participação das camadas populares.

Na "República dos Conselheiros", nada se formulou para atender às necessidades das classes populares. Ao contrário, entre 1902 e 1906, o Prefeito Pereira Passos, com sua reforma urbana, acabou com as habitações consideradas anti-sanitárias. Em nenhum momento, tomaram-se medidas em busca de soluções para esse problema, apesar de haver um projeto do engenheiro Everardo Backheuser nesse sentido.

Os próprios desalojados subiram os morros e, ali, reproduziram as habitações nas mesmas condições precárias anteriores. Nascia a Favela.

Aliás, desde o governo de Floriano Peixoto, a família das crianças abrigadas na Casa de São José era obrigada a declarar seu endereço e vemos, então, no Registro: Morro da Providência.

A sociedade capitalista nasce com os excluídos. É sua máxima respeitar o mercado, desenraizando e brutalizando a todos. Essa é sua regra estruturalizante, para depois incluir os diversos segmentos das classes populares, segundo sua própria lógica. (Sawaia, 2002, p.40)

As variações ocorrem, historicamente, na forma como as crianças dos segmentos populares são vistas e representadas, bem como nas justificativas ideológicas construídas para explicar sua existência. A lógica, no entanto, que articula as diferentes falas nos diferentes tempos da história, parece ser coincidente. Mais ou menos autoritárias, elitistas ou preconceituosas, dependendo das necessidades impostas socialmente:

"[...]são sempre consensuais quanto à exigência de moralizá-las e cerceá-las do convívio social. O seu uso no processo produtivo é o fim visado, cujo sentido e significado também mudam historicamente com o avanço das relações sociais capitalistas e a expansão da indústria." (Moraes, 2000, p.81)

A história da Casa de São José pode ser enquadrada nessa imagem de crianças emudecidas, diante da organização imposta à sociedade do Rio de Janeiro, para atender aos interesses de um pequeno grupo das classes dominantes.

A organização das famílias pobres merece, aqui, algumas considerações. Observa-se, nos registros escolares, que a maioria das crianças tinha como responsável apenas a mãe, situação ainda vigente. O desvio do modelo de família tradicional deve ser olhado nas perspectivas históricas concretas de um país que conheceu a escravidão e onde a família escrava foi descuidada.

Acresce a esse fato a existência de numerosos órfãos, dada a alta mortalidade devido às condições sanitárias desfavoráveis na cidade do Rio de Janeiro.

Tozoni-Reis (2003, p.107-108) chama, também, a atenção do significado do trabalho que deve a escola incorporar e divulgar. É dela a opinião:

"[...] se, por um lado à sociedade brasileira e ao Estado em particular cabe o papel de erradicar a exploração do trabalho das crianças pobres, por outro lado, o trabalho, em seu conceito filosófico, é articulador das relações sociais, portanto, tem de ser incorporado pela escola, inclusive nos conteúdos de ensino. O trabalho como princípio educativo ultrapassa a idéia ideologizada do trabalho como atividade econômica ou mecanismo de ascensão social, mas diz respeito à atividade humana vital, essencial: o trabalho como ação dos sujeitos no meio natural e social que humaniza ou aliena, que constrói ou destrói a plenitude humana."

A Casa de São José, desde sua fundação, fala em suas ações pedagógicas no desenvolvimento de habilitações profissionais. No entanto, é preciso lembrar que, abrigando meninos de seis a doze anos, apenas habilitava-os em algumas práticas, como: cartonagem escolar, trabalho em madeira, geometria aplicada ao trabalho manual e desenho linear, para mais tarde, em outros estabelecimentos, iniciarem a aprendizagem de algum ofício.

Conforme o movimento de matrículas, atendia apenas a um pequeno número de crianças desvalidas ou pobres, ao longo de sua existência.

De qualquer modo, era uma escola interna, com os asilados privados da liberdade. A obra de Raul Pompéia, *O Ateneu*, que se considera autobiografia, mostra os problemas enfrentados pelos alunos ali matriculados. Ferreira Viana tinha grande preocupação em proporcionar distrações para os abrigados, evitando que os pequenos, privados também de seus familiares, ficassem deprimidos. Nas reformas, é sempre citado o pátio para a recreação e, inclusive, o coberto para os dias de chuva. Mais tarde, chega-se a adquirir um terreno onde se instala um campo de futebol.

Não há documento da Direção da casa de São José, relatando às autoridades queixas quanto à indisciplina. Ao contrário, é comovente um Relatório anônimo onde há referência ao destino dos "pequeninos da Casa de São José". Segundo se lê, tal qual pai orgulhoso, esse documento menciona já terem passado pela instituição

mais de mil crianças e cita: uns são funcionários, outros foram para o comércio, para as oficinas ou mesmo estão nas Forças Armadas e termina: um deles cursa a Escola de Realengo e, breve, tornar-se-á oficial do nosso Exército.

A ação construtora de muitos permitiu à Casa de São José atravessar os tempos. A Escola foi-se modificando e adaptando-se às novas realidades. Novos governos, novas denominações e até novos projetos pedagógicos. Comum em todas as épocas, a preocupação em preparar mão-de-obra para as indústrias brasileiras.

Predominou, portanto, na Casa de São José, o ideal de bem-servir.

Aflui da documentação a sensação de funcionar essa instituição num ambiente de harmonia, cada um desempenhando bem sua tarefa, desde as cozinheiras, lavadeiras, ecônomas, até médicos, dentistas, professores, diretores, enfim, todos.

Ela é bem um exemplo do que, conforme ensina Sawaia:

"[...]os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes a todos." (2002, p.116)

A Escola não fabrica futuros cidadãos. Ela constrói uma sociedade do presente, através de procedimentos pedagógicos que permitem concretizá-los. Neste sentido, não se limita a discutir direitos e deveres, pois cidadania é, antes de mais nada, uma prática. Ela é a prática específica de indivíduos reunidos numa coletividade e que escolheram valores democráticos, como igualdade, justiça e deliberação como ideologias condutoras de suas vidas. Mas, a concretização, no cotidiano, desses princípios é conquista, não se dá automaticamente. As comunidades escolares têm que reivindicar junto às autoridades sua implantação, no sentido de redimir as discriminações quer raciais, quer de gênero ou de culpa... E é a Escola Pública a agência por excelência onde esse processo se efetiva.

"A ordem capitalista vigente cria uma lógica, uma dinâmica de vida que se afirma como natural, definitiva e eterna. Educar é o contrário disso: é edificação assentada nos pilares da originalidade, da cooperação e erguida no cimento da solidariedade. O conhecimento que não é compartilhado é vazio." (GENTILLI; ALENCAR, 2001, p.103)

Antônio Ferreira Viana, ao fundar a Casa de São José, hoje longitudinal, faz pensar, pesar e reconhecer: escola é sempre solução e, daí, a parcimônia com que

a classe dominante tem posto a Educação a serviço da redenção da cidadania das populações carentes.

Dayrell (1996, p. 142) ensina que: "Educação (...) é processo de produção de homens". Esse princípio deve ser entendido pela Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, como o maior legado da Casa de São José, a causa da cidadania da infância pobre do Rio de Janeiro.

Na elaboração desse estudo sobre a Casa de São José, tornou-se necessário, portanto, conciliar a trajetória dessa instituição com os acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, então Capital do Brasil, bem como, com os da esfera nacional. Todos eles afetavam os rumos e funcionamento desse estabelecimento, pois, conforme afirma Tura, baseada em Durkheim, "para se compreender o funcionamento de uma instituição social, é necessário estudá-la em seu desenvolvimento histórico". (2001, p.35).

A extrema fragilidade da sociedade brasileira, marcada pela escravidão, será responsável pela desigualdade e injustiça a que eram submetidas as classes populares, nunca dimensionadas no âmbito de possibilidades de acesso a uma plena cidadania.

Durante muito tempo, a memória da Casa de São José foi esquecida. E o que se escondia?

Ferreira Viana, com essa iniciativa, revelou justamente um modo de romper essa situação deletéria, daí, ter essa instituição sido silenciada pelo tempo.

Ficou demonstrado, através de informação dos arquivos, que crianças oriundas "das classes perigosas", quando abrigadas, alimentadas e educadas, de acordo com seus talentos, poderiam se tornar cidadãos úteis, como trabalhadores, à sociedade.

A figura do pobre necessitado, estigmatizado pelo fracasso por não saber superar os azares da vida, seria falsa.

Sabemos que a classe dominante sempre cuidou dos seus filhos, inclusive com educação superior, preparando-os para assumir, potencialmente, o poder político ou administrativo do país.

A Casa de São José foi o símbolo da possibilidade de êxito das classes populares, quando lhes fossem dadas oportunidades, e foi isso o que se quis ocultar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Targéha de Souza. Retratos vivos do cotidiano escolar. Cascavel: Assoeste. Edit. Educativa, 1991.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Instrução pública no Brasil (1500-1889) 2.ed.rev. São Paulo: EDUC, 2000.

ARENDT, Hannah Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. O que é política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BAZILIO, Luiz Cavalieri (org). Infância tutelada e educação. Rio de Janeiro: Ravel, 1998

BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. Poésie et revolution. Paris: Denoel, 1955.

BOAS, Sérgio Vilas. Biografias e biógrafos: jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Escritos de educação. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BOSCHI, Renato R. (org). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Edit., 1991

BRANDÃO, Paulo José Pires. Centenário do nascimento do Conselheiro Antonio Ferreira Viana. Rio de Janeiro: Tip. São Benedito, 1933. (edição particular)

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARONE, Edgard. O centro industrial do Rio de Janeiro (1827-1977). Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem / teatro de sombras. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: Dayrell, Juarez (org) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p.136-161.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. Indústria, trabalho e cotidiano. 2.ed. São Paulo: Atual, 1991.

FAORO, Raymundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. 3.ed. Rio de Janeiro: Globo. 1988.

_____. Os donos do poder. V.2, 6.ed. Porto Alegre: Globo, 1985.

FAUSTO, Boris. O Brasil Republicano. 4.ed. São Paulo: Difel. 1985.

FERREIRA, Antonio C. No fio da navalha: classes populares da República sob os olhos dos historiadores. São Paulo: Revista História. v.8, 1989, p.1-8.

FERREIRA, Lucia M. A ; ORRICO, Evelyn G. D. (org). Linguagem, identidade e memória social. Rio de Janeiro DP & A, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. Educar na esperança em termos de desencanto. Petrópolis, Vozes, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, Angela de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro, Fundação

Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org). Educação e cultura: pensando em cidadania. Rio de Janeiro, Quartet, 1999.

GONÇALVES, Vera Teresa Valdemarin. O liberalismo Demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 1994. 190p. (Tese de Doutorado)

GONDRA, José G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: p.99-117, v.26, n.1. jan./jun. 2000.

HOBBSBAWN, Eric J. A era do capital: 1848-1875. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JACQUES, Lana Maria da Silva. A intendência de polícia: poder público e vida cotidiana no Rio de Janeiro de início do século XIX. Niterói: 2001. 98p. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense).

JOÃO DO RIO. (1881-1921) A alma encantadora das ruas. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc., 1991.

KESSEL, Carlos. A vitrine e o espelho, o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Dep. Geral de Doc., 2001.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. História e memória. São Paulo: UNICAMP, 1998.

LEITE, Ligia Costa. Meninos de rua: a infância excluída no Brasil. São Paulo: Atual Editora, 2001.

_____. A razão dos invencíveis: meninos de rua, o rompimento da ordem (1554-1994). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. 16.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LINHARES, Maria Yedda (org.) História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Lima Barreto: um pensador social na Primeira República. Goiânia: UFG, 2002.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação. 2.ed. São Paulo: Cortez Edit., 1989.

MARTINEZ, Alessandra F. Educar e instruir: a instrução pública na Corte Imperial (1870/1889). Niterói: Departamento de História da UFF, 1998, 167. 167p. (Dissertação de Mestrado)

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. O método nas ciências naturais e sociais. 2.ed. São Paulo: Pioneiras, 2001.

MINO, Carta. Retrato do Brasil, v.I, São Paulo: Edit. Três / Política Editora, 1973. p.15.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. Educação e pesquisa. São Paulo: n.15, set/out/nov/dez, 2000.

MORAES, José Geraldo V. de. Cidade e cultura urbana na Primeira República. São Paulo: Atual Edit., 1994.

NASSAR, Sérgio Pessoa. O professor ator ou o jogo da educação na relação professor-aluno. Rio de Janeiro: Diadorim ABESA, 1994.

NEVES, Margarida de Souza & HEIZER, Alda. A ordem é o progresso. 2.ed. São Paulo: Atual Edit., 1991.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PECHMAN, Roberto Moses. Cidades estreitamente vigiadas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. O imaginário da cidade. 2.ed. Porto Alegre: FRGS, 2002.

PETITAT, André. Produção da Escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, p.141-149, 1994.

POMPÉIA, Raul. O Ateneu. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

PRIORE, Mary del. História das crianças no Brasil. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RENAULT, Delso. O dia-a-dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais 1870/1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RESENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

RIZZINI, Irene. A criança e a lei no Brasil. Rio de Janeiro: USU, 2000.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro; 1886-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1995.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAVIANI, Demerval. Educação do senso comum à consciência filosófica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1982.

SAWAIA, Bader (org). As artimanhas da exclusão. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. A "infância desamparada" no Asilo Agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886). Educação e Pesquisa. São Paulo: v.26, nº1, p.119-133, jan/jun, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio. São Paulo: UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Ferreira Viana. Rio de Janeiro: DASP, 1956.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de (org). O legado educacional do século XIX. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de C. Infância, escola e pobreza. São Paulo: Autores Associados, 2002.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. O direito à educação no Brasil: antecedentes e reflexões. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: v.17, nº1, p. 27-44, jan/jun, 2001.

_____. (org) Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de, VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de (org). O legado educacional do século XIX. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS, v.15, nº44, p.5-23, 2000.

VALLE, Lillian do. A escola e a nação. São Paulo: Letra & Letras, 1997.

_____. A escola imaginária. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

VAZ, Franco. A infância abandonada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e história: uma conexão radical. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). O currículo nos limiares do contemporâneo. 3.ed. Rio de Janeiro: DP & A, p.93-104, 2001.

VELLOSO, Monica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIANA, Adriana de Resende B. O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910/1912. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FONTES PRIMÁRIAS

JORGE, Carlos Augusto de Araújo. Malabarismo das ruas, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 19/02/2002.

_____. A diversidade nas ruas, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06/01/2002.

Acervo Documental da Casa de São José.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

- 1- Ata de inauguração da Casa de São José, 09/08/1888.....
- 2- Imagem de São José encontrada nesse estabelecimento.....
- 3- Meninos vivendo nas ruas do Rio de Janeiro no início do Século XX.....
- 4- Livro de Matrícula.....
- 5- Página do Livro de Matrícula.....
- 6- Trecho de um Relatório anônimo datado de 07/07/1904 e respectiva transcrição.....
- 7 - Prédio para onde foi a Casa de São José transferida a 01/03/1896, situado na Rua Duque de Saxe (atual General Canabarro).....
- 8- Livro de Visitas assinado por D. Pedro II.....
- 9 – Retrato de Ferreira Viana.....
- 10 – Poesia apresentada na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, para o XII Concurso de Poesias, Contos e Crônicas, promovido pelo setor de Biblioteca, em 20/10/2003 (Dia do Poeta).....

**QUADROS DE INFORMAÇÕES CONTIDAS
NO LIVRO DE REGISTRO**

1 – Filiação

Filiação	Nome Completo	Só prenome	Completo	Só Mãe	Só Pai	Pai e Mãe	Sem/Reg. De Filiação
1888	105	08	-	-	-	-	s/r
1889	49	13	02	01	-	03	48
1890	42	-	05	06	-	03	02
1891	50	-	03	21	-	04	03
1892	15	26	18	16	-	02	02
1898	28	-	11	09	-	-	06
1899	42	-	21	09	01	09	-
1900	130	-	66	36	-	10	-
1902	112	-	43	14	-	11	10 (4 pais ignorados)
1903	118	-	39	28	01	07	06
1904	07	-	01	03	01	01	-
1905	61	-	21	14	04	03	02
1907	65	-	12	07	-	22	-
Total	824	47	242	163	07	76	77

2 – Etnia

Cor	Branco	Pardo	Negro
1888	17	23	25
1889	30	22	10
1890	21	13	07
1891	19	24	07
1892	15	22	01
1899	11	24	07
1898	12	11	02
1900	43	77	09
1902	53	46	09
1903	55	52	09
1904	07	-	Admissão só com autorização do Prefeito
1905	45	12	02
1907	41	17	03
Total	369	343	91

3 - Origem

Origem	Indicação FV	Asilo de Mendicidade	Chefe de Polícia	Irmã Superlora	Ministro Aristides Lobo	Pedido de Família	Prefeito	Juiz de Órfão	Ministro do Império	Decretos	Pedidos de Terceiros
1888	49	64	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1889	22	17	-	04	-	03	-	08	06	-	-
1890	-	-	03	01	01	08	-	23	02	02	02
1891	-	-	01	-	-	35	-	-	-	-	11
1892	-	-	-	-	-	26	-	-	01	-	14
1899	-	-	-	-	-	28	-	-	-	-	11
1898	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	08
1900	-	-	-	-	-	87	-	-	-	-	36
1900	-	-	-	-	-	62	03	-	-	-	38
1902	-	-	-	-	-	78	04	-	-	-	35
1903	-	-	-	-	-	08	-	-	-	-	01
1904	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	22
1906	-	-	-	-	-	292	-	-	-	-	32
1907	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	71	81	04	05	01	684	09	31	09	02	208

Observação: Funcionou como entidade particular de 1888 a 1889.
Em 1890, tornou-se Escola Pública.

4 - Cronológica

Idade	06 anos ou menos	06 anos	07 anos	08 anos	09 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos ou mais	Sem Registro
1888	05 02 anos e meio = 01 03 anos = 01	06	12	06	11	11	10	44	07	02
1889	01 02 anos = 01 03 anos = 01 04 anos = 01	06	12	07	10	10	06	03	01	-
1890	03 03 anos = 01	04	06	09	07	06	03	03	01	-
1891	-	06	07	12	09	08	08	-	-	-
1892	-	04	02	08	09	10	06	-	-	-
1898	-	02	03	03	07	02	09	-	-	04
1899	-	03	05	05	32	06	11	01	-	01
1900	-	10	15	13	29	28	28	01	-	03
1902	-	03	10	17	27	23	14	09	1/14 anos	-
1903	-	01	08	19	01	38	14	04	1/14 anos	06
1904	-	02	01	-	16	02	-	-	-	01
1906	-	01	04	16	16	13	07	01	01	03
1907	-	-	07	14	-	19	07	-	10	02
Total		48	92	126	185	176	122	22	13	22

5 – Nacionalidade e Naturalidade

Naturalidade	DF	RJ	SP	MG	ES	BA	SE	PI	CE	PE	PN	SC	RS	MT	S/reg.
1888	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113
1889	02	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56
1890	21	01	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	19
1891	10	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
1892	24	03	01	01	-	01	-	-	-	-	01	01	01	-	05
1898	21	05	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1899	32	05	-	01	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
1900	85	13	-	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-
1902	82	16	02	04	01	02	-	-	-	01	-	-	01	01	-
1903	72	34	01	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06
1904	06	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1905	33	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1907	45	10	-	04	01	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-
Total	433	101	06	14	02	03	01	01	02	02	02	01	02	01	230

Nacionalidade	Brasileiros	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Franceses	Outras
1888	111	01	01	-	-	-
1889	67	01	01	01	-	-
1900	-	01	01	01	-	-
1902	-	01	-	-	01	-
1905	-	-	-	-	-	02

HISTÓRIA ORAL

ENTREVISTA

Eu, Vilma Alves Machado, entrevisto, hoje, 20/11/2002, às quinze horas, a Sra. Maria José Pires Brandão, trineta do Conselheiro Antonio Ferreira Viana, fundador da Casa de São José, a 09/08/1888, e cuja história será o tema da dissertação de Mestrado.

Busco encontrar, nas lembranças guardadas pela família do ilustre homem público, informações que esclareçam o seu empenho em fundar escolas públicas no Rio de Janeiro e, em especial, a Casa de São José, destinada a abrigar crianças desvalidas, e, mais ainda, ministrar-lhe ensino técnico.

Indagações:

- 1) Sra. Maria José, sua identificação e relação com o homem público Ferreira Viana;
- 2) Quais as principais recordações da ação do homem público Ferreira Viana, guardadas pela família?
- 3) Por que a opção pelas crianças: "trata de caridade, de agasalhar e acariciar essas crianças..." (discurso na Câmara dos Deputados, 1888) comprovadas por:
 - a) Empreendimentos concretizados como administrador (escolas, asilos);
 - b) Fundação da Associação Protetora das Crianças Pobres.
- 4) Ferreira Viana, ao defender o ensino técnico, estava ligado a projetos, visando à industrialização do Brasil, como os provenientes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional?
- 5) A inauguração da Casa de São José, com presença da Princesa Regente D.Isabel e a visita (duas vezes) do Imperador D.Pedro II, bem como a visita da Princesa Isabel, por ocasião do Natal, teria algum compromisso e propósito de Ferreira Viana em divulgar e popularizar tal instituição, num provável Terceiro Império, apesar das conhecidas desavenças com o Imperador, pela questão dos Bispos?
- 6) Nas biografias, constam idas constantes de Ferreira Viana à Casa de São José, proporcionando distrações para o melhoramento moral das crianças, as quais devem ser preservadas da tristeza...
 - 6.1) Não constam dos documentos essas visitas? Há registro dessa ocorrência, na família?

6.2) Como explicar, em Ferreira Viana, essa preocupação integral com a criança? Era citado como filósofo... Há referências de suas leituras, nesse sentido?

7) Razão da direção ter sido entregue a irmãs da Ordem de São Vicente de Paulo e da nomeação de seu genro, José Pires Brandão, pelo próprio Imperador, para diretor-comissário do governo na Casa de São José.

8) Coube a Ferreira Viana a elaboração do projeto contra a vadiagem, atingindo inclusive as crianças de rua. Há alguma referência às razões de tal projeto?

9) Na relação de doadores aos Asilos, há menções especiais, por exemplo a:

a) Jornais O País, Diário de Notícias, Jornal do Comércio;

b) Clubes: Democráticos, Fenianos, Boêmios;

c) Filipe Nery Pinheiro;

d) Freguesia da Glória, Candelária;

10) Em 1916, Rivadávia Correa, em homenagem a Ferreira Viana, muda a denominação da Casa de São José para Instituto Ferreira Viana. Houve, então, alguma solenidade e dela participou a família?

11) Ferreira Viana costumava viajar à Europa?

12) A família de Ferreira Viana manteve, sempre, contato com essa instituição? Consta a visita de 09/08/1938 de Paulo José Pires Brandão, Maria da Glória Ferreira Viana de Queiros Mattoso, Maria José Pires Brandão Santos, Alda Henly Pires Brandão, Paula Pires Brandão Simões.

ENTREVISTA

Foi entrevistada a Sra. Maria José Pires Brandão Simões, natural do Rio de Janeiro, nascida em 18/04/1940, trineta de Ferreira Viana, residente na Praia do Flamengo, 60, dando-nos o depoimento abaixo:

"Ferreira Viana, não o conheci, pois não tenho idade para isso, mas meu avô, Paulo José Pires Brandão, neto querido de Ferreira Viana, criado por ele, transmitiu-nos o amor pelo seu avô, nosso bisavô, e o cultivo dessa lembrança. Sou trineta de Ferreira Viana.

Toda a vida ouvi referências a Ferreira Viana da boca de meu avô, Paulo José Pires Brandão... Aqui tenho um livro que passo às suas mãos, com relação ao Centenário de Ferreira Viana, com todas as homenagens, artigos, discursos de todas as entidades públicas sobre o que foi feito em homenagem a ele. Nesse livro, há todas as relações de tudo o que ele fez, como um precursor para a época. Foi um homem de grande visão, que já falava em reforma tributária e eleições diretas. Temos documentos, cartas, inclusive de barões e viscondes, pedindo votos para eleições diretas.

Ele era de formação católica e muito se preocupava com o próximo e a educação dos menores. O futuro do Brasil dependia, segundo ele, da formação dessas crianças. Ele defendia que se devia dar às mesmas uma boa formação, inclusive a religiosa, com o que ele se interessava muito... Tanto que procurou uma irmã de caridade para tomar conta da Casa de São José, a fim de dar uma formação religiosa e cultural a essas crianças. Elas não tinham somente aulas de ofício técnico, como também de português, Matemática, História... e sua grande preocupação era com a formação dessa geração carente...

Eu não sei... Ele era um homem bastante culto e viajado e muito bem relacionado no exterior, tanto que ele era recebido pelos intelectuais da época. Foi até hospedado por reis e meu avô ia junto. Hoje, nossos políticos vão buscar idéias lá fora, ele deveria fazer isso também. Eu não tenho documentos que comprovem essas viagens, mas sei as casas que freqüentava, as pessoas com que ele conversava e, com certeza, ele trouxe muitas idéias de lá, também.

Não acredito, não. O Imperador era um homem muito curioso... Não era o imperador dos trópicos. Ele era um imperador europeu... Basta dizer que, na Escola Pedro II, ele fazia questão de comparecer, nos dias de prova, de exame... porque as provas eram orais... Ele participava da banca, porque fazia questão de assistir aos exames e ajudar nas notas, na seleção. Ele admirava muito o projeto de Ferreira Viana em dar cultura a essas crianças carentes, ele lá ia, também, para acrescentar mais cultura, ainda porque ele conversava, contava casos.

Dava verdadeiras aulas às crianças e, sobre isso, existem documentos.

O pensamento dele era muito filosófico. Você vai ter oportunidade de ler tudo isso no livro do Centenário.

José Pires Brandão, genro de Ferreira Viana, era um grande jurisconsulto, um grande advogado e foi, inclusive, Presidente da Caixa Econômica. Ele deve ter sido posto ali, não só pela parte jurídica, como também pela ajuda financeira...

O cargo de José Pires Brandão era exercido, sem remuneração (informo como entrevistadora).

Como Ferreira Viana, na qualidade de intendente do Estado-Neutro do Rio de Janeiro, exercia um cargo também não remunerado.

E a presença das irmãs? (indago, como entrevistadora)

Ferreira Viana achava que as irmãs de caridade eram umas abnegadas e que não visavam ao dinheiro, porque elas trabalhavam sem remuneração.

São Vicente de Paulo era um ordem de caridade que, também, trabalhava e as irmãs eram responsáveis pela Santa Casa de Misericórdia...

Quando era Presidente da Ilustríssima Câmara, ele elaborou a lei de repressão, preocupado com os desocupados, pedintes que infestavam a cidade. Também a Abolição, acabando com a escravidão, fez aumentar os que não tinham aonde ir e ficavam pelas ruas".

A entrevistadora pede para repetir a informação quanto à opinião de Ferreira Viana sobre a Lei Áurea:

"Ele achava que era muito precipitada e tinha-se que esperar um pouco. Não podia ser feita de "supetão", como foi feita, por achar um problema muito complicado o que fazer com os escravos após 'a libertação... Então, era necessário

que se passasse por vários processos para que cada um obtivesse uma ocupação remunerada e tivesse onde morar. A eles, simplesmente, foi dada a liberdade e patrões, que não estavam habituados a remunerar seus escravos, não iam querer continuar com essa gente toda, tendo que remunerar...

Ele dirigiu o Correio Mercantil e o Diário do Rio, este como proprietário.

Quanto aos Clubes, existiam vários outros de Música, como havia, na Glória, o Clube Bethoven, em que eles se reuniam para concertos e verdadeiros saraus, como se usava na época e onde, também, faziam-se reuniões para a Abolição da escravidão.

Não sei quem foi Felipe Nery Pinheiro.

Ele (Ferreira Viana) fazia parte da Congregação da Candelária. No segundo andar da Igreja, há uma galeria com retratos de pessoas importantes e, lá, existe um quadro belíssimo de Ferreira Viana.

Existia, aqui (Rio de Janeiro), o Asilo São Sebastião, que era um leprosário. Antes, os leprosos eram colocados nesse asilo, Hospital São Sebastião e fechavam-se os porões. Eles não saíam mais e não entrava ninguém... A comida era colocada por uma portinhola.

Ferreira Viana, ao assumir o cargo de Presidente da Ilustríssima Câmara e Intendente da Cidade do Rio de Janeiro, mandou abrir as portas do leprosário. Pôs médicos para cuidar dos infelizes e o grande pintor Thomaz Grindell, grande amigo de Ferreira Viana, ficou impressionado quando viu o mesmo entrar e os leprosos ficaram em volta dele. Ferreira Viana fez, até, um lema para colocar em cima dessa instituição: 'Não me julgue pelo que aparento ser'.

Grindell ficou tão impressionado com essa cena que, assim, retratou Ferreira Viana. Eu passei anos procurando esse quadro. Fui inclusive a esse Hospital São Sebastião, procurando e ninguém soube explicar. Nunca alguém tinha visto esse quadro e continuei procurando, procurando... Um dia, fui a uma missa de sétimo dia na Candelária e qual é a minha surpresa? Esse quadro está na Sacristia, retratando o dia em que se abriram as portas do Leprosário São Sebastião.

Não sei: Paulo José, meu avô, talvez tenha ido.

Acho que Paulo José Pires Brandão preocupava-se com essas coisas. Ele era um homem que se interessava com a memória de Ferreira Viana, inclusive, em casa, tinha um Museu de Ferreira Viana, com várias coisas: canetas,

documentos, quadros e, quando morreu, determinou, em testamento, que fosse esse acervo doado para o Museu Histórico.

No tempo de Café Filho, o Diretor do Museu era Gustavo Barroso, mas as coisas eram feitas levemente na época, ninguém se preocupava em documentar nada. Então, mamãe doou muitos objetos "de boca" ao Gustavo Barroso, muito amigo da família. Foi tudo dado de boca e, em troca, um cartãozinho agradecendo as doações... Inclusive, foi dada ao Museu, também, uma coroa de louros de ouro que o comércio do Rio de Janeiro ofereceu ao Ferreira Viana e o Pelé, quando fez o milésimo gol, recebeu, de presente, essa coroa...

Não se sabe como essa coroa de ouro chegou às mãos de Pelé, porque ela tinha sido doada ao Museu Histórico.

A Sra. Maria José Pires Brandão já havia esclarecido que Paulo José Pires Brandão, seu avô, era o neto criado por Ferreira Viana e que, sempre, o acompanhou. Maria José Pires Brandão Santos, era outra neta de Ferreira Viana; Alda Henly Pires Brandão, esposa de Paulo José e minha avó; Paula Pires Brandão Simões, filha de Paulo José."

Entrevistadora: Você tem mais algumas informações?

"Gostaria muito de dizer o que Ferreira Viana fez, no tempo em que foi administrador da Municipalidade, aos 35 anos de idade, entre os anos de 1870/1873. Recebia os recursos, com uma receita de 800 a 900 contos de réis. Ele fundou escolas municipais, procedeu a instalação definitiva da Escola São Sebastião na Praça Onze e a de São José, que era no Largo da Mãe do Bispo. Nos três anos de sua gestão como Presidente da Câmara Municipal, estudou todas as fontes da receita, revendo tabelas de impostos e procedendo a proveitosas indagações sobre as origens do patrimônio municipal das sesmarias coloniais e das marinhas. Ele publicou um excelente relatório, em dois volumes, em 1873, e que constituiu uma obra de consulta a quem quer estudar a vida e evolução da cidade do Rio de Janeiro.

Ele figura na galeria dos brasileiros ilustres. Fundou o Necrotério em 1871, substituindo o costume de remoção de cadáveres encontrados nas vias públicas, que eram entregues nas delegacias, sem um prévio trabalho do Instituto Médico Legal. Uma das coisas que fez foi fundar o Médico Legal, evitando serem as

pessoas enterradas sem saber de que tinham morrido, se era por crime ou morte natural... Ele acabou com isso. Ele fez o necrotério e, dentro dele, a Medicina Legal.

Ele era muito interessante para a época e um homem de grande visão. Já falava na organização do regime tributário, fez a divisão das freguesias, que permaneciam num labirinto de dúvidas; poucos conhecendo a área de cada uma. Contratou o serviço de limpeza urbana e de remoção de lixo das habitações, regularizou o tráfego de veículos e calçou vários logradouros. Abriu ruas e praças e estabeleceu regras severas sobre a venda de gêneros alimentícios. Ele regulamentou a construção de prédios, separou os que precisavam de obras e mandou demolir os que prejudicavam a segurança pública.

De algum modo, foi Ferreira Viana o responsável pela transformação da cidade. Como administrador, mandou organizar a numeração dos prédios do Rio de Janeiro, obra que só terminou em 1878.

Fundou os hospitais de Jurujuba e São Sebastião e os asilos para alienados na Ilha do Governador, em terrenos cedidos pelos herdeiros do Conde de Mesquita. E há uma coisa muito interessante: onde é hoje perto do Caju, aquilo foi posto em leilão. Era uma chácara e Ferreira Viana queria fazer o asilo ali. Então, para o governo não aparecer, porque o preço triplicava, ele mandou uma pessoa amiga arrematar a chácara, o que foi feito por uma quantia irrisória, pois ela valia três vezes mais. Só ficaram sabendo que era o governo o comprador, na hora da escritura. Não havia comissões, onerações de preços para serem obtidas por fora. Nada disso. Trabalhava-se até sem ganhar; o cargo era honorífico e homens públicos tinham vontade de melhorar sua cidade. Não é como hoje... Meu avô repetia a afirmação de Ferreira Viana: os políticos entram ricos e saem pobres. Outros tempos...

Ele fundou asilos para alienados na Ilha do Governador, em terrenos cedidos pelos herdeiros do Conde de Mesquita, o Instituto de Higiene e uma maternidade que não chegou a terminar, aqui, na Rua da Lapa, onde é hoje o Instituto Geográfico. Essa área foi comprada por Ferreira Viana para fazer a Maternidade Pública.

A República arreventou tudo e quis apagar, como quer até hoje, o seu passado monárquico, que foi muito importante para o Brasil, tendo grandes homens, inclusive Ferreira Viana, de que, hoje, ninguém fala e, se alguém pergunta quem foi

Ferreira Viana, ninguém sabe e ele foi um homem de grande visão e muito importante.

Ele defendeu o Bispo do Pará, na questão religiosa. Fez novos regulamentos para as escolas municipais, a reforma e o regulamento do corpo militar da Polícia Militar, garantindo aos oficiais seus postos. Vai à Polícia Militar e pergunta se eles sabem quem foi Ferreira Viana...

Ministro do Império no gabinete de março de 1888, presidido por João Alfredo. Ferreira Viana representava, na época, a província do Rio de Janeiro. Abriu mão desse cargo para ser Ministro da Justiça. Nasceu em 11/05/1832, em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Dirigiu o Correio Mercantil e o Diário do Rio. Morou no Convento de Santo Antônio e foi o único leigo com licença para falar nas tribunas da Igreja, dada por Pio IX.

Instituiu a desinfecção nos hospitais.

Garantiu a liberdade e os bens dos loucos internados. Muitos morriam na miséria, sem que nunca mais a família se preocupasse com eles.

Elaborou projetos de reforma da Câmara Municipal e a lei de repressão da vagabundagem.

Elaborou reforma das Câmaras provinciais e reorganização financeira das estradas de ferro, do telégrafo do Estado e de particulares.

Mandou restaurar a Capela Imperial. Restituiu o culto da Igreja de São Joaquim, fechada há 60 anos.

Abriu o Hospital dos Lázaros. Foi provedor da Igreja da Candelária e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco.

Redigiu a Lei Áurea e dizia sempre: ***“o que eu quero não é desse mundo. O que o mundo pode me dar, eu não quero”***.

Concluindo declaro que todos os citados depoimento podem ser usados para divulgar a vida e a obra desse grande homem, Ferreira Viana."



Irmã Josefa, primeira Diretora da Casa de São José.

Novas Ações

Objetos offerecidos

Felippe Mary Brito	300	trabalhos
Idem	160	medicinas
Idem	20	trabalhos
Idem		trabalhos e trabalhos
Idem		velas, panos e
Joaquim das Santos Silveira		medicamento
Sebastião da Rocha Bastas	50	trabalhos de roupa
Miguel das Santos Carvalho	6	trabalhos e casa de
José Pereira Junior	100	paes de ornato
Albino Almeida & C ^o	1	trabalho de roupa
J. Guilhermina Augusta de Souza	1	grajo de candelas
Companhia Industrial de Alens		trabalhos de velas
Leonardo Gomes & C ^o		paes e papel
Aguedo Vianna & C ^o	100	trabalhos de roupa
Mariano Pereira de Moraes	30	trabalhos de roupa
Pias da Silva	300	trabalhos de roupa
Arnaldo Rocha & C ^o	4	trabalhos de roupa
José Teófilo da Cunha	60	trabalhos de roupa e
P. Abelio Lopes Borges		trabalhos e offerecidos
Santos Sabino, Leste Bracho, Lachant & C ^o		trabalhos e offerecidos
Companhia Suíça	2	trabalhos de roupa
Vivio Henry		trabalhos de roupa
Francisco Barradas	1	trabalho de roupa
Alcio e Luiz (filhos do Sr. J. Mont. Cabral)	2	trabalhos de roupa
Companhia de Engenharia de Alcântara	6	trabalhos e offerecidos
Companhia S. Christóvão		trabalhos gratuitos
Jardim Botânico		" "
Francisco Cordeiro Alves	2	trabalhos de roupa
J. Paul de Sousa e Brás Faria		trabalhos medicina

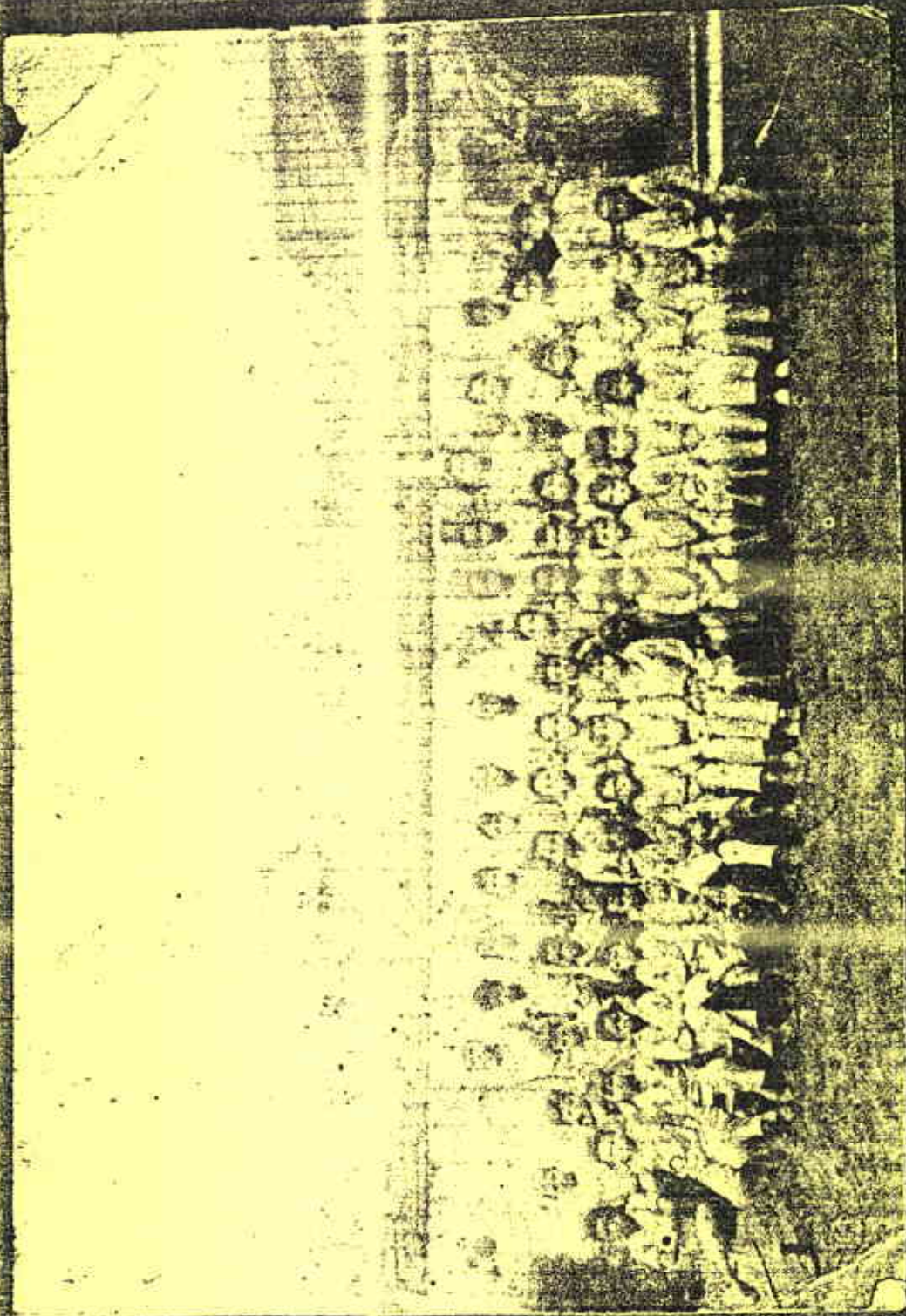
Relação dos doadores de dinheiro aos Asylos
Ferreira Vianna

Antonio José Rodrigues de Araujo repre- sentando o Com. ^o da freguesia da Gloria	4.402,500
Antonio Dias Ferreira (P.) S. Ex. ^o Subro.	100,000
Antonio Ferreira Vianna Filho (P.) ?	100,000
Antonio da Costa Ten. ^o Mendonça pro- curador das quaes do C. 500,000 que pro- meteu dar a prestaçoes	100,000
Antonio Augusto de Carvalho	2.000,000
Antonio Alves Mattos	1.000,000
Augusto Gomes da Costa Vianna (agenciado)	37,550
Alcides de Sousa (P)	25,000
Alfredo Elisario de Carvalho	1.000,000
Barão de S. João	500,000
Barão de Itacurussá	2.500,000
Barão de Bomfim (votado)	50,000
Barão de Mesquita	50,000
Barão de Santa Helena	2.000,000
Banco Rural Hypothecario (emp. ^o de Banco)	492,000
Bellarmino B. Sousa de Mello (agenciado)	300,000
Club. dos Democraticos (agenciado)	12,500
Club. Feminil de Sao Christovão (agenciado)	216,220
Club. dos Bohemios (agenciado)	300,000
Celso Gelasio da Silva Caldas	50,000
Commissão dos Jovens da Rua da Carreira	231,000
Comm. ^o do Centro de socorros da freguesia da Candelaria	811,000
Conde de Mattosinho	500,000
Diario de Noticias (uma subscriçao)	12,900
Philippe Nery Pinheiro (agenciado)	500,000
Francisco Torres	300,000

Ferreira de Araújo S. Aug ^{to} D. Oliveira)	632,200
Pinto e Silva (benefício no Teatro Pedro 2 ^o)	6,000
Frieder. Pösch	50,000
Gustavo Theophilo D. Abreu (Rebair)	50,000
Gaspar da Silva F. Comp.	2.000,000
Guilherme S. de Faria	10,000
Ilm. Câmara Municipal (da Corte) Com. ^o	2.000,000
Isidoro Norbal Sampolana (agenciado)	250,000
João Soares Pinto, Affonso Gerardo da	
Souza Guedes (agenciado)	20,000
João Monteiro Calabi	25,000
José da Silva Mattos (agenciado)	12,000
José da Silveira	35,000
José Dias Braga	1.200,800
José Francisco Gonçalves (Subscrição entre os mercadores)	650,000
José Ribeiro Alves de Carvalho (benefício de Pecunia Dramatica)	72,900
José Manuel Coelho	1.000,000
José Rê de Vasconcellos (fideiussor)	25,500
José Luciano Lopes 50% do producto de sua balança automaticamente de junho de 1888 a Junho 1889.	182,850
José Antonio da Alameda Costa (Com. ^o)	50,000
José Cardoso - Moreira (Com. ^o)	500,000
Jacinto Ferreira Lopes	200,000
Journal do Commercio (agenciado)	1.905,700
John Bradburn	100,000
Joaquim da Costa Baloi (Com. ^o)	2.500,000
João Teodoro Ferreira Velloso	2.000,000
Karl Valois B. Comp.	200,000
Leitão F. Baptista (agenciado)	2.000,000
Moradores da rua do Visconde de Inhamma	2.580,000

Patrimônio da Casa de S. José.

Saldo dos donativos feitos até 14 de Agosto de 1890.	509,980	
Donativo de Sebastião Tragozo	50.000	
Idem de Francisco de Paula Obaynick	500.000	1.000
Officina de chinelos de madeira	124,400	
Venda de objectos inúteis	50.000	
Indemnização do arylado Paul	25,540	
Pessoal da Anselm municipal n° 645	557,500	
Donativo da Sm ^a D. Mariana Fonseca	500.000	
Idem do coronel Silva Porto	50.000	
Idem do Dr. Cló. de Azeis e João Chaves	281,250	
Idem da Sm ^a D. Josephina Braga	1.000.000	
Idem do Conde de Leopoldina.	1.000.000	
Idem de Guilherme Gaud ^o Pulheiro	500.000	
Venda do instrumental da banda	1.000.000	
Prenda líquida das balanças automát.	848,020	5.076
Donativo de Leopoldo Quarre	100.000	
Idem de Baldomero Carqueja	100.000	
Idem de D. Rita Gomes	8.000	
Idem de D. Candida de Jesus Ribeiro.	273,500	
Idem de Christovão Martus	279,400	
Venda de objectos inúteis	505.000	
Indemnização do arylado Ernesto	60.000	
Prenda líquida das balanças automát.	529,800	1.655



ALUNOS DA CASA DE SÃO JOSE (SEM DATA)

DECRETO N. 657 — DE 12 DE AOSTO DE 1890

De regulamento à Casa de S. José.

O Generalissimo Manoel Dooloro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve, para execução do disposto no art. 11 do decreto n. 430 de 31 de Junho ultimo, que na Casa de S. José se observe o regulamento annexo, assignado pelo Dr. José Casario de Faria Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior.

Sala das sessões do Governo Provisório, 12 de Agosto de 1890, 2.ª da Republica.

M. S. S. DECRETADA DA FONSECA.

João Casario de Faria Alvim.

6- Regulamento da Casa de S. José a que se refere o decreto n. 657 desta data

TITULO I

Da organização da Casa de S. José; dos agitados; do ensino. — De numero, attribuições e vencimentos dos empregados

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO DA CASA DE S. JOSÉ; DOS AGITADOS; DO ENSINO

Art. 1.º A Casa de S. José é um internato destinado, na conformidade do decreto n. 430 de 31 de maio ultimo, que estabelece as bases para a organização da Assistência à Infancia Desvalida, a receber, manter e educar menores desvalidos do sexo masculino, de 6 a 12 annos incompletos de idade, nos quaes ministrará o ensino primario elemental.

Art. 2.º O numero de agitados será fixado annualmente, no mez de dezembro, pelo superintendente da Assistência à Infancia Desvalida, ouvido o director do estabelecimento, e tendo em vista os meios volvidos na lei do orçamento.

Art. 3.º São considerados desvalidos:

1.º Os menores abandonados na via publica e que recolhidos ao estabelecimento, mediante requisição do chefe de policia do juiz de orphãos feita ao director, não forem reclamados por seus parentes ou protectores em condições de prover a sua manutenção, dentro de 15 dias, a vista de annuncio publicado no director nos jornaes de maior circulação, durante aquelle prazo;

2.º Os orphãos de mãe e pai, quando a indigencia destes se verificar;

3.º Os que, tendo mãe e pai, não puderem ser por estes mantidos e educados physica e moralmente, dando-se deste modo o devido reparo forçado.

Art. 4.º Si forem estrangeiros os menores recolhidos em conformancia de dhandano, o director communicara o facto ao consule respectivo nacionalidade, para o fim conveniente.

Art. 5.º O chefe de policia e o juiz de orphãos prestarão aos esdolecimentos possíveis sobre a identidade dos menores que admittido requizerem, por se acharem comprehendidos em n. 1.º do art. 3.º

Art. 6.º A admittão dos menores de que tratam os ns. 2.º, 3.º e 4.º do art. 3.º precederá o requerimento dirigido ao director do estabelecimento.

Art. 7.º Não serão admittidos menores que soffrem de moléstias contagiosas, ou tiverem defeitos physicos que os impossibilitem para os estudos.

Art. 8.º Os menores desvalidos, antes de serem recolhidos à Casa de S. José, serão inspecionados pelo medico do estabelecimento, para a verificação do disposto no artigo antecedente.

Art. 9.º Os menores admittidos serão logo vacinados; si o não tiverem sido antes, e revaccinados dentro de cinco annos.

Art. 10.º Em cada termo de matrícula deverão ser mencionados, além das condições da admittão, o nome, a idade e a naturalidade do agitado, e o nome, o domicilio e a profissão de seus paes, tutores ou protectores, nos casos em que por estes seja requerida a dita admittão.

Art. 11.º Ao menor que tenha sido remetido como abandonado e do qual não se obtiver ainda a declaração do nome, será fixado o retrato, por meio da photographia, além de ser adicionado ao officio em que houver sido requerida a admittão.

Art. 12.º O agitado que tiver completado a idade de 12 annos será transferido para o Asylo de Meninos Desvalidos, salvo o disposto no art. 4.º

Juíza de Orfãos da Primeira Vara

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1890.

Cidadão

Seo - vos para dizer-me se ainda
actua nesse estabelecimento o menor ex
Gambônio, italiano, ou se foi entregue de
uma pessoa e por de quem se guardou, cujo
nome jái para este estabelecimento em 27
de outubro de 1889, indo do Cegalo da Trindade.

Com a Fraternidade

Director da Casa de São José.

Hum. serv. de Sr. Juiz

Existe neste estabelecimento.

(Ass.) de Sr. M. J. de S. P. de S. P.
de S. P. de S. P. de S. P.

Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 1890.

Declaro-vos, em referencia ao officio dessa Directoria de 5 de
 setembro ultimo, que, á vista das disposições em vigor, não pôde o
 Ministerio a meu cargo autorizar que menores recolhidos a
 esse estabelecimento sejam contratados para servir, como apren-
 zes, em officinas particulares.

Sua e Fraternidade.

José Cesário de Farias Alvim

Ministro José Cesário de Farias Alvim nega autorização para
 empregar menores em oficinas particulares. (12/09/1890)

Publicado pelo "Jornal do Commercio", de 18 de Abril de 1891.
 após a visita do seu representante
 Sr. Ernesto Ferreira.

REPORTER NARRA O COMEÇO

CASA DE S. JOSÉ

Quando, há cerca de tres annos, a imprensa denunciou o estado miseravel em que se achava o Asylo de Mendigos, o Sr. Ferreira Vianna, que era então ministro da justiça, resolveu-se a visitá-lo e não pouco o commovêrão os menores que lá foi encontrar vegetando nas mais tristes condições. Para obviar a essa inconveniente, S. Ex. pensou em crear um asylo; e para isso pediu a receba donativa.

Um generoso cavalheiro cedeu por cinco annos uma casa situada á rua do Barão de Itapegipe, no Rio Comprido; outros entregaram-lhe dinheiros, commestiveis e roupas; e dentro de poucos dias, todos os pequenos que ali findavam no Asylo da Mendicidade, foram removidos para a nova casa, que recebeu do ministro a denominação de Casa de S. José e foi entregue ao cargo de algumas irmãs de caridade. Assim e precariamente, ao favor da caridade publica, manteve-se por algum tempo. Em Maio do anno passado, o Sr. Cesar de Alvim, que era ministro do interior, teve um bom movimento e expedio um decreto organizando a assistência á infancia desvalida. Por esse decreto, o governo creava duas hospitaes de crianças para 100 leitos, sendo um para moléstias contagiosas e outro para moléstias cõmuns. Nessas hospitaes ninguém mais fallou; e, todavia, era tudo que de novo consignava o decreto. O mais não estabelecendo novos regulamentos para os dois estabelecimentos já existentes; a Casa de S. José e o Asylo de Meninos Desvalidos, e pôz os tornasas muito mais complicadas, não sabiamos em que servio ao progresso de taes asylos. A Casa de S. José passou a ser mantida á custa de uma parte dos impostos sobre bebidas alcoholicas neste municipio.

Creára-se cargos remunerados, alguns dos quaes verdadeiras inutilidades, como seja o de superintendente—que tambem o é do asylo de Desvalidos—que teria talvez razão de ser em uma verdadeira e complexa organização da assistência, mas que pouco mais é que uma sinatura no simplissimo e rudimentar serviço que existe. Por essa reforma, a Casa de S. José ficou sendo uma especie de preparatório para a entrada no Asylo de Meninos Desvalidos; entrão os menores para ella aos 6 annos e aos 12 são transferidos para o asylo. Mas tanto uma como o outro regorçião; e o resultado é que naquella conservão-se 31 rapazes que já excederão a idade exigida para passarem ao asylo e na sua secretaria existem 73 requerimentos de admissão que não podem ser attendidos por não haver vagas.

Ha actualmente 130 asylados e bem se pôde affirmar que é muito mais do que o que a casa pôde comportar.

O regimen da casa é regular: os asylados levantão-se ás 6 horas da manhã; seguem para o banho em turmas de 15 e tomão depois café com pão. Almoço de parto ás 9 horas da manhã, jantar ás 2 1/2 e ás 6 1/2 ceia. Das 11 ás 2 horas funciona

a aula primaria, e das 12 ás 2 a dos mais adiantados. Depois do almoço e das 3 ás 5 da tarde vão para o recreio, estudando depois das 7 ás 8 da noite. Nas segundas e quintas fazem exercicios gymnasticos e militares; ás terças e sextas, das 5 ás 7 da tarde, estudão solfejo e canto. Havia tambem uma officina de chinello e trabalhos em madeira, sob a direcção do professor Olavo Freire; essa officina, porém, foi extinta, por não haver local onde funcione.

A casa não só não basta ao crecido numero de asylados existentes, como não reuna as necessarias condições hygienicas. Como dissemos, um generoso cavalheiro offerrou-a ao governo para por cinco annos servir ao asylo. Quando terminar esse prazo, ella voltará ao seu proprietario—que não é o doador com todas as benfeitorias feitas; e é bom notar o governo já despendeu nella cerca de 40.000\$ quantia entra sem duvida o custo de um so depois da reforma; o governo mandou paralisar que o não podem sustentar o do, o que parece-los escusado salientar, ave perigo. O cavalheiro que obrece o remettem-se, caso o asylo fosse transferido, a contribuir mensalmente com a até esgotar-se o alludido prazo. Essa

O reporter não achou nos asylados mal se podem mover; e em toda a funcione no pateo sob um telheiro, em falta de melhor local; os dormitorios são tão pequenos, que os leitos estão quasi unidos uns aos outros. Accresce que ao lado esquerdo da edificio, precisamente o em que estão os dormitorios, ha um estabulo; e exactamente sob a janella do grande dormitorio, fica o fogão onde se coze a alimentação das vacas e não podem ser mais desagradaveis o cheiro e a fumaça que vêm d'ahi. Nos fundos do edificio ha um grande capizal em terreno mais elevado que o em que está situado o asylo, a que fornece abejamento de insectos. Tase circumstancias evidentemente não recommendão muito a Casa de S. José pelo lado hygienico; todavia, o asylo ali mantido e o cuidado da direcção são taes que desde Janeiro de 1891, não temos nenhum obito assignalado. Compre, entretanto, salientar que no edificio não ha enfermaria; os menores acommettidos de moléstias graves são transferidos para a Misericordia ou para o hospital da Saude. Ha uma pequena pharmacia; e mediro Dr. Bernardo Xavier Rabello visita diariamente o estabelecimento e um dentista duas vezes por semana presta os seus serviços aos asylados. A alimentação é boa e abundante; os asylados vestem uniformes de brim pardo ou casimira preta, cintura e bonet preto com uma estrela. Ha no estabelecimento uma lavanderia, horta e jardim bem tratados. A inspecção sobre os asylados é exercida por mulheres, sob a superintendencia de uma companhia e é feita com rigor disciplinar e carinho. As roupas são mudadas regularmente duas vezes por semana; a rouparia está em boa ordem e nos dormitorios os leitos têm o necessario conforto. Um asylado exerce as funcões de cabeleireiro; outro orgulha-se de ser nos exercicios militares o commandante das tropas.

O patrimonio da casa de S. José é muito reduzido; consiste em 1.037.898\$ de donativos e um uma apolice municipal do valor de 500\$ doada pelo Sr. major Felipe Nery Pinheiro; a qual desappareceu, sem que até agora se saiba de seu paradeiro. O mesmo cavalheiro que offerrou o predio, prometteu doar todos os annos no dia 2 de Julho uma apolice do valor de 1.000\$ de 5% de juros; mas suspendeu a offerta desde que as irmãs de caridade deixáram o estabelecimento, em virtude da reforma por que elle passou.

O orçamento fixado em 1889 para o maximo de 150 menores é de 85.700\$ e a media mensal da despesa é de 5.000\$500. De 17 de Agosto do anno passado a 31 de Março ultimo já se havia despendido 38.457\$558. A escripturação é feita com muita plicia. Ha na Casa de S. José o director que é actualmente o Sr. Dr. Alberto de Saboia Vinate de Medeiros; o medico, o escrivão, o almoxarife, uma economica, quatro inspectoras, duas sorventes, uma cozinheira, duas lavadeiras, um hortellão, e um porteiro; o pessoal lectivo consta de um professor e uma professora de portuguez, arithmetica, historia do Brazil e geographia, e mestres de trabalhos manuaes, de gymnastica, de musica, de desenho e calligraphia.

Desde a fundação até hontem têm sido matriculados naquella asylo 233 menores, que têm tido os seguintes destinos:

Removidos para o asylo do Galvão...	10
Para a companhia dos marinheiros...	12
Evadirão-se	15
Fallecerão	7
Sahirão	33
Forão dados á soldada	16
Ficão no asylo	130

Essas remoções derão-se antes da reforma. O novo regulamento não as permite.

A Casa de S. José, e se não duvida um estabelecimento digno de applausos, e representa um bom esforço e uma louvavel iniciativa do governo, mas cumpre que quanto antes se modifiquem as pessimas condições do predio, se porventura não houver meio de remover o asylo para edificio mais apropriado.

Exmo. Sr. J. M. Director da Casa de S. José
deja admissões no momento, da forma do Reg: seguinte.
31-5-92. Sr. J. M. Vinato Embaixador

O Sr. João Bires de Amorim pede a V. Ex.^{cia} de S. José
admittir na Casa de S. José as duas menores
Abel filha natural de Damasia, Americo
filho natural de Rosa. Estas duas me-
nores a chã-se completamente desamparadas,
porque suas mães são paupérrimas ex-es-
cravas que com difficuldade procuram o ali-
mento para suas existencias em um dos
Estados da Republica; se não foram elles
recolhidos a um estabelecimento de educação,
facilmente se dixeram avactes pelos vícios
que seem existir nas grandes cidades.
Quanto a isto são as duas certidões de idade
e o attestado de pobreza exigidos pela Lei;
O suppl. confiado na benignidade
de V. Ex.^{cia} espera passar ao deferimento.

Parte Janeiro de Janeiro de 1892

Manoel Bires de Amorim



Pedido de duas vagas para Abel (filho de Damasia) e Americo
(de Rosa). As mães são paupérrimas e ex-escravas. (24/01/1892)

Comp. de S. Christovão nº 2,

Programma d'ensino da aula
primaria de 1º grau da "Casa de São
José", para o anno lectivo de 1892.

Leitura. — Prudimentos primarios dos
sons da lingua portugueza, conhecimentos
dos signaes graphicos, leitura de palavras
soltas.

Escreptas. — Formação de linhas, caracte-
res, palavras soltas, por copia.

Aritmetica. — Primeiros principios, natu-
reza dos numeros, etc. — Exercicios practicos
de escreptas de numeros inteiros, desde 1 até
9 algarismos.

Leitura. — Trechos facis, reflexões sobre a
orthographia e sua observancia na copia.
Explicação do sentido e significação das
palavras.

Escreptas. — Copia da lição lida comhei-
mentos practicos sobre a orthographia.

Aritmetica. — Calculo mental de addição,
subtração, multiplicação e divisão dos nu-
meros inteiros, resolução de problemas.

Exercicios practicos de leitura e escreptas de
numeros inteiros.

Ultimas. — Os ultimos da aula de
instrução primaria de 1º grau constarão
de leitura de trechos facis, com explicação
do sentido e significação das palavras; da
escreptas e leitura de numeros inteiros, e
bem assim das operações fundamentais da

(2)
Programma do curso da aula particular
no 2.º grão da Casa de S. José.

Organizado pelo professor da mesma aula
João Antonio de Almeida.

Portugal.

Liçãões. — Trechos faccis de factos historicos, reflexões sobre a orthographia e sua observancia nas expressões.

Grammatica: 1. Orthographia, suas regras e propriedades.

2. Substantivo e suas especies. Genero e numero dos substantivos, mais de comprehensivos.

3. Adjectivos e suas especies. Graus e formação do feminino dos adjectivos.

4. Divisão do adjectivo em patricio e gentilicio. Formação dos superlativos.

5. Adjectivos numeraveis, denominações, passivos e indefinidos. Generalidade sobre os adjectivos.

6. Pronomes; sua divião em pessoais, demonstrativos, possessivos e indefinidos.

7. Verbo; sua divião em dependentes e independentes.

8. Modos, tempos, numero e pessoa dos verbos; suas differentes sortes.

9. Verbos auxiliares, sua importancia.

10. Divião dos verbos em activos, neutros, passivos, reflexivos e imperaes.

12. Conjugação de verbos regulares da 1.^a e 2.^a conjugações. Exercícios.
13. Conjugação de verbos da 3.^a conjugação. Exercícios.
14. Irregularidade dos verbos; a sua divisão em apparentes e reais, com o de cada uma.
15. Formação dos tempos dos verbos.
16. Conjugação de verbos irregulares da 1.^a e 2.^a conjugações. Exercícios.
17. Conjugação de verbos irregulares da 3.^a e 4.^a conjugações. Exercícios.
18. Conjugação de verbos defectivos e imperfeitos. Exercícios.
19. Participios e preposições.
20. Conjunções, advérbios e interjeições.

Nota — Exame de português, como prova de habilitação o Art. 3.^o do Decreto n.^o 65, de 12 de Agosto de 1890, consistirá de leitura expressiva, escrita de um trecho dictado pelo professor, e uma prova lexica do trecho lido, com applicação das regras da grammatica, principalmente sobre que versar o ponto, que será tirado a sorte.

Compendios — Novo quarto livro de leitura, por Heitor Ribeiro. Grammatica da Infancia, de J. C. Fernandes Cardoso.

Geographia.

(Estudo sobre o mappa).

1. Divisão da superficie da terra em terras e

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1892.

Circular

Recommendo-vos providencias afim de que, conforme solicita o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, a pedido do Vice-Presidente da Comissao Brasileira na Exposicao Universal Colombiana em Chicago, concorra a Reparticao a vosso cargo para o bom exito da representacao do Brasil naquelle Exposicao.

Paz e Fraternidade.

Frederico Soto

Officio comunicando a escolha da Casa de São José para representar o Brasil na Exposição Universal Colombiana, em Chicago. (12/11/1892)

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1892.

Commecciao val. para as fins commerciaes,
qua, á vista da legislação vigente e de acordo
com o Aviso de 14 de 11 mez, dirigido ao
Prefeito do Districto, fica nesta data effecti-
vamente desligada da administração fede-
ral a Casa de S. José, cujo pessoal e
material são entregues ao Governo Mu-
nicipal.

Com a fraternidade.

Franco de S.

Medida político-administrativa: transferência da Casa de São José da esfera federal para a municipal. (31/12/1892)

S. Ex. Sr. Alberto Lúcia Ribeiro de Medeiros,
Director da Casa de S. José.



Secretaria de Policia da Capital Federal

9648

Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1893

Secção

As Vidas do Sr Director da Casa de S. Jose.

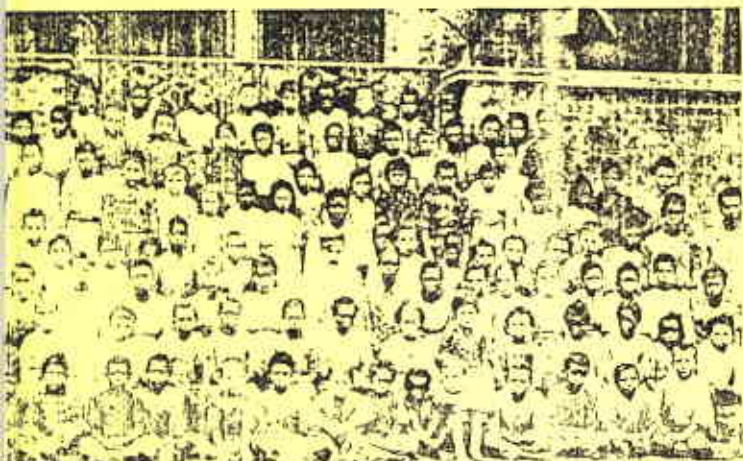
Fazo-vos apresentar o menor Leocadio da Costa, cuja captura requererdes em voss officio de 14 do mes findo.

Saude e Fraternidade

O Chefe de Policia

Muniz Faria

Secretaria de Policia da Capital Federal acusa captura do menor Leocadio da Costa que fugira desse estabelecimento. (03/07/1893)



*... a Abolição cresce a utilização da mão-de-obra infantil
ma, operários na Fábrica Bangu, Rio, 1893) ...*



*... a tal ponto que, em 1983, cerca de sete milhões de mei
integravam a força de trabalho*

UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA INFANTIL NA FÁBRICA BANGU (1893)

Hospício de N. S. da Saúde

Póvo de Janeiro, 8 de Janeiro de 1894.

N. 27

Almo Sr. Dr. Director do Hospício de N. S. da Saúde

Comunico a V. S. que o menor Salvador de Souza Soares remetteu para este hospício em 31 de Dezembro último, com sarna, e está com elle aguardando as ordens de V. S.

Muito obrigado a V. S.

Almo Sr. Dr. Director do Hospício de N. S. da Saúde

Hospício de N. Sra. da Saúde: comunica alta do menor Salvador de Souza Soares, internado com sarna. (08/01/1894)

O Administrador
do Hospício de N. S. da Saúde

Escola Nacional de Bellas Artes

Capitol Federal, 24 de Maio de 1894

Ao Ilm. Senr. Dr. Alberto Lobo Friaes Medeiros
Director da Casa de S. Joé.

Tendo-se reunido, brevemente, o Conselho Escolar para deliberar acerca da validade dos exames prestados no estabelecimento que dirige para a matricula nos cursos desta Escola, solicito-vos a fineza de enviar-me com a maxima urgencia alguns exemplares dos programmaes de todas as aulas para serem distribuidos á Commissão encarregada de dar parecer sobre os mesmos.

Saude e fraternidade vos deseja

M. Lourenço de Faria
Secretario

- DOCUMENTOS RELATIVOS À TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS:

PEDIDO DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES DO PROGRAMA
DE ENSINO



Prefeitura do Districto Federal

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1892

DIRECTORIA
-de-
Bene e Assistência Publica
1a Seção
N. 7312

Nota exclusiva
occasinã com o Director

Saccio vos em nome do Sr. Dir. Prefeito, pela boa ordem e assiso observada nesse nobre belamente, na festa que uho se realisou no dia 31 de Junho ultimo; bem como pela disciplina dos soldados.

Esse lauvor deois fueso extensivo a todo pessoal e especialmente ao sub-director, á economia cujo zelo e dedicacão esta Directoria tem o dever de salientar, ao professor de gymnastica pelas brilhantes exercicios executados pelas crianças e ao instructor de infantaria pelo garbo e acerto com que executou todos os succos militares.

Suave e Fraternidade
Nº 7312
Director

Sr. Dir. Director da Casa de S. Yasi

Rio, 10 Outubro de 1898.

Illm.^o Sr.^o D.^o Alfredo Rodrigues Bar-
cellos

Junto por copia, car-
ta que hoje dirigi ao Illm.^o Sr. D.^o Torres
Cotrim.

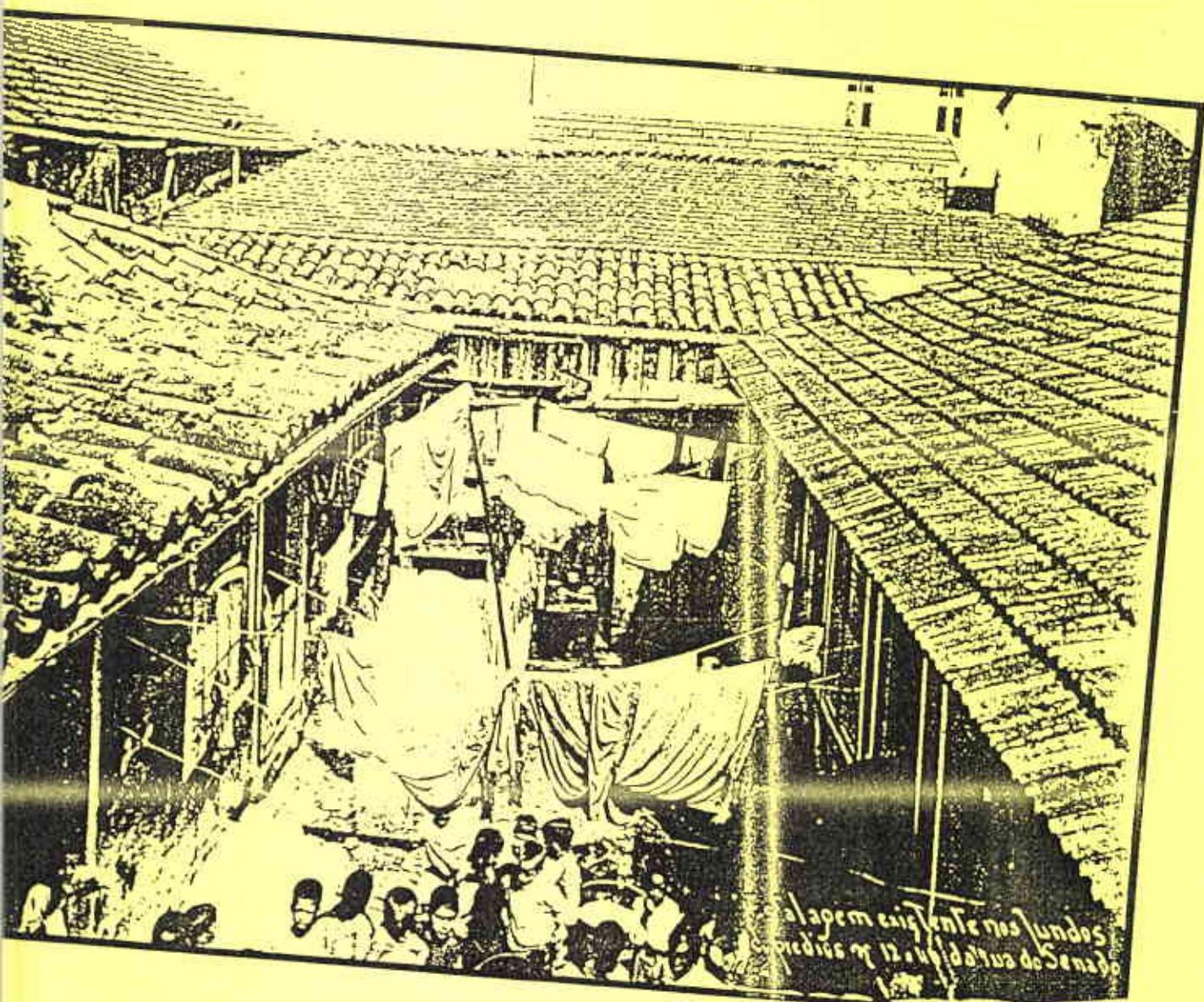
Como lhe disse, depois da visita a Casa de
S. José, fiquei muito satisfeito com a sua ele-
vada, firme e efficaz direcção.

Da sua esclarecida experiencia e profundo co-
nhecimento do difficil assumpto - a ins-
trução e educação - tenho esperança de se
chegaria resolver, de modo pratico, e sem
preterição da liberdade dos cultos, restabele-
cer o ensino religioso na Casa de S. José,

o que será do maior proveito para o seu
prosspero e felicidade das crianças, graças
a Deus, sob a sua paternal direcção.
Lucia e eu em mim tem um sincero

Atm.^o Sr.^o e c.
Ferreira Viana

O CORTIÇO E O SALÁRIO DO POVO (1903).



Quanto ganha o povo (1903):



funcionário público

Havia cobradores de impostos, inspetores e burocratas dos diversos departamentos do Governo. Os salários variavam de 60\$000 a 300\$000 (a maioria) e de 300\$000 a 700\$000 (funcionários dos escalões médio e sup.ior).



operário

O salário era pago por hora de trabalho, e, para obter uma renda mensal de 50\$000, era preciso trabalhar de 12 a 16 horas diárias, inclusive aos sábados e pelo menos dois domingos por mês, quando não todos os domingos.



lavrador

A maioria dos imigrantes que vinham contratados para as lavouras de café acabava safando-se para a cidade grande. O camponês complementava seus salários inferiores a 25\$000 com culturas de subsistência.

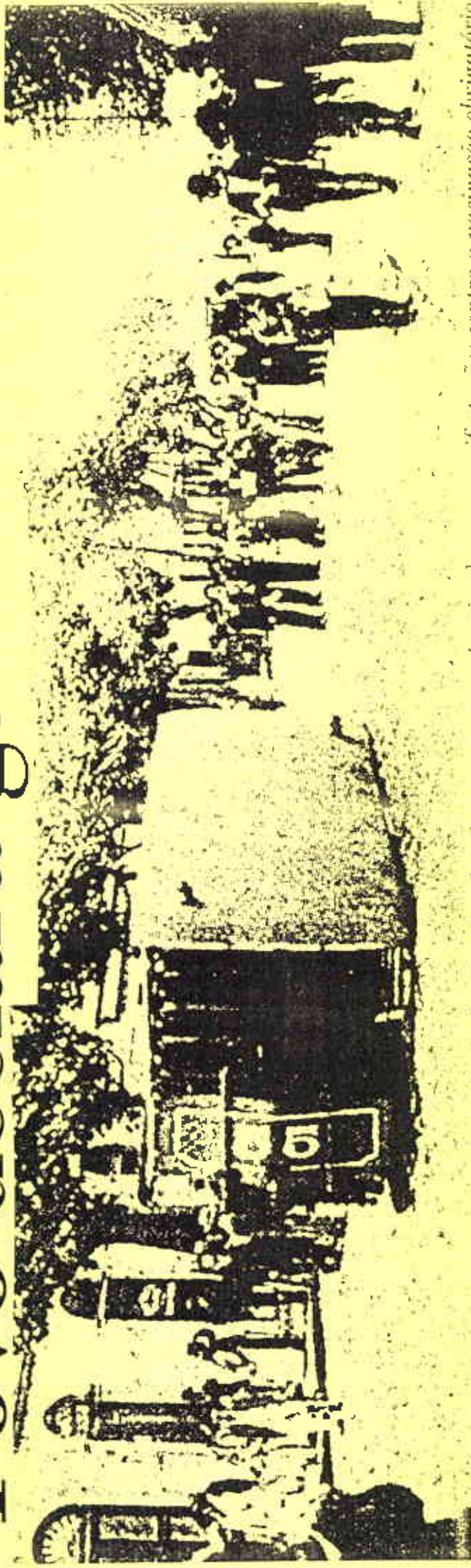
Paga-se 40\$000 por mês para morar num cortiço; o aluguel de uma casa velha, mas razoável, chega a 200\$000. Só os que realmente "sobem na vida" podem pagar esse aluguel, e contratar excelentes domésticas e cozinheiras por 30\$000 mensais. Para construir um sobrado são precisos 50.000\$000 (cinquenta contos).

EXCERTO:

NOSSE SÉCULO. BRASIL. 1900-1910 (I),
CÍRCULO DO LIVRO.

SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1985, p.25.

Povo declara guerra à vacina



Do Encantado ao Jardim Botânico, a população do Rio virou bondes para montar barricadas em manifestações contra a vacinação obrigatória

Os números do confronto

30

MORTOS

945

PREÇOS

110

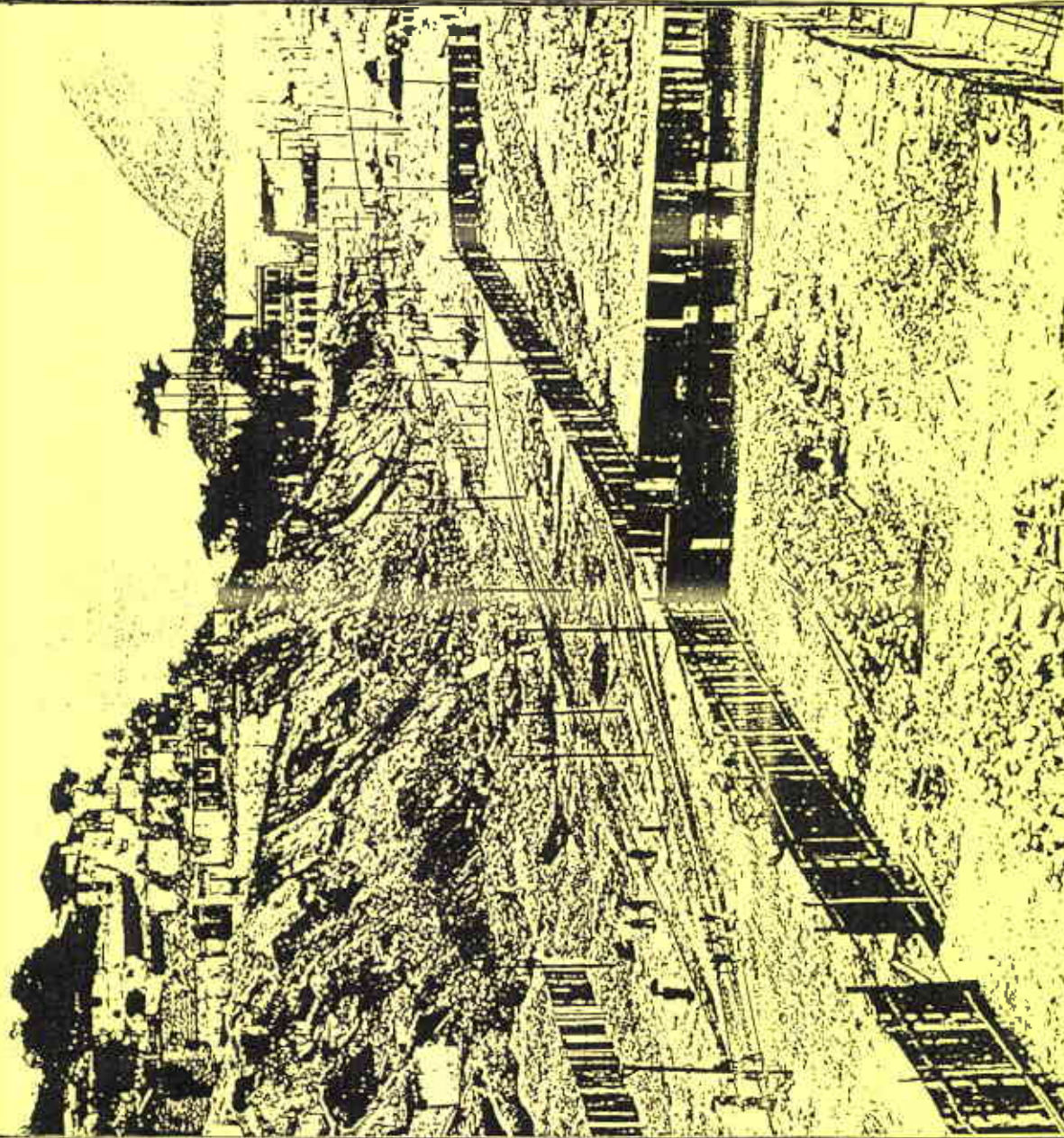
FERIDOS

454

DEPORTADOS

JORNAL DO SÉCULO, JORNAL

DO BRASIL, 1904



08/03 a 07/09 - Depois de seis meses de obras, o prefeito Pereira Passou entregou aos cariocas a Avenida Central. O JORNAL DO BRASIL se orgulha de anunciar: vai se mudar para a bela avenida. A construção da nova sede começa no dia 14/10

Ep'm^o Sr. D. Director da Casa de S. José

Tendo sido apontado pelo alumno Trambolim da Costa Araújo desrespeitada sua pessoa aula, quando o mesmo dava explicação sobre contabilidade e que elle se recusava mas? só se precisa como também responder, tão obrigando, não faltaria-me as devida respeito a vista de mais alumnos, e por se vai dizer que entre os mesmos se estabeleça a indisciplina motivada pela primeira menção perigosa d'aquelle alumnado, para a V. Ep^o a immoediata petição d'aquelle alumnado de seu da minha aula.

Casa de S. José 25 de Outubro de 1904

Philomena Augusta de Figueiredo

COMUNICADO DE UMA PROFESSORA DIZENDO-SE DESRESPEITADA PELO ALUNO.



DIRECTORIA GERAL

DE

Higiene e Assistencia Publica

ex. 149.

Prefeitura do Distrito Federal

Em 1 de Março de 1905.

Para, attendido ao que o Sr. Proprietario recommenda, informar, com a seguinte qual o numero de leitos actualmente existentes nesse estabelecimento, se esse numero pode ser augmentado, e no caso affirmativo, quantos leitos mais podem ser admitidos.

Sua Duçao,
Joaquim José Torres Cotrim.

Sr. Sr. Director da Escola de S. Yosi

O Director da Higiene e Assistencia Pública, Joaquim José Torres Cotrim, deseja saber o número de alunos matriculados e indaga se pode ser augmentado. (01/03/1905)

cc 2 ou fevereiro de 1905
P. S.

Menores que duram todos os
dias nas salas:

64	Ovaldo dos Santos
272	Justo Cezar d'Oliveira
303	Arthur Thomaz d'Oliveira
190	Liborio Nicólio
52	Cezar dos Santos

Quasi todos os dias:

34	Celso Pereira
40	Waldemar da Silva
113	Nestor Bragança
115	Salustiano Benjamim
204	José do Nascimento
251	Augusto Vieira
259	José Vieira de Castro
270	Mário Leite
309	Horácio de Souza

Tem mau comportamento:

87	Arthur dos Santos
41	Euotódio Monteiro
272	Justo Cezar d'Oliveira
64	Ovaldo dos Santos

- 1 de Julho de 1905 -

Rachel Donadelli

RELAÇÃO DE ALUNOS DE MAU DESEMPENHO
ESCOLAR E PRIVADOS DE VISITAS FAMILIARES.

24.11.44.

2ª Classe

Observações

1	217	Alfredo Dias	
2	24	Alvaro Romello	Costa do Alvarinho, devido a grande ausencia de notas mais de 20 dias durante o mes de julho proximo passado, ficou privado de visitas a familia.
3	230	Chastor Prata	
4	245	Alvario Chagella	
5	251	Alvaro Dias	
6	119	Fernando Dias	
7	241	Eduardo Costa	
8	192	Roberto Jacson	
9	213	Fernando Ribeiro	
10	101	Agustinho Lopes	
11	211	Alvario Appalbas	
12	201	Jose de Chacumato	
13	252	Jose Manoel Costa	
14	190	Agostinho Chacalla	
15	244	Alvaro Carneiro	
16	285	Chacalla Plana	
17	108	Alvario Carneiro	
18	114	Jose de Chacalla	
19	284	Agostinho Romello	

Das ds. 21. 22. 23. 24 de agosto de 1905
 do Professor Agostinho
 Carneiro Ribeiro de Chacumato.

Demografia



Crescimento da população brasileira População recenseada

	1872	1890	1900	1910*
Distrito Federal	274 972	522 651	691 565	989 479
Alagoas	318 009	511 440	649 273	794 977
Amazonas	57 610	147 945	249 756	391 597
Bahia	1 379 616	1 919 802	2 117 956	2 316 110
Ceará	721 616	805 687	849 127	892 567
Espírito Santo	82 137	135 997	209 783	383 569
Goiás	160 395	227 572	255 284	292 996
Maranhão	360 640	430 854	499 308	587 762
Mato Grosso	60 417	92 827	118 025	245 223
Minas Gerais	2 102 689	3 184 099	3 594 471	4 504 843
Pará	275 237	328 455	445 356	608 257
Paraíba	376 226	457 232	490 784	531 336
Paraná	126 722	249 491	327 136	516 781
Pernambuco	841 539	1 030 224	1 178 150	1 326 074
Piauí	211 822	267 609	334 328	407 781
Rio de Janeiro	819 604	876 884	926 035	1 075 186
Rio Grande do Norte	233 979	268 273	274 317	380 361
Rio Grande do Sul	446 962	897 455	1 149 070	1 561 685
Santa Catarina	159 802	283 769	320 289	456 809
São Paulo	837 354	1 384 753	2 282 279	3 097 805
Sergipe	234 613	310 926	356 264	493 602
Território do Acre	—	—	—	185 000
BRASIL	10 112 061	14 333 915	17 318 556	22 042 800

(*) Estimativa.

Fonte: Fundação IBGE e *Impressões do Brasil no Século Vinte*
— Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

Imigrantes entrados no Brasil

1890	106 819
1891	215 239
1892	85 906
1893	132 589
1894	60 182
1895	164 831
1896	157 423
1897	144 866
1898	76 862
1899	53 610
1900	37 807
1901	83 116
1902	50 472
1903	32 941
1904	44 706
1905	68 488
1906	72 332
1907	57 919
1908	90 536
1909	84 090
1910	86 751

Fonte: Fundação IBGE.



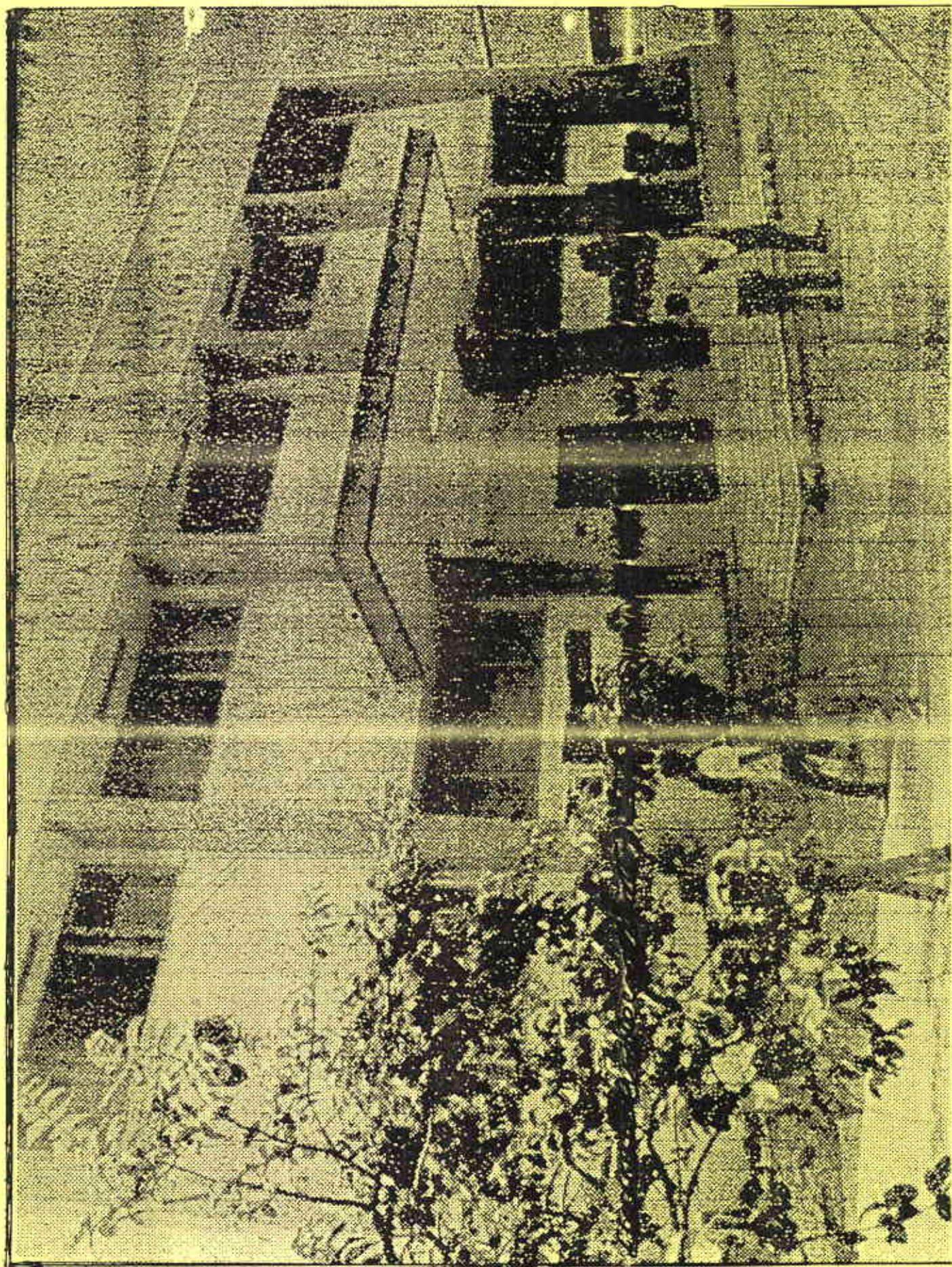
Total de imigração para o Brasil segundo a nacionalidade (1820-1910)

Períodos	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1820-1890	313 025	360 224	45 834	75 299	—	193 079	987 461
1891-1900	202 429	678 761	157 119	12 489	—	78 517	1 129 315
1901-1910	187 236	215 885	129 404	17 553	1 809	88 689	640 577
Total	702 690	1 254 871	332 357	105 341	1 809	360 285	2 757 353

Fonte: Paul Hugon — *Demografia Brasileira* — Fundação IBGE — Rio de Janeiro.

EXCERTO:

NOSSO SÉCULO, BRASIL, 1900-1910 (I), CÍRCULO DO LIVRO. SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1985, p.



A centenária Escola Técnica Estadual Ferreira Vianna